



GABRIEL REIS MORAES MACHIAVELI

**MANIFESTAÇÕES DE MARÇO DE 2015:
a esfera pública, o discurso polêmico e o jogo dos imaginários
sociodiscursivos em comentários no Facebook**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS:
TEORIA LITERÁRIA E CRÍTICA DA CULTURA**

**São João del-Rei
Agosto de 2016**

GABRIEL REIS MORAES MACHIAVELI

MANIFESTAÇÕES DE MARÇO DE 2015: a esfera pública, o discurso polêmico e o jogo dos imaginários sociodiscursivos em comentários no Facebook

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Letras da Universidade Federal de São João del-Rei, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Letras.

Área de Concentração:
Teoria Literária e Crítica da Cultura

Linha de Pesquisa:
Discurso e Representação Social
Orientador: Ivan Vasconcelos Figueiredo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS: TEORIA LITERÁRIA E CRÍTICA DA CULTURA

São João del-Rei
Agosto de 2016

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, aos meus familiares. Principalmente a Cláudio e Maria do Carmo, pelo apoio e demonstrações de coragem para enfrentar mais este desafio.

Aos meus amigos, que, sem eles, hei de ser nada. Abraços calorosos a Pedro, Bernardo, Jean Carillo, Isaias, Aelanco, Mariana, Inara, Tamara, Felipe Tomé, Lucas, Camila, Pajé e Carlos Eduardo.

À Capes, pelo apoio financeiro.

Ao orientador Ivan Vasconcelos Figueiredo, pela paciência e conhecimento.

Aos colegas de mestrado, principalmente, a Felipe e Carol, pelo conhecimento partilhado.

Ao Programa de Mestrado em Letras da Universidade Federal de São João del-Rei, pelo oferecimento do curso.

Aos professores do mestrado, pelo carinho e pela força passada durante as aulas.

Aos alunos do minicurso, pela paciência e coragem em buscar conhecimento.

Ao meu irmão Angelo, por todo amor e apoio ao longo destes dois anos.

A todos que apoiaram e incentivaram essa nova caminhada e que de alguma forma preencheram estes dois anos com sorrisos, choros e amores.

Às vezes quero crer mas não consigo

É tudo uma total insensatez

Aí pergunto a Deus: escute, amigo

Se foi pra desfazer, por que é que fez?

Mas não tem nada, não

Tenho o meu violão.

Vinícius de Moraes

RESUMO

O presente trabalho pretende identificar e descrever como o discurso se desvela na rede social *Facebook*. Para isso, utilizamos como aparato teórico-metodológico a Teoria Semiolinguística, de Patrick Charaudeau (2005; 2007; 2015), precisamente, o conceito dos imaginários sociodiscursivos. Em contraste, também utilizamos as contribuições de Amossy (2014), Albert e Nicolas (2010) e Declercq (2003) sobre o discurso polêmico a fim de descrever o processo de legitimação e deslegitimação dos dizeres. Por meio de uma coleta de comentários e réplicas de postagens dos jornais Folha de São Paulo, Estado de São Paulo e O Globo, procuramos estabelecer um diálogo entre os conceitos de esfera pública de Habermas (2008; 2014); os imaginários sociodiscursivos da Teoria Semiolinguística; e os recentes estudos sobre o discurso polêmico (Amossy, 2014). Nosso objetivo é mapear e descrever como os sujeitos arregimentam seus dizeres embasando-se em imaginários sociodiscursivos. Por outro lado, também procuramos estudar e analisar o conceito habermasiano de esfera pública à luz desta rede social. A intenção é identificar se há possibilidade de uma arena discursiva racional em busca de consensos em prol comum.

Palavras-chave: mídia; imaginários sociodiscursivos; discurso polêmico; esfera pública; Facebook.

ABSTRACT

This study aims to identify and describe how the discourse is revealed in Facebook social network. To use this as a theoretical and methodological apparatus Theory semiolinguistics, Patrick Charaudeau (2005; 2007; 2015), precisely the concept of sociodiscursivos imaginary. In contrast, we also use the contributions of Amossy (2014), Albert and Nicollas (2010) and Declercq (2003) on the controversial speech to describe the process of legitimation and delegitimation of the wording. Through a collection of comments and replicas of newspapers of posts Folha de São Paulo, Estado de São Paulo and O Globo, we seek to establish a relationship between concepts of the public sphere of Habermas (2008; 2014); the sociodiscursive imaginaries of semiolinguístico theory; and recent studies on the controversial speech (Amossy, 2014). Our goal is to map and describe how the subjects constructs their sayings basing on sociodiscursivos imaginary. On the other hand, we also seek to study and analyze the concept of Habermas' public sphere in the light of this social network. The goal is to identify whether there is the possibility of a rational discursive arena in search of consensus on common support.

Keywords: media; sociodiscursive imaginaries; polemical discourse; public sphere; Facebook.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Comentários sobre a notícia de que Cuba fora o primeiro país a eliminar a transmissão de Aids de mãe para Filho, publicada pela Estadão (Estado de São Paulo), em sua página no Facebook.	39
FIGURA 2 - Gênese dos saberes (tradução nossa)	48
FIGURA 3 - Postagem do jornal Folha de São Paulo sobre as manifestações de 13 de março de 2015	64
FIGURA 4 - Primeiro comentário sobre a reportagem	64
FIGURA 5 - Primeira réplica postada sobre a notícia e o comentário	65
FIGURA 6 - Segunda réplica recebida pela notícia e pelo comentário	66
FIGURA 7 - Réplicas da notícia e do comentário.....	67
FIGURA 8 - Réplicas do primeiro comentário	69
FIGURA 9 - Réplicas do primeiro comentário	70
FIGURA 10 - Segundo comentário.....	70
FIGURA 11 - Réplicas do segundo comentário.....	71
FIGURA 12 - Réplicas do segundo comentário.....	71
FIGURA 13 - Réplicas do segundo comentário.....	71
FIGURA 14 - Postagem da Folha de São Paulo sobre as manifestações do dia 15 de março de 2015.	73
FIGURA 15 - Primeiro comentário publicado na página do jornal Folha de São Paulo	73
FIGURA 16 – Réplicas na página do jornal Folha de São Paulo.....	74
FIGURA 17 - Réplicas publicadas na página da Folha de São Paulo	74
FIGURA 18 - Segundo comentário postado na página da Folha de São Paulo.....	75
FIGURA 19 - Réplicas postadas na página da Folha de São Paulo	75
FIGURA 20 – Primeiro comentário do jornal Estado de São Paulo	76
FIGURA 21 - Réplicas do Estado de São Paulo	77
FIGURA 22 - Continuação das réplicas.....	79
FIGURA 23 - Segundo comentário publicado na página do jornal Estado de São Paulo.....	80
FIGURA 24 - Réplicas publicadas na página do Estado de São Paulo.....	80
FIGURA 25 - Réplicas postadas na página do Estadão	81
FIGURA 26 - Postagem do jornal Estado de São Paulo sobre as manifestações do dia 15 de março de 2015.....	83
FIGURA 27 - Primeiro comentário publicado na página do Estadão	83
FIGURA 28 - Réplicas ao primeiro comentário publicado na página do Estadão.....	84
FIGURA 29 - Comentário publicado na página do jornal Estado de São Paulo.....	85
FIGURA 30 - Réplicas publicadas na página do jornal Estado de São Paulo	86
FIGURA 31 - Postagem do jornal O Globo sobre as manifestações pró-governo.....	87
FIGURA 32 - Comentário publicado na página de O Globo	87
FIGURA 33 - Réplicas publicadas na página de O Globo.....	88
FIGURA 34 - Segundo comentário publicado na página de O Globo	88
FIGURA 35 - Réplicas do segundo comentário publicado no jornal O Globo.....	89
FIGURA 36 - Réplicas do segundo comentário publicado no jornal O Globo.....	89
FIGURA 37 - Postagem do jornal O Globo sobre as manifestações do dia 15 de março de 2015	91
FIGURA 38 - Réplicas publicadas na página do jornal O Globo	92
FIGURA 39 - Segundo comentário publicado na página de O Globo	92
FIGURA 40 - Comentário e réplicas publicados na página do jornal O Globo.....	93

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - A Esfera Pública na Idade Média.	27
TABELA 2 - Os imaginários sociodiscursivos encontrados nos comentários e réplicas do jornal Folha de São Paulo sobre as manifestações contra o governo Dilma Rousseff (PT).	72
TABELA 3 - Os imaginários sociodiscursivos encontrados nos comentários e réplicas do jornal Folha de São Paulo sobre as manifestações a favor do impedimento de Dilma Rousseff (PT).	75
TABELA 4 - Os imaginários sociodiscursivos encontrados nos comentários e réplicas do jornal Estado de São Paulo sobre as manifestações contra o governo Dilma Rousseff (PT).	82
Tabela 5 - Os imaginários sociodiscursivos encontrados nos comentários e réplicas do jornal Estado de São Paulo sobre as manifestações a favor do impedimento de Dilma Rousseff (PT).	86
TABELA 6 - Os imaginários sociodiscursivos encontrados nos comentários e réplicas do jornal O Globo sobre as manifestações contra o governo Dilma Rousseff (PT).	90
TABELA 7 - Os imaginários sociodiscursivos encontrados nos comentários e réplicas do jornal O Globo sobre as manifestações a favor do impedimento de Dilma Rousseff (PT).	94

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1 - APRECIACÕES SOBRE A ATUAL CONJUNTURA BRASILEIRA E A POSSÍVEL ESFERA PÚBLICA NA INTERNET	14
Considerações Iniciais	14
1. As jornadas de junho e a questão urbana nas lutas horizontais como sustentáculos das manifestações de 2015	14
1.2 Material de análise e procedimentos	25
1.3 Apreciação sobre o conceito de esfera pública	27
Considerações Finais	30
CAPÍTULO 2 – OS IMAGINÁRIOS SOCIODISCURSIVOS E A POLÊMICA NAS REDES SOCIAIS.....	32
Considerações Iniciais	32
2.1 Internet e redes sociais: funcionamento e características.....	32
2.2 A Teoria Semiolinguística.....	41
2.3 - Os imaginários sociodiscursivos.....	42
2.4 - Combate verbal: apologia da polêmica e retórica do dissenso	54
Considerações Finais	62
CAPÍTULO 3 – ANÁLISE	63
Considerações iniciais.....	63
3.1. Análise dos imaginários sociodiscursivos dos comentários.....	63
3.1.1 Os comentários na fanpage da Folha de São Paulo	63
3.1.2 Os comentários publicados a favor do impeachment na fanpage da Folha de São Paulo	72
3.1.3. Os comentários na fanpage do Estado de São Paulo.....	76
3.1.4. Os comentários e réplicas na fanpage do jornal Estado de São Paulo	82
3.1.5 Os comentários na fanpage do jornal O Globo.....	86

Considerações finais	95
CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
Os imaginários sociodiscursivos e o discurso polêmico.....	98
A esfera pública e o <i>Facebook</i>	99
REFERÊNCIAS	103

INTRODUÇÃO

Desde o século XV, o avanço tecnológico dos meios de comunicação causa grandes impactos na sociedade. Da criação da prensa por Gutemberg até a abertura da internet há três décadas, a população mundial pode se informar, comunicar-se simultaneamente por aparatos tecnológicos e, mais recentemente, trocar mensagens simultâneas sem que os interlocutores partilham o mesmo espaço. Nesse contexto, plataformas em rede e aparelhos celulares surgiram nas décadas de 1990 e 2000 com possibilidade de conexão à internet sem fio. No campo das relações interconectadas, surgiram *sites* de redes sociais (SRS), tais como *Orkut*, *Facebook*, *Linkedin*, *Youtube* etc.

Os impactos dessas tecnologias são diversos. Se antes tínhamos as mídias tradicionais como uma das principais formas de acesso ao conhecimento, com a internet houve uma pulverização do acesso à produção: qualquer usuário com acesso à rede pode angariar conhecimento, como o *prosumer*, usuário como mídia na internet; além de consumidor, ele também é produtor de conhecimento.

Estas novas tecnologias interconectadas complementaram também as interações tradicionais. Ritos sociais, como jantares em restaurantes, reuniões de amigos e família, atualmente são influenciados pelo cotidiano virtual. O campo político também sofreu impacto, ampliando a interação entre a administração pública e a sociedade civil.

Diante desse cenário, esta pesquisa procura analisar como ocorrem os processos interacionais sobre política nas redes sociais, especialmente o *Facebook*. Por exemplo: em 2008, ano das Eleições Presidenciais dos Estados Unidos, as pessoas puderam perceber o alcance destas novas mídias. Diversas formas de interação entre a campanha partidária de Barack Obama, do Democratas, e o público, demonstraram a praticidade das redes sociais.

A campanha presidencial de Dilma Rousseff (PT), em 2010, foi assessorada por uma filial da agência norte-americana, responsável pela campanha na internet de Obama em 2008¹. Na última eleição presidencial, ocorrida em 2014, ficou notória a participação concreta dos sites de redes sociais tanto para conexão entre candidatos e eleitores, como também para troca de interação entre os próprios candidatos. Deste modo, os sites de redes sociais também permitiram

¹ Ver reportagem do jornal Folha de São Paulo, do dia 03 de junho de 2010: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po0306201012.htm> acesso em: 23 mai. 2015.

que os cidadãos – que possuem acesso à internet – se posicionassem politicamente sobre as eleições.

Ademais, com a vitória de Dilma Rousseff (PT), os eleitores que votaram contra a presidente interagiram em páginas (*fanpage* – no inglês) contra governo. Desde 2013, quando as “jornadas de junho” marcaram o país historicamente por levar às ruas milhões de pessoas, as criações de eventos via *sites* de redes sociais foram necessárias para impulsionar os encontros e manifestações *off-line*. Dessa forma, tivemos nos anos posteriores diversos movimentos políticos engendrados por grupos do *Facebook*.

Em 2015, grupos como Movimento Brasil Livre (MBL) e Revoltados *On-line* se interagiram informando sobre as manifestações contra o governo. Segundo jornais tradicionais, a manifestação de 15 de março de 2015 levou às ruas cerca de 1 milhão de pessoas. Em São Paulo, 210 mil preencheram a Avenida Paulista, segundo o Data Folha (FOLHA, 2015.). De outro lado, grupos defendendo a democracia e a reeleição de Dilma Rousseff também se organizaram via rede. A CUT (Central Única dos Trabalhadores) e o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) se organizaram e realizaram manifestações em todo o país. Dia 13 de março de 2014, segundo a Folha de São Paulo, 40 mil pessoas preencheram a Avenida Paulista (FOLHA, 2015a).

Estas duas manifestações fazem parte do nosso material de pesquisa. Elas foram escolhidas a partir de três premissas: identidade do pesquisador com os processos interacionais das redes sociais; necessidade de um estudo aprofundado destes *novos* processos interacionais; e interesse em discutir como os discursos são realizados dentro das redes sociais.

As relações discursivas de atores dentro da rede social *Facebook* trazem a possibilidade de troca verbal e imagética, permitindo que as pessoas se expressem mais e demonstrem um eu, construído dentro da rede, porém, norteador para este projeto. A forma como as pessoas debatem, brigam, se ofendem, fizeram com que nós orientássemos nosso pensamento para essa interação, a fim de desvelar os imaginários nos comentários do *Facebook*.

Dessa forma, foram colhidos nos meses de maio e junho de 2015 seis postagens de jornais tradicionais – Folha de São Paulo, Estado de São Paulo e O Globo – sobre estes eventos no site de rede sociais *Facebook*, juntamente com dois comentários de cada postagem e dez réplicas. Nosso objetivo geral é analisar quais imaginários sociodiscursivos (CHARAUDEAU, 2007; 2015) os sujeitos arregimentam para dar legitimidade aos seus dizeres, contrastando com o discurso polêmico (AMOSSY, 2014; DECLERCQ, 2003; ALBERT et NICOLAS; 2010).

As novas tecnologias exercem uma grande influência na sociedade, em especial os *sites* de redes sociais. As duas últimas Eleições Presidenciais no Brasil demonstraram esse papel

preponderante, quando campanhas partidárias foram transferidas para a rede; um exemplo atual: no dia 1º de maio de 2016, dia do trabalhador, o governo federal decidiu transmitir o pronunciamento da presidente Dilma Rousseff apenas *online*. Logo, a importância em entender os novos rituais (culturalmente) que as redes sociais proporcionam discursivamente e como os atores envolvidos realizam as trocas enunciativas é um desafio para a Análise do Discurso. Compreender como o debate discursivo *online* se desvela é imprescindível neste momento atual. Afinal, ao nos debruçarmos sobre esse fenômeno, paralelamente, também passamos a discutir o atravessamento da cibercultura na esfera social.

Temos vários exemplos de como os novos adventos da internet causaram impacto tanto na vida cotidiana quanto em outros poderes, como o Poder Público. Cabe a nós, pesquisadores, nos aventurarmos neste universo para debatermos as consequências destes impactos. Indagar-nos para saber: como ocorrem os processos de interação dentro dos sites de redes sociais? Como são as relações discursivas presentes nestes espaços? Como os atores constroem seus argumentos? Poderíamos relacionar o papel destes sites de redes sociais com a esfera pública de Habermas (2008)? O trabalho pretende se dedicar a estas questões.

O primeiro capítulo tem como objetivo fazer uma incursão teórica sobre as “jornadas de junho” de 2013 e o papel da mídia neste entremeio até as manifestações de março de 2015, que são nosso objeto de pesquisa. Tratamos nesta parte sobre as jornadas de junho e suas ramificações e qual foi o papel da mídia neste entremeio.

No segundo capítulo trabalhamos o conceito de sites de redes sociais a partir de Recuero (2009), perfazendo um caminho com os imaginários sociodiscursivos (CHARAUDEAU, 2005, 2007, 2008, 2015) até o discurso polêmico (AMOSSY, 2014; DECLERCQ, 2003; ALBERT; NICOLLAS, 2010). Procuramos estabelecer uma relação das estratégias discursivas dos usuários da rede. Seja pelas dinâmicas da rede, pelos imaginários sociodiscursivos ou pela retórica do dissenso.

O terceiro e último capítulo está destinado à análise dos imaginários sociodiscursivos e o discurso polêmico em comentários e réplicas no *Facebook*. Nosso objetivo foi mapear e descrever quais imaginários sociodiscursivos os sujeitos arregimentam e como o discurso polêmico ajuda no alicerce de seus dizeres. Nesta parte buscamos oferecer uma análise capaz de mostrar a relação entre os imaginários sociodiscursivos com o discurso polêmico e com a esfera pública.

CAPÍTULO 1 - APRECIÇÕES SOBRE A ATUAL CONJUNTURA BRASILEIRA E A POSSÍVEL ESFERA PÚBLICA NA INTERNET

Considerações Iniciais

Neste início de trabalho, apresentaremos um panorama da conjuntura política do Brasil nos últimos três anos; a começar pelas jornadas de junho de 2013 e a culminar nas manifestações de março de 2015, de modo a elucidar como a retomada do cidadão como ator político nos espaços público e virtual afeta a forma de interação entre eles nas redes sociais. Pretendemos também abordar o conceito de esfera pública habermasiano a fim de analisar o *site* de rede social *Facebook* enquanto palco de uma possível democracia deliberativa.

As jornadas de junho ocorreram nos meses de junho e julho de 2013. A reivindicação inicial foi a revogação do aumento do valor das passagens urbanas em diversos estados brasileiros – a começar por São Paulo; Porto Alegre; Rio de Janeiro –, e culminou, por exemplo, em uma gama de protestos tanto contra o aumento da tarifa quanto pautas amplas como “fim da corrupção”, a ocupação do espaço público pelo cidadão e maior investimento em saúde e educação.

Todavia, vale ressaltar que, a partir das jornadas de junho, uma variedade de protestos começou a aparecer nos meios de comunicação tradicionais, bem como o uso truculento do aparato militar do Estado. Surgiram os Black Blocs, a reativação da lei da Segurança Nacional, e protestos pedindo o impeachment de Dilma Rousseff (PT).

Este capítulo pretende abordar estas questões enquanto aglutinadoras e basilares das manifestações de março de 2015. Tratamos das jornadas de junho, bem como de todo o processo político até o objeto de nossa pesquisa.

1. As jornadas de junho de 2013 e a questão urbana nas lutas horizontais como sustentáculos das manifestações de 2015

Se pudéssemos elencar um do/s últimos momentos mais influentes e de alta adesão popular dos últimos anos no Brasil, certamente colocaríamos as jornadas de junho de 2013 em primeiro lugar; por duas razões: pela alta adesão e multiplicidade de singularidades, e, em segundo, por ter levado às ruas questões *adormecidas*, mas nunca esquecidas pela sociedade

como transporte público, falta de investimentos em saúde e educação, moradia, saneamento básico, etc.

A força motriz, digamos assim, das jornadas, se deu através do Movimento Passe Livre (MPL)², por conseguir romper as barreiras da agenda conservadora midiática e impulsionar grandes forças – como os Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimentos dos Trabalhadores Sem Teto e também forças conservadoras *adormecidas* –, que haviam se concentrado, principalmente, nas regiões rurais. De outro lado, o MPL também possibilitou a filiação de outros movimentos que dentre os meados das décadas de oitenta e noventa haviam levantado questões relacionadas à cidade.

Inicialmente como um movimento de “filhos da classe média”, sob ótica da mídia, o MPL reivindicava, prioritariamente, a revogação do aumento da tarifa de transporte público, especialmente na cidade de São Paulo (SP). Todas as manifestações foram divulgadas e compartilhadas por meio dos *sites* de redes sociais (*Facebook*, *Twitter*, dentre outras). Embora com baixa concentração e por fechar as principais vias da cidade, a Polícia Militar de São Paulo (PMSP) interveio brutalmente, deixando muitas pessoas feridas, entre elas, inclusive, repórteres dos meios de comunicação tradicionais.

Esse movimento de repressão organizado pelo Estado, a partir de seu aparelho militar contra os manifestantes entornou o ranço daquele movimento para outro lado. Isso quer dizer que: a mídia, que, numa análise prévia, assimilou o movimento como jovens entre 18 e 24 anos, de classe média, não afetados pelo aumento tarifário, abriu-se para o outro lado, passando naquele momento a apoiar as manifestações e até mesmo ditando sua agenda. Como, exemplificando, a principal bandeira do dia 17: “todos contra a corrupção”.

Surge quase um cartaz por manifestante, o que leva a uma profusão de dizeres e pautas: “Copa do Mundo eu abro mão, quero dinheiro pra saúde e educação”, “Queremos hospitais padrão Fifa”, “O gigante acordou”, “Ia ixcrever augu legal, maix fauto edukssao”, “Não é mole, não. Tem dinheiro pra estádio e cadê a educação”, “Era um país muito engraçado, não tinha escola, só tinha estádio”, “Todos contra a corrupção”, “Fora Dilma! Fora Cabral! pt = Pilantragem e traição”, “Fora Alckmin”, “Zé Dirceu, pode esperar, tua hora vai chegar”, foram algumas das inúmeras frases vistas nas cartolinas. Diversos outros temas também compareceram, como a atuação do deputado Feliciano (PSC-SP) na Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, a Proposta de Emenda Constitucional 37, vetando a possibilidade de o ministério público fazer investigações independentes, o voto distrital e o repúdio aos partidos. Um pouco daquele “que se vayan todos” argentino de 2001 apareceu no ambiente. A depredação de edifícios públicos (Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, Congresso Nacional, Itamaraty) pareceu ser expressão de um clima de repúdio aos políticos em conjunto (SINGER, 2013, p. 25).

² Para saber mais sobre a emergência de tal movimento ver artigo: Não começou em Salvador, e não vai terminar em São Paulo, de Movimento Passe Livre (MBL). In: MARICATO, E. (org.). **Cidades Rebeldes**. São Paulo: Boitempo, 2013.

A maioria da reivindicação popular se direcionava a um ponto comum: a cidade como bem inseparável de todos os habitantes. Em *Cidades Rebeldes* (2014), diversos autores brasileiros e internacionais explanam sobre as jornadas de junho, a fim de delimitar suas causas, efeitos e consequências. Nele, Maricato (2013, p. 33-34) observa a falta de uma política de reforma urbana atrelada a gastos exacerbados (como a Copa do Mundo e Olimpíadas) como fator inicial para a insatisfação popular nas ruas. A omissão dos governos (municipal, estadual e federal) com a questão urbana possibilitou que uma multidão de vozes se empoderasse – por mais que a política keynesiana, desenvolvida tanto no final do governo do PSDB quanto os 13 anos do PT, desse oferta e emprego.

A questão urbana e, particularmente, a agenda da reforma urbana, constitutiva da pauta das lutas sociais e fragilmente experimentada em esferas municipais nos anos 1980 e início dos anos 1990, foram abandonadas pelo poder político dominante no país, em todas as esferas. Isso se deu em prol de uma coalizão pelo crescimento que articulou estratégias keynesianas de geração de emprego e aumentos salariais a um modelo de desenvolvimento urbano neoliberal, voltado única e exclusivamente para facilitar a ação do mercado e abrir frentes de expansão do capital financeirizado, do qual o projeto Copa/Olimpíadas é a expressão mais recente... e radical (ROLNIK, 2013, p.12).

Se apresentarmos o conceito de *multitude* (multidão) de Hardt e Negri (2009) à luz das jornadas de junho, percebemos com qual revolta estamos lidando. Para Hardt e Negri (2009), os atuais movimentos sociais com grande adesão no mundo estariam ligados a uma larga e comprimida linha do comum, ou precisamente, da riqueza comum. Riqueza comum não no sentido literal dos bens naturais etc., mas sim na formação social da vida cotidiana. Estaríamos, então, à luz de uma nova forma de reivindicação popular, organizada por uma multiplicidade de singularidades. Essa multiplicidade, teve, no sentido mais amplo das reivindicações, a cidade como lugar de bem-estar social.

Para exemplificar o conceito de *Multitude* e as novas formas de organização das lutas sociais, os autores relembram os acontecimentos bolivarianos que possibilitaram a eleição de Evo Morales à presidência. A primeira, no ano de 2000, cidade de Cochabamba, quando diversas pessoas se reuniram contra a privatização da água – após o Estado ter negociado com uma empresa a administração destes recursos hídricos, os valores da água aumentaram 17%, o que gerou agitação popular – e a segunda em El Alto contra a privatização de gás natural, reivindicando o controle deste recurso.

The struggles of the Bolivian multitude also demonstrate another essential feature of altermodernity: its basis in the common. In the first place, the central demands of these struggles are explicitly aimed at ensuring that resources, such as water and gas, will not be privatized. The multitude of altermodernity, in this sense, runs counter to the republic of property. Second, and more important, the struggles of the multitude are based in common organizational structures, where the common is seen as not a natural resource but a social product, and this common is an inexhaustible source of innovation and creativity³ (HARDT; NEGRI, 2009, p. 111-112).

Para os autores, a *Multitude Form* é uma organização política que tem força na multiplicidade das singularidades, ou seja, na produção de subjetividades, e que busca coordenar ações comuns e “a manter suas estruturas de organização igualmente horizontais” (Idem, p. 110). É claro que as jornadas de junho não resultaram de uma organização política que coordenou todas as pautas e reivindicação, mas, se irmos mais longe, a partir do crescimento das lutas das minorias como os movimentos negros, LGBTTT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros), o movimento feminista e das prostitutas (com a Daspu) – que, apesar de suas especificidades e divergências, se organizam em conjunto contra a parte ultraconservadora e reacionária da população, podendo ler entre esta parte, o deputado federal Jair Messias Bolsonaro (PSC) como seu expoente - podemos perceber este conceito de *multitude form* como um produto social voltado pelo bem comum, que no caso, o direito à todos. Em suma, a preocupação com o bem comum sinaliza para o (re) despertar do cidadão enquanto ator político ativo no espaço público.

Vainer (2013, p. 65-66) trata as jornadas como uma resposta da população contra a “autismo social e político” dos atuais governos, ressaltando – o que poderia se alinhar ao pensamento dos autores supracitados – que as jornadas foram “aquilo que militantes, organizações populares e setores do movimento social urbano vinham tentando há algum tempo: unificar descontentamentos, lutas, reivindicações e anseios”.

Negri (2014), em entrevista ao jornal Zero Hora do Rio Grande Sul, opina sobre as jornadas de junho. As manifestações, segundo ele, se alinham ao que ele chama de “sindicalismo social”, um sindicalismo de uma sociedade cansada e insatisfeita com a omissão estatal na solução de problemas, que buscou naquele momento, por meio de uma multiplicidade de singularidade, novas alternativas para estes problemas.

³ Tradução nossa: “As lutas da multidão boliviana também demonstraram outro fator essencial da altermodernidade: sua base no comum. Em primeiro lugar, as demandas centrais destas lutas foram explicitamente destinadas a garantir os recursos, como água e gás, para não serem privatizados. Neste sentido, é contrária à República de Propriedade. Em segundo, e mais importante, as lutas da multidão são baseadas em estruturas de organização comum, onde o comum é visto não como um recurso natural, mas como um produto social, e este comum é uma fonte inesgotável de inovação e criatividade”.

Por exemplo, na Europa, não há dúvida que começam a nascer novas formas de política, nas quais, é muito interessante isso, se unem os pobres e os "precários", dentro dessa crise capitalista. O "precariado" é caracterizado pelo trabalho flexível e móvel, cada vez mais precário, sem contratos, ao mesmo tempo em que é ultraqualificado. E esse novo proletariado se une àqueles que são os extratos mais pobres da sociedade, aqueles que são excluídos pela crise do Estado de bem-estar social. Então nos encontramos diante de uma nova forma de organização (NEGRI, 2014).

Os resultados das jornadas de junho, embora com forte adesão, não foram suficientes para uma insurreição no campo político, na medida que nem todas as pautas plurais convergiram em pressão social sobre entes públicos específicos. Entre as interferências no campo político representativo tivemos: a revogação do aumento da passagem em São Paulo e em diversos municípios; o Projeto de Emenda à Constituinte 37, que tirava o direito do ministério público de investigação, foi derrubado pela Câmara; a presidente Dilma Rousseff (PT) fez pronunciamento propondo a Constituinte Exclusiva⁴. Entretanto, nos anos seguintes, as jornadas de junho não possibilitaram o debate sobre o aumento das passagens nos anos posteriores; a constituinte exclusiva não veio à tona; e o que se vê, atualmente, são opostos que não se atraem.

Com o pavor de novas manifestações contra a Copa do Mundo de 2014, os governos estaduais usufruíram de ferramentas de opressão, ofuscando as reivindicações. Nisto vimos a tão esperada reforma política ser esquecida tanto pelo governo quanto pela agenda midiática; o aumento de impostos sobre o consumo de energia; e o alto preço da gasolina. Desse modo, além do enfraquecimento das reivindicações proporcionado pela dormência da mídia e a omissão do governo, não podemos caracterizar as jornadas de junho como um movimento insurrecional.

Vemos em *Sobre a televisão*, de Bourdieu (1997), que a mídia participa das outras áreas do saber e também usufrui delas. Ou seja, ao mesmo tempo em que a mídia oferece um espaço para pensadores de outras áreas, ela também condiciona os campos sociais para seu próprio campo. Esta seria a centralidade sociodiscursiva da mídia, em que ela é o centro da mediação de sentidos sociais vindos da política, economia, cultura etc. Para Venício Lima (2009), uma das sete hipóteses para entender a mídia global e nacional, seria de que a mídia é o centro das relações políticas e cotidianas. Isto quer dizer que a mídia pauta a maioria dos eventos públicos e privados da sociedade:

⁴ Em resposta às *jornadas de junho*, a presidente Dilma Rousseff (PT) anunciou um plebiscito por uma Constituinte Exclusiva e Soberana. Em 2014, diversos movimentos populares reuniram assinaturas para a instauração do mesmo, entretanto, às vésperas das eleições presidenciais, os representantes do povo se omitiram. A ideia central da constituinte exclusiva e soberana era dar poder aos representantes políticos (deputados e senadores) suporte para que uma reforma política fosse feita à luz da aceitação popular, isto é, com o fim do financiamento privado de campanhas; votos distritais; discussão de mandatos, etc.

A maioria das sociedades urbanas contemporâneas pode ser considerada como “centrada na mídia” (media centric), uma vez que a construção do conhecimento público que possibilita, a cada um de seus membros, a tomada cotidiana de decisões nas diferentes esferas da atividade humana não seria possível sem ela (LIMA, 2009, p. 20).

Deste modo, partimos da hipótese de que a centralidade da mídia assumiu o papel de reduzir o grau das pautas, abarcando saberes simplificados e estereotipados para as ruas.

Em uma expansão do pensamento de Boudieu (1997) sobre a televisão, podemos afirmar que não coube à mídia tratar de forma mais aprofundada o tema das manifestações de junho: isto só se deu a partir de comentários e colaborações de especialistas sobre a “primavera” brasileira. A mídia, além de ocupar uma centralidade sociodiscursiva, também é pressionada por *lobbies* de mercado e pela concorrência, produzindo informações beirando o sensacionalismo, o exibicionismo e o voyeurismo.

A televisão regida pelo índice de audiência contribui para exercer sobre o consumidor supostamente livre e esclarecido as pressões do mercado, que não têm nada da expressão democrática de uma opinião coletiva esclarecida, racional, de uma razão pública, como querem fazer os demagogos cínicos (Idem, p. 97).

A mídia propicia determinados temas a serem discutidos na esfera cotidiana. Com isso, a mídia não só reduziu as jornadas de junho como uma revolta da população contra o governo petista, mas também agenciou outros movimentos como os ocorridos no final de 2013 e início de 2014 contra Dilma Rousseff. Em contrapartida, as manifestações localistas subsequentes às jornadas, digamos assim, como a greve dos metroviários e dos professores no Rio de Janeiro⁵, foram reduzidas, sob ótica da mídia, pelo vandalismo dos Black Blocs⁶.

Não é de hoje que a mídia influencia determinadas agendas cotidianas. Basta lembrarmos das eleições de 1989, o debate editado da Globo; as escaladas sensacionalistas em casos extraordinários (leia-se Isabela Nardoni e Bernardo para ativar comoção; e os escândalos de corrupção). Tudo isso, de forma direta, condiz com a conclusão de Lima (2009, p. 29):

Consolidou-se, portanto, entre nós um sistema de mídia concentrado, liderado pela televisão e, em boa parte, controlado por grupos familiares vinculados às oligarquias políticas regionais e locais. Essas características específicas é que fazem com que, no

⁵ Título da reportagem do G1 (2013) sobre a manifestação: “Após ato pacífico de professores no Rio, grupo tenta incendiar Câmara”. Neste caso, como em muitos outros, o cunho da reportagem não se dá a partir da reivindicação do protesto, mas na forma como os encapuzados agiram.

⁶ Os Black Blocs (Blocos Pretos) surgiram na década de 1970 na Alemanha contra o neonazismo e ao governo. De uma forma geral, são grupos que unem contra o *status quo*. Aparecem em diversos movimentos pelo mundo. Sua função é depredar instituições relacionadas ao capitalismo e à globalização como forma de protesto.

Brasil, o poder na mídia assuma, potencialmente proporções ainda maiores do que em outros sistemas políticos.

Secco (2013) dá continuidade a este pensamento ao afirmar que, embora as *jornadas* tivessem uma alta adesão e que a organização e divulgação destas manifestações tenham sido dadas no ciberespaço, a mídia mais uma vez se apropriou da violência dos militares e procurou estabelecer frentes que resultaram em agendamentos. Um exemplo claro deste agendamento midiático foi o tema corrupção. A mídia, por pré-determinar o que é noticioso ou não, acaba reduzindo de fato o grau das manifestações. Isto é ilustrado no site Manchetômetro⁷. Em uma pesquisa sobre as ocorrências de notícias sobre escândalos no ano de 2014, o resultado constatou que quase todas as manchetes de jornais estampavam a corrupção do governo petista, principalmente em casos envolvendo a estatal Petrobrás. Durante anos, a mídia tem se preocupado com o assunto e noticiado, ou melhor, “encardido” a não credibilidade na política e nos políticos.

Apesar de a maioria dos jovens manifestantes usar a internet para combinar os protestos, os temas continuam sendo produzidos pelos monopólios de comunicação. A internet é *também* um espaço de interação entre indivíduos mediada pelo mercado de consumo e vigiada pela “inteligência” dos governos. (SECCO, 2013, p. 129).

O efeito da mídia a longo prazo seria semelhante a um conta-gotas, em que determinados temas são pingados na memória coletiva e influenciam a esfera cotidiana. A teoria do agendamento⁸ nos explica como esse processo ocorre. Segundo Wolf (2008), ela postula que os meios de comunicação em larga escala influenciam os indivíduos em longo prazo; um efeito indireto da mídia somada às interações cotidianas. Citando um estudo sobre as eleições presidenciais dos Estados Unidos, Wolf (2008) resume que os debates televisivos e as conversas cotidianas foram influenciadas por uma agenda da própria mídia. Os temas mais contundentes, se não correspondiam com a ordem do dia da imprensa, dificilmente seriam debatidos entre os presidencialistas.

⁷ Informações sobre o número de escândalos publicados pelos jornais Estado de São Paulo, Folha de São Paulo, O Globo, e pelo telejornal Jornal Nacional ver: <http://www.manchetometro.com.br/analises/escandalos/>

⁸ Mauro Wolf (2008), no livro *Teorias de Comunicação*, escreve os fundamentos destas teorias contemporâneas. Essa 2ª fase das teorias da comunicação, ou ainda, teorias do jornalismo, rompe com a perspectiva da teoria de “efeitos limitados”. Segundo o autor, a teoria de “efeitos limitados”, em síntese, seria que a influência da mídia no cotidiano se daria de forma restrita. Em outras palavras, a influência da mídia em relação ao padrão cultural, entre outras formas de socialização, estaria reduzida a uma experiência a curto prazo. Entretanto, as teorias contemporâneas romperam com esse pensamento ao propor a Agenda Setting, quando a mídia teria efeito a longo prazo, ou seja, os chamados “efeitos cumulativos”.

Outro embasamento teórico que nos ajuda a compreender a grande aglutinação de populares nas jornadas de junho de 2013 e a possível redução das pautas movidas por um clima de opinião forjado pela mídia é a Teoria do Espiral do Silêncio, de Elisabeth Noelle-Neuman (1995). A teoria pretende compreender como a opinião majoritária (mais forte, moralmente) consegue calar vozes dissidentes e apagar dissensos. Quando a opinião majoritária cala as vozes dissidentes, ela mistifica o verdadeiro teor da opinião pública. “ (...) aqueles que detêm as opiniões majoritárias tendem, ainda que indirectamente a silenciar os detentores de opiniões minoritárias, que com o receio de represálias acabam por não expor o seu pensamento” (MIDÕES, 2007, p. 1). Em complemento com os agenciamentos forjados pela mídia, a espiral do silêncio se fez pelo apagamento de dissensos e pelo clima da opinião da mídia traduzir-se como opinião pública.

Desse modo, o poder da mídia em reduzir o grau dos acontecimentos, das reivindicações populares de 2013, influenciou as aglomerações à direita – como ocorreu em diversos países, como França, Espanha e Egito – como os movimentos liberais forjados também por uma atmosfera discursiva neoliberalista. O efeito cumulativo da mídia, em detrimento da grande quantidade de pautas das jornadas de junho, influenciou movimentos opostos. A partir desse reducionismo, a mídia, além de agendar os movimentos, contribuiu ainda para que a “multidão” de Negri e Hardt (2009) fosse dissipada na experiência brasileira. Por meio de um jogo discursivo neoliberal, e com as pautas não sendo respondidas de uma forma concisa pelo governo, a mídia possibilitou a pulverização da “multidão” para grupos com bastante ligação com o neoliberalismo.

Segundo Miotello (2001) e Dahlet (2014), um “novo discurso” determinou os modos de apreensão do mundo a partir da década de 1990. Miotello (2001) realiza uma análise bakhtiniana para debater as condições socio-históricas de um discurso neoliberal⁹, um novo modo de se mostrar sujeito na mídia e novos modos de produção. Segundo ele, uma nova força econômica estaria moldando diversos setores da sociedade por meio de um discurso hegemônico e uníssono, interagindo por diversos meios – tanto os meios de comunicação

⁹ Entende-se por neoliberalismo uma evolução do liberalismo, abarcando na década de 1990 e 2000 – principalmente nos países latino-americanos – um novo discurso aplicado pela diferença, com o objetivo claro de ser hegemônico e uníssono, como bem avalia Miotello (2001). “Também é possível encarar a globalização como o resultado de um projeto que vem sendo desenvolvido tanto pelas classes incluídas, a chamada burguesia global, quanto pelas classes excluídas e pelas que lutam por direitos a serem conquistados. Aquelas defendem a eficácia, buscando uma modernidade funcional para as instituições; estas defendem a autonomia dos indivíduos, buscando uma modernidade emancipatória” (IDEM, 2001, p. 77).

quanto o governo de Fernando Henrique Cardozo (PSDB) com as privatizações – com a finalidade de um consenso sobre o livre-comércio. Esta construção de um projeto neoliberal é acentuada a partir das subjetividades. Segundo Miotello (2001, p. 104), a globalização materializa-se nos sujeitos a partir de uma faixa de incluídos e excluídos. Os incluídos seriam as classes mais abastadas e a classe média, enquanto que os excluídos seriam as classes mais baixas. Isto não quer dizer que a exclusão das classes tenha se dado na globalização – visto que há um ranço histórico de injustiça social – mas sim que houve uma separação destes dois grupos, onde a classe dominada é alienada a se ver (ou a aspirar) na classe dominante.

O capitalismo como sistema político pode assumir várias configurações, cada uma das quais terá um jogo de semioses peculiares. Pode ser liberal, fascista ou social-democrata. Contudo, cada modelo destes engendra seus signos, seus imaginários, seus códigos, todos centrados no acúmulo de capital em detrimento da realização universal da liberdade e da dignidade humana de cada pessoa, pois o valor de troca passa a ser a mediação geral de equivalência entre todos os entes por ele modelizados. O capitalismo neoliberal, de sua parte, possui uma ideologia peculiar que o justifica; ele agencia utopias coletivas alienadas que jamais se realizarão, como a utopia do livre mercado, por exemplo, ou ainda a satisfação de todos os consumidores em razão da competição entre os produtores e comerciantes. O que se nota, entretanto, é que quanto mais se desregulamenta o mercado, pior fica a situação dos excluídos. A semiose neoliberal mobiliza desejos e anseios das pessoas levando-as a terem comportamentos políticos favoráveis aos interesses dos grupos economicamente dominantes - seja ecoando mensagens, através das mídias, em favor das reformas estruturais conforme os parâmetros do Consenso de Washington, seja apoiando politicamente grupos e partidos com elas comprometidos. Em síntese, essa atual configuração do capitalismo neoliberal engendra regimes globalitários. Produzindo subjetividades, essa forma de capitalismo não apenas se implanta como modelo econômico, mas como semiose hegemônica, que agencia e hegemoniza amplos segmentos sociais em defesa de projetos que excluem a maioria, embora essa maioria possa pensar que esses projetos vão atender a seus interesses (MIOTELLO, 2001, p. 101-102).

O capitalismo neoliberal, ou melhor, o projeto neoliberal funciona como um aglutinador de discursos que se alinham a uma finalidade que é a eficácia das instituições mercadológicas. Nesse jogo, o que se nota é a luta contra-hegemônica de movimentos sociais de esquerda como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). A mídia, que poderia ocupar um meio de debater ideias, justifica a ação do movimento a partir do discurso neoliberal, deslegitimando sua ação e sua luta.

Nesse mesmo caminho, mas com um estudo mais recente, Dahlet (2014) descreve como o globodiscurso¹⁰ tem traçado novos modos semânticos para abafar as ideologias de esquerda, principalmente nos meios de comunicação escritos. A partir de um estudo sobre o uso da eufemização e da redistribuição semântica na imprensa, ele concluiu que a maioria das

¹⁰ O globodiscurso seria o discurso hegemônico dos meios de comunicação em larga escala.

publicações tem o propósito de evitar conflitos entre a classe dominante com a classe dominada: o abafamento daquilo que poderia comprometer o *status quo* da economia neoliberal, ou melhor, de seu projeto.

Esses termos [as eufemizações] todos têm um ponto em comum: o de evitar a menção, explícita ou implícita, de um conflito e da dominação mantida de uma parte da população sobre outras. Nesse sentido, cada um dos novos termos corresponde a uma maneira específica de eliminar o conflito da organização social e de apagar assim as divisões: à luta de classes historicamente atestada (burgueses e proletários), a divisão entre *classe B* e *C* substitui duas entidades abstratas, meramente simbolizadas por letras do alfabeto, cômodas para abafar as diferenças sociais e os particularismos culturais, iluminando somente que nada impede os de *C* virarem *B*, e que é melhor pertencer a *B* que a *C*, já que *B* vem antes de *C* e que *C* segue necessariamente *B* (IDEM, 2014, p. 130 – grifos do autor).

Para Dahlet (2014), o globodiscurso é uma fábula para mistificar as mazelas da sociedade (como as dicotomias sociais) como ele explica o uso de termo “igualdade” para “equidade” para designar o discurso da diferença do discurso neoliberal. É o jogo de dizer o que é ruim em um bom tom que ritualiza o discurso neoliberal para o autor:

Apesar de sua proximidade semântica, o que explica sua moda globodiscursiva, *equidade* não é *igualdade*. Pois o termo remete a um tratamento justo, sim, mas em condições específicas. É em nome do princípio de equidade que se impulsionam todos os programas chamados de discriminação positiva (do tipo empregos reservados para deficientes, bolsas a favor de alunos de zonas de educação prioritária na França, cotas de vagas para alunos do ensino público e negros nas universidades brasileiras). Destinada às necessidades de justiça de grupos determinados, que podem ser inclusive imensos (como no caso das mulheres dentro das humanidades), a *equidade*, por essa destinação peculiar mesma, não implica um tratamento igual para todos, mas, sim, um tratamento diferenciado em função da situação individual ou comunitária de cada um (IDEM, p. 131)

Portanto, temos dois estudos que nos apontam o florescimento de um discurso neoliberal e suas formas semânticas para silenciar forças contra-hegemônicas. É a partir daí que talvez se encontre nossa hipótese de que as pautas das jornadas de junho foram compactadas pela agenda conservadora da mídia. Depois do fim das jornadas, a mídia pautou determinados temas a serem debatidos na esfera social, e com isso possibilitou a criação de movimentos à direita¹¹.

¹¹ Entendemos a tríade direita e esquerda a partir das noções de Bobbio (1995) sobre o assunto. Enquanto as pautas da esquerda são direcionadas para o fim da desigualdade social, a direita compreende esta desigualdade com certa naturalização do viver em sociedade.

A reunião de uma riqueza comum, como afirmam Hardt e Negri (2009), a *multitude*, talvez fora suspensa pelo conteúdo midiático. Ademais, a multidão enfraquecida e um discurso dos incluídos (MIOTELLO, 2001) foram massificando diversos embates ideológicos.

Neste entrave, o *Facebook* serviu, no pós-jornadas (objeto desta pesquisa), como uma arena ideológica – como bem lembra Bakhtin (2006) – agregando ainda mais valor a determinadas camadas mais abastadas do que as que protestavam em 2013. Esse jogo do “globodiscurso” midiático e político contribuiu para o fortalecimento de movimentos liberais no Brasil. Em novembro de 2014, ocorreram protestos em várias cidades pedindo o impeachment de Dilma. Estes protestos foram organizados – via rede social – por vários movimentos, sendo os principais: Movimento Brasil Livre (MBL) e a *fanpage*¹² Revoltados On-line.

A partir de uma organização de protesto reivindicando a “investigação e punição dos envolvidos no escândalo apurado pela Operação Lava Jato, e pela liberdade de imprensa” (MBL, 2014) – em resposta ao vandalismo ocorrido na sede da Abril –, o Movimento Brasil Livre foi fundado, objetivando suas ideias a partir das premissas liberais e conservadoras. Entre suas exigências estão: uma imprensa livre e independente, sem verbas ou regulamentações governamentais que influenciem seus posicionamentos; liberdade econômica, um mercado livre de regulações abusivas e impostos escorchantes; separação de poderes, instituições independentes, livres da ingerência sufocante de partidos totalitários; eleições livres e idôneas, um processo eleitoral transparente e livre de coerções partidárias; e, por último, o fim dos subsídios diretos e indiretos a ditaduras, tributos cobrados do povo brasileiro devem ser investidos no Brasil.

Partindo da mesma linha conservadora e liberal, o movimento Revoltados *On-line* foi fundado em 1 de agosto de 2010, e sua principal exigência é livrar o Brasil “das mãos sujas de corruptores e de mensalões” (REVOLTADOS ON-LINE, 2016).

Como podemos notar, estes movimentos, em suas páginas, não pontuam serem “anti-petistas” ou simpatizantes do pedido de *impeachment* de Dilma, mas fazem parte do “globodiscurso” ou da onda neoliberal supracitados. Os dois movimentos têm características liberalistas e nacionalistas, com um forte endurecimento nas práticas discursivas da globalização.

¹² Fanpage é nome norte-americano que significa páginas de fãs. Neste trabalho nomearemos esta ferramenta como páginas dentro do *Facebook*.

Em contrapartida, diversas entidades ligadas ao governo e à ideologia¹³ de esquerda, lançaram campanhas e manifestações em prol do governo e também da empresa estatal Petrobrás – investigada pela Operação Lava Jato. Foram às ruas no dia 13 de março de 2015, as entidades Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e União Nacional dos Estudantes (UNE) com os objetivos de defender a democracia, a reeleição de Dilma Rousseff, e a empresa estatal Petrobrás. Segundo a Folha de São Paulo (2015), 40 mil pessoas preencheram a Avenida Paulista, em São Paulo. A principal reivindicação destes protestos do dia 13 é uma resposta ao pedido de impedimento de Dilma Rousseff (PT) por partidos de oposição e pelos MBL e Revoltados On-line, que divulgaram um protesto contra o governo de Dilma Rousseff.

O segundo protesto ocorreu dia 15 de março de 2015, num domingo, em várias cidades do país. Organizado pelo Movimento Brasil Livre e Revoltados On line, o protesto teve adesão de 1 milhão de pessoas, aproximadamente, segundo os jornais tradicionais. O Data Folha (2015) afirmou que destes, 210 mil estavam na Avenida Paulista.

Essas duas colisões políticas são o pano de fundo do nosso objeto de pesquisa: as manifestações de março de 2015.

1.2 Material de análise e procedimentos

Para observar os embates discursivos, estudamos aqui como as manifestações de março de 2015 reverberaram nas redes sociais, em especial o *Facebook*. Durante os meses de maio e de junho de 2015 foram coletados dentro desta rede social, nas páginas dos jornais tradicionais Estado de São Paulo, Folha de São Paulo e O Globo, os principais comentários¹⁴ de notícias sobre as manifestações do dia 13 e 15 de março de 2015. Nosso *corpus* é composto por 12 comentários (dois de cada postagem da página por veículo) e 120 réplicas ou respostas. Os comentários são aqueles em que os atores enunciam sobre a postagem da página. As réplicas são as respostas em que os atores se interagem, sobre o tema da postagem ou sobre outros assuntos relacionados.

¹³ Não é do escopo deste trabalho aprofundar sobre o conceito de ideologia.

¹⁴ O *Facebook* oferece três tipos de visualizações dos comentários: mais recentes; principais comentários; e principais comentários sem filtro. Foi escolhida a opção “principais comentários” por abarcar uma maior quantidade de réplicas dos usuários. A opção “principais comentários sem filtro” foi descartada por conter conteúdo impróprio como spams, entre outros.

A escolha destas notícias e das páginas dos jornais tradicionais partiu da necessidade de um espaço que representasse opiniões diversas em meio aos comentários colhidos. O objetivo geral é analisar os imaginários sociodiscursivos (CHARAUDEAU, 2007) emergidos na relação discursiva e na troca argumentativa entre os usuários da rede nos comentários contrastando com o discurso polêmico (AMOSSY, 2014; DECLERCQ, 2003; ALBERT; NICOLAS, 2010). Os objetivos específicos direcionados pela identificação dos saberes de crença e conhecimento (CHARAUDEAU, 2007; 2015); pela descrição dos processos de interação nos sites de redes sociais (SRS); e pela possível relação entre Esfera Pública (HABERMAS, 2014; 2008) e *Facebook*.

O objeto em discussão nesta pesquisa será analisado, especificamente, nas seguintes fases:

a) para compreender a dinâmica da prática discursiva, ou seja, da situação de comunicação nas redes sociais, alinhamos as visões de Levy (2000) e Recuero (2009) com a Teoria Semiológica. Segundo Charaudeau (2007; 2015), os imaginários sociodiscursivos são revestidos por meio da Retórica. Para identificá-los, temos uma base de sistemas com pensamentos coerentes através dos saberes enunciados (como o *pathos*, *logos* e *ethos*). A análise partirá das situações de comunicação em que as representações se dão no dizer.

b) para analisar a dimensão da prática social, utilizaremos as teorias de democracia deliberativa de Habermas (2014; 2008); Maia (2011); Marques (2008). A discussão será feita a partir do conceito de Esfera Pública à luz do *corpus* analisado. Partimos da hipótese de que existe uma relação entre Esfera Pública e os *sites* de redes sociais (SRS), representados aqui como uma mídia, e que ela favorece ações legítimas de uma democracia deliberativa a partir das trocas comunicacionais entre os atores. Habermas (2008) interpreta que a mídia está presente na periferia da esfera pública, isto é, como base da relação entre as conversas do cotidiano da esfera pública informal e o poder administrativo. Se antes tínhamos a esfera pública dividida entre centro e periferia, sendo a mídia a voz e ator dessa interlocução, agora a internet passa a ser a responsável pela interlocução, dando voz aos cidadãos. Ou seja, a mídia tradicional perde espaço na seletividade dos acontecimentos e voltamos ao ideal utópico habermasiano dos cidadãos debaterem a fundo um assunto público até que este se torne forte o bastante para ser uma demanda social representativa a fim de cobrar ação dos governantes. Sendo a mídia uma intermediária entre os processos de reivindicação da sociedade civil e o centro do poder político, como se enquadrariam os sites de redes sociais, em especial, o *Facebook*?

1.3 Apreciação sobre o conceito de esfera pública

Desde a Grécia Antiga aos dias atuais, uma explosão de inovações e apropriações ocorreu na esfera pública. Se na Grécia Antiga tínhamos uma separação clara entre a esfera íntima, a familiar, e a esfera pública, responsável pelos argumentos sobre a coisa pública, nos dias atuais temos um complexo inestancável de apropriações e formas de tratar, e argumentar, sobre o Poder Público, embora os argumentos não apresentem intermediações com o mesmo, a não ser por uma clivagem dos meios de comunicação.

Habermas (2014) elabora um estudo na década de 1960 sobre o conceito de Esfera Pública e sua constante moldura entre a Grécia Antiga, a Idade Média, e a Idade Moderna. A esfera pública para o autor é um palco onde se encontram diversos tipos de representações e argumentos capazes de discutirem um bem comum à sociedade. São reuniões de cidadãos e cidadãs sobre a cidade, o país, enfim, sobre a política.

Bastante influenciado por Adorno e Horkheimer, da Escola de Frankfurt, Habermas (2014) tem a percepção que a Esfera Pública perdeu sua argumentação e criticidade a partir dos conglomerados da comunicação e, principalmente, por meio da Indústria Cultural. Segundo o autor, antes destes avanços ou impactos, se preferirmos, da Indústria Cultural e seus influentes, houve uma Esfera Pública Burguesa, alinhada à uma esfera literária, que possibilitou reuniões de comerciantes, literários etc., destinada à debates sobre o intercâmbio de mercadorias e do trabalho social.

Portanto, durante a Idade média, a esfera pública era praticada, em sua maioria, por comerciantes, cobrando e estimulando medidas, articulando ações junto ao Poder Público. Temos, por exemplo, o quadro abaixo que demonstra a divisão entre o setor privado e a coisa pública; para Habermas (2014), foi a partir do fortalecimento do capitalismo e dos meios de comunicação em larga escala que tornaram híbrida essa relação:

Setor Privado	Esfera do Poder Público	
Sociedade Civil (setor da troca de mercadorias e de trabalho social)	Esfera Pública Política	Estado (setor da “polícia”)
	Esfera Pública Literária (clubes, imprensa)	
Espaço Íntimo da pequena família (intelectualidade burguesa)	(mercado de bens culturais)	Corte (sociedade da aristocracia da Corte)

TABELA 1 - A Esfera Pública no século XVIII.

Fonte: Habermas (2014)

Para apresentarmos de forma concisa a ideia que Habermas propõe de Esfera Pública, diremos assim: Aristóteles, na Grécia Antiga, elaborando os conceitos de democracia participativa, delineou que as instâncias decisórias, ou seja, o poder público, deveriam ouvir e debater questões – como valores, leis etc. – com o público, a partir de uma reunião da *Ágora Grega* entre intelectuais da Grécia que debatiam e refletiam acerca da coisa pública, relembra Correia (1998). Portanto, a partir destas conceituações de democracia, Habermas (2014) reflete sobre a democracia deliberativa. Isso quer dizer que, para vivermos em uma democracia, é necessário que a esfera pública funcione como “opinião pública” para que as instâncias decisórias decidam em prol do mesmo.

Se para Habermas (2014) a opinião pública irrompe a partir do embate racional e o consenso se formaria a partir do melhor argumento, a emergência dos *medias* enfraqueceu este formato inicial passando a elencar e representar o que é opinião pública. A invenção da prensa por Gutemberg, no século XV, possibilitou uma nova forma de *publicidade* entre os comerciantes e o poder público. Entretanto, Habermas (2008) percebe, apesar de um olhar criteriosamente ligado às contribuições de Adorno e Horkheimer, uma reviravolta no jogo entre imprensa e esfera pública. Como afirmamos acima, a esfera pública, então mediadora e debatedora das leis, valores, dentro outros, com o poder público (a Corte etc.), passa agora por um movimento de *adormecimento*, perdendo sua criticidade argumentativa¹⁵.

Para Habermas (2014), a consolidação do capitalismo, a emergência da Indústria Cultural¹⁶ e o surgimento dos grandes conglomerados de comunicação puseram em decadência a Esfera Pública.

A desintegração do eleitorado enquanto público torna-se nítida, no fato de que o rádio e o jornalismo, “mantidos da maneira habitual”, praticamente ficam sem consequências; no âmbito da esfera pública estabelecida, os meios de comunicação de massa surgem apenas como transmissores de propagandas (...) as próprias assembleias servem basicamente só como manifestações publicitárias, nas quais os presentes, se é que isso chega a importar, podem ser coadjuvantes, figurinos gratuitos, para as transmissões de televisão (HABERMAS, 2014, p. 456).

¹⁵ O princípio da publicidade, antes entendido no sentido de expor razões e perspectivas ao crivo do julgamento público, impondo constrangimentos não só às autoridades, mas a todos os participantes, é pervertido pela lógica da propaganda de massa, que transforma a esfera pública de debate em um espaço propício para a aclamação. (MARQUES, 2008, p. 24)

¹⁶ A Indústria Cultural é um conceito cunhado por Adorno e Horkheimer (2002) para indicar o excesso de industrialização e consumo da sociedade pós Segunda Guerra Mundial. Segundo os autores, a grande quantidade de mercadorias prejudica a racionalização da sociedade, tornando a opinião pública amorfa e refém do consumo.

É preciso frisar o porquê desta decadência. Primeiro, segundo os estudiosos de Frankfurt (ADORNO; HORKHEIMER, 2002), o grande número de mercadorias e cópias, e precisamente, o grande acúmulo de venda e consumo, constituíram uma sociedade amorfa. Habermas critica essa relação entre sociedade e mídia como *manipuladora*, voltada para o consumismo – alavancada, é claro, pela Indústria Cultural.

No entanto, após diversos estudos das sociedades complexas, Habermas (2008) reelabora esse jogo assimétrico entre mídia e público. Com uma visão mais otimista, a mídia passaria, na contemporaneidade, a ter um papel de mediadora na Esfera Pública. Sua perspectiva descreve que os *media* podem ter uma relação saudável com a Esfera Pública, em forma de processo de legitimação da democracia. Um dos desafios, propostos pelo autor, seria uma mídia autorreguladora, negociando temas relevantes entre a Esfera Pública, Sociedade Civil e o centro do sistema político. Para justificar seu ponto de vista, Habermas (2008) elabora um modelo de duas vias: o Poder Comunicativo (periferia) e o Poder Administrativo (centro).

Maia (2011) nos indica que os pensamentos de Habermas sobre a mídia sofreram modificações deste de *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. A esfera pública passou a ser vista como uma intermediária entre o sistema político e os setores privados. A ideia seria entender qual o papel da mídia na estruturação da esfera pública. Para Maia (2011), a mídia teria a importância em promover mediações e operar um fórum cívico.

Para isso, criou-se o modelo de duas vias em que o centro do sistema político, ou seja, o poder administrativo, seria representado por parlamentares, cortes, agências administrativas (como a Câmara dos Deputados, Senado, Supremo Tribunal Federal); e a periferia (poder administrativo) estaria representada em dois níveis: em organizações ligadas ao governo, como universidades, associações, fundações; e, em outro nível, “organizações que preenchem funções de coordenação em domínios sociais carentes de regulação (grupos de interesse, instituições culturais, grupos de ativistas ambientais, igrejas, etc.)” (MARQUES, 2008, p. 25).

O centro do sistema político é representado como as instâncias decisórias e a periferia como esferas públicas informais (falas cotidianas entre públicos da sociedade civil). A mídia se enquadraria na periferia por não apresentar poder decisório. Portanto, nesta nova leitura de Habermas (2008), o papel da mídia seria de fortalecer e manter a democracia deliberativa, desde que tenha uma auto-regulação, e não esteja ligada ao setor político e econômico.

No entanto, para que mídia exerça este papel, teríamos que, a rigor, ter uma redemocratização dos meios de comunicação. Está nítido que o modelo brasileiro de mídia é um tripé forjado entre uma concessão federal privada, estadual e de emissoras públicas. E a mídia, estando atrelada ao poder da publicidade, está direcionada para o acúmulo de capital. Ou

seja, a publicidade – no sentido aqui de propaganda – *reina* e muito influencia em determinadas posturas editoriais.

Marques (2008) faz uma ótima leitura entre as proposições de Habermas e a conjuntura brasileira. O modelo de Habermas, que irrompe por meio das esferas públicas informais, não tende a ser processado na instância do Estado, que por sua vez não coloca as questões discutidas no cotidiano em pauta.

No contexto das esferas públicas constituídas por diferentes grupos e setores da sociedade civil brasileira, entretanto, muitas vezes as trocas argumentativas permanecem atadas a seus contextos de origem, revelando que: a) nem todos os assuntos escapam ao âmbito privado ganhando outros contextos comunicativos de maior visibilidade (muitas vezes também os atores entendem que não há necessidade de que suas questões ultrapassem os enclaves de origem); b) nem todos os públicos e discursos alcançam oportunidades iguais de participação, de inclusão deliberativa e de desenvolvimento da autonomia para endereçarem suas demandas a outros contextos de deliberação (Idem, 2008, p. 35).

Deste modo, temos estas fragilidades apontadas pela autora. As esferas públicas informais não operam “em uníssono ou reforçam as esferas formais de deliberação” (Idem, p. 35). O *Facebook* poderia proporcionar esta visibilidade de grupos menos favorecidos e pouco privilegiados pela mídia. Temos este meio de comunicação recente, digamos assim, livre das posturas tradicionais: a internet. Nosso foco é precisar se o *site* de rede social *Facebook* poderia representar uma midiaticização da esfera pública, mediando e influenciando as instâncias decisórias. É necessário aqui, antes de tudo, tratar a internet como um novo espaço de audiência, ou seja, como um espaço que possibilita a imersão de diversas camadas sociais, e, por sua vez, a criação e reverberação de pautas não consideradas pelas mídias tradicionais. Nosso trabalho analisará se estas mídias ainda agenciam os argumentos dos usuários da rede; e se pudermos considerar este espaço como uma reunião de argumentos racionais.

Considerações Finais

A ideia geral de Habermas (2008) seria reforçada, digamos assim, pela racionalidade. Influenciado por Aristóteles e por Kant, o autor ressalta a necessidade das esferas públicas funcionarem com base na argumentação racional e livre de qualquer coerção. Entretanto, atualmente, não podemos desvencilhar a força que o mercado global exerce no ramo midiático. São pressões e ideologias que agenciam pensamentos do público. Não que este público seja *amórfico*, mas ele é atravessado pela agenda da mídia, que influencia as falas cotidianas, ou seja, as esferas públicas informais, a periferia.

Para trazer nosso *corpus* para a análise, antes de tudo, temos que pensar se os usuários da rede seriam os *prosumers*, ou seja, se seriam capazes de reproduzir e consumir conhecimento. Na presente pesquisa, as respostas dos atores são movidas por um agenciamento midiático. Primeiro porque, na escolha de nosso *corpus*, preferimos escolher comentários e respostas dos atores dentro de meio possivelmente neutro, como em postagens de jornais tradicionais no *Facebook*. Segundo que, a partir da análise, foi possível identificar nos entremeios, claras posturas partidárias anti e pró-governo petista.

No próximo capítulo partiremos deste ponto de vista: o acordo do discurso do outro no *Facebook* quase não acontece. Os comentários são feitos por meio de um discurso de combate. Os debatedores, enfim, não almejam um consenso, mas um conflito que possibilite o regime de ataques.

CAPÍTULO 2 – OS IMAGINÁRIOS SOCIODISCURSIVOS E A POLÊMICA¹⁷ NAS REDES SOCIAIS

Considerações Iniciais

Neste capítulo, elencamos algumas características da internet, bem como dos *sites* de redes sociais, de modo a discutir as características da prática discursiva em que se desenrolam os imaginários sociodiscursivos do discurso polêmico. No âmbito linguístico-discursivo, nos referenciamos na Teoria Semiolingüística de Patrick Charaudeau (2005; 2008; 2015) e nos conceitos de discurso polêmico (AMOSSY, 2014; ALBERT; NICOLAS, 2010; DECLERCQ, 2003).

2.1 Internet e redes sociais: funcionamento e características

A vida cotidiana vem sendo modificada e adaptada por diferentes modos de interação. Desde culturas isoladas às culturas planetárias, como revela Levy (2000), a globalização das trocas de mensagens simultâneas mediadas e quase mediadas¹⁸ por aparatos tecnológicos, vimos impactos maçantes que possibilitaram uma evolução nos campos da comunicação, sociologia, filosofia, linguística, dentre outros.

Como atenta Thompson (1998), foram os efeitos da globalização no quotidiano que possibilitaram a simultaneidade e o caráter em larga escala dos meios de comunicação. Desse modo, as criações do rádio, TV e a internet (mais recente) reestruturaram e readaptaram o universo conversacional e informacional da sociedade, produzindo uma “mídiação” das relações sociais por meio da informação. A notícia, antes mais restrita à troca languageira entre sujeitos, altera-se para a prensa e outras linguagens verbais e icônicas com os *medias*. Além

¹⁷ A polêmica é descrita neste trabalho como um adjetivo que comporta um regime de discursos com o objetivo claro de refutação. Por isso trabalhamos ao longo de nosso percurso também com “discurso polêmico” para descrever todo os procedimentos de confrontação e refutação propostos pelos interlocutores. Não trabalhamos a polêmica enquanto substantivo que, nas palavras de Charaudeau e Maingueneau (2016, p. 379), “é uma sucessão mais ou menos longa de textos que se opõem sobre uma “questão”, um tema de debate ou uma rede de questões conexas”.

¹⁸ Thompson (1998) define três tipos de interação: interação face a face, interação mediada e interação quase mediada. A interação quase mediada se refere aos meios de comunicação em larga escala, como a TV, em que não há um feedback imediato e frequente entre os que produzem a mensagem e os telespectadores.

disso, o crescimento da alfabetização consolidou ainda mais a centralidade da imprensa na modernidade.

Como efeito desse processo de midiaticização social, os referenciais de temporalidade e espacialidade foram alterados, evidencia Thompson (1998). Assim, informações antes recebidas por meio de jornais e cartas, passaram, por meio do rádio e da TV, a serem transmitidas de um lugar para o outro sem que o receptor estivesse presente na situação comunicacional, isto é, o ato comunicativo face a face – o mais difundido na época – altera-se para um ato comunicativo com temporalidade e espacialidade arbóreas, determinando um quase interação mediada.

Mais recentemente, nas últimas décadas, a abertura da internet (LEVY, 1999) revolucionou ainda mais os modos de se comunicar e interagir no mundo, além de uma mudança (advinda desde a criação das máquinas que substituíam trabalhadores) na lógica do mercado, como o aquecimento da indústria de entretenimento e o comércio eletrônico. Surgiram novas formas de culturas e espaços de interação, o que Levy (1999) apontará como o surgimento da Cibercultura: um ambiente que se constrói através da comunicação virtual, da indústria do entretenimento e do comércio eletrônico. Os sujeitos se deslocam de suas atmosferas culturais remanescentes para imergir num universo em que não há necessidade de presença física – onde os processos de contato, mesmo os mais pequenos, se dão por meio da comunicação virtual.

Levy (1999) aponta que a aceleração tecnológica do ciberespaço (ambiente em que se encontram os atores imersos na internet e toda sua estrutura) é constante, podendo, até mesmo, os mais aprimorados com a nova mídia sentirem suas técnicas obsoletas ao longo tempo. Esta aceleração contínua proporcionou mudanças mais profundas. Castells (2005), por exemplo, aborda essa nova forma de relação entre os indivíduos de *sociedade em rede*. Para o autor, o crescimento da internet e o aumento de conexão entre os indivíduos perpassam primeiro pela sua abertura às empresas, companhias e multinacionais, que transformaram a rede num novo mercado.

A criação das chamadas redes sociais ou sites de redes sociais (SRS), como o *Facebook*, possibilitou novos modos de interação e comunicação, além das adaptações da linguagem nestes espaços (como o encurtamento da palavra “você” para “vc”). Segundo Recuero (2009), os sites de redes sociais são definidos como sistemas que permitem a construção de uma persona através de um perfil ou página pessoal; a interação através de comentários; e a exposição pública da rede social ou página pessoal de cada ator. Estes sites de redes sociais funcionam como uma teia, ou um rizoma, onde diversos “nós” ou “nodos” se inter cruzam e se interagem na plataforma. No entanto, essas interações não são as mesmas das

condições dadas na sociedade fora da cibercultura. Um sujeito que se expõe em um *site* de rede social está mais livre do que a interação propriamente dita, isto é, face a face ou com o imediatismo que essa condição lhe dá. Portanto, o sujeito que interage nas redes sociais não tem a mesma preocupação com as interações convencionais. Em primeiro lugar, o sujeito se caracteriza a partir de um perfil e é este – e não a pessoa em si – que interage com outros perfis. Portanto, a possibilidade de criação de máscaras discursivas é maior quando o sujeito interage na rede, tendo em vista que ele pode desempenhar diferentes papéis sociais que não seriam possíveis nas interações convencionais.

Conforme Recuero (2009), os “nós” ou “nodos” são os atores e as conexões. Os atores são as representações sociais que os usuários da rede “transportam” para dentro do universo online; não se trata de indivíduos e sim de construções de representação dos atores. As conexões são as relações sociais destes atores dentro da rede; são os laços sociais, relações sociais e as interações. O laço social, segundo a autora, é a “efetiva conexão entre os atores que estão envolvidos nas interações. Ele é resultado, deste modo, da sedimentação das relações estabelecidas entre agentes” (RECUERO, 2009, p. 38). O laço social é a capacidade dos sujeitos da rede se associarem a determinados locais e instituições por meio das interações entre eles.

É importante entender que o raciocínio da autora parte do laço associativo de Goffman (1974), quando os sujeitos criam laços associativos de pertencimento. Para o autor, todas as relações entre os seres são resultadas das interações e dos encadeamentos proporcionados por quadros de referência (percepção, parecer, sentimento) e do senso comum de um contexto dado. Este laço associativo é o pertencimento que os sujeitos associam a um determinado local. Por sua vez, Recuero (2009) acentua a existência do laço relacional, o qual é construído prioritariamente nas interações entre os vários sujeitos de uma rede social.

Além disso, o laço relacional está mais direcionado às interações dialógicas enquanto os laços associativos estão ligados apenas pelo pertencimento. O laço relacional, deste modo, reflete uma interação dialógica, debatendo com o dialogismo de Bakhtin (1997; 2006). Todos os enunciados no processo de comunicação são dialógicos, isto é, o emprego de uma palavra é perpassada pela palavra do outro. Nessa dinâmica, o enunciado constitui-se a partir de outro enunciado, ou seja, é uma réplica a outro enunciado. Portanto, o sujeito se faz na relação dialógica: são as nossas relações com os outros que nos transformam em sujeitos de fala. É a partir das várias vozes que um indivíduo se relaciona ele se constitui sujeito. Por isso a importante relação entre o laço relacional e o dialogismo de Bakhtin (1997; 2006). Segundo Recuero,

Judith Donath (1999) sustenta que a percepção do Outro é essencial para a interação humana. Ela mostra que, no ciberespaço, pela ausência de informações que geralmente permeiam a comunicação face a face, as pessoas são julgadas e percebidas por suas palavras. Essas palavras, constituídas como expressões de alguém, legitimadas pelos grupos sociais, constroem as percepções que os indivíduos têm dos atores sociais. É preciso, assim, colocar rostos, informações que gerem individualidade e empatia, na informação geralmente anônima do ciberespaço. Este requisito é fundamental para que a comunicação possa ser estruturada. Essas questões são importantes porque trazem a necessidade de que *blog* identifique, de alguma forma, o indivíduo que se expressa através dele¹⁹ (RECUERO, 2009, p. 27).

A nosso ver, estas questões, como a geração de empatia e de individualidade na rede social, não são diferentes das relações sociais cotidianas. A principal diferença está “no distanciamento entre as pessoas envolvidas na construção dessa relação” (Idem, p. 37); este distanciamento pode alterar a forma como a relação é estabelecida.

A representação destes laços sociais na rede se dá a partir das relações sociais, como dito acima, entretanto, é necessário compreender as relações sociais como um conjunto de atividades sociais (desde a interação e a representação dos laços) que possibilita a troca linguageira entre os sujeitos da rede social. Estas relações sociais constituem a unidade básica de análise em uma rede social. Por exemplo: um pedido de amizade, um pedido para entrar em um grupo de discussão e, de outro lado, o aceite destes são relações sociais dentro do *Facebook*.

As relações sociais são todas as formas de troca linguageira e de representações possíveis na rede social, ou seja, as possibilidades que a rede social oferece para a criação de novas formas de individualização e coletivização. A interação que se dá entre os sujeitos da rede social é construída discursivamente – ambientes como local de trabalho são substituídos pela mediação do computador –, o que dá a possibilidade de os sujeitos falsearem ou inventarem determinadas representações a partir das situações de comunicação da cibercultura.

Em um breve paralelismo conceitual, a interação sugerida por Recuero (2009) se assemelha da interação entendida no âmbito da Análise do Discurso, como vemos em Benveniste (1976); Bakhtin (1997; 2006); o papel fundamental do Tu nas representações de troca de conhecimento e a interação verbal como aspecto basilar da língua. Os autores ressaltam que são necessários dois interlocutores para que a linguagem ocorra. Bakhtin (2006) vai mais longe ao criticar o caráter estrutural da língua e seu individualismo. Para ele, a questão fundamental, como já dito, é a interação verbal. Assim, é a interação que dá forma à língua e aos discursos subsequentes.

¹⁹ Obra referenciada por Recuero: DONATH, J. S. Identity and Deception in the Virtual Community. In: KOLLOCK, P.; SMITH, M. (or.) **Communities in Cyberspace**. New York: Routledge, 1999.

Recuero (2009) e Primo (2007) trabalham duas formas de interação: a reativa e a mútua. A mútua seria a interação dialógica em si; e a reativa seria fruto, primeiramente, dos laços associativos que Goffman (1975) sugere. Segundo Primo (2007), a mútua seria expressa por sujeitos diversos, com bate-papos e debates em comentários ou postagens²⁰ e a reativa se realiza por meio de ligações entre sites, os chamados *links*. Para Recuero (2009), a interação reativa ocorre quando um locutor publica um endereço de site. Os outros interlocutores só interagem com o *link*: se clicam ou não.

As relações sociais são construídas por meio da interação e das conexões de laços sociais dentro das redes social. Recuero (2009) trabalha no enfoque de capital social, nos conceitos de Bourdieu (1983), Coleman²¹ e Putnam²². O conceito de capital social refere-se às relações de um grupo entre atividades individuais e coletivas, por meio de experiências de moralidade, das redes sociais (grupos), e das normas cívicas. A partir desse jogo de relações, o sujeito expressa o valor social resultado de suas experiências.

Conforme Bourdieu (1986), o capital social é resultado de um agregado de recursos potenciais ligados a uma rede de relações institucionalizadas de mútua familiaridade e reconhecimento. Dito de outro modo, o capital social é a troca que um grupo fornece a cada um de seus membros por determinadas “credenciais” que lhes direito a crédito (direito a se expressar; a vender; enfim, nos vários sentidos da palavra).

In other words, the network of relationships is the product of investment, strategies, individual or collective, consciously or unconsciously aimed at establishing or reproducing social relationships that are directly usable in the short or long term, i.e., at transforming contingent relations, such as those of neighborhood, the workplace, or even kinship, into relationships that are at once necessary and elective, implying durable obligations subjectively felt (feelings of gratitude, respect, friendship, etc.) or institutionally guaranteed (rights).²³ (BOURDIEU, 1986, p. 52)

O capital social é a capacidade do indivíduo de catalisar recursos coletivos por meio de um laço social. Bourdieu (1986) explica que é necessário um esforço para que o capital social

²⁰ A interação pode ou não ser imediata. Por exemplo, um comentário postado no início de maio de 2014, pode receber novas respostas no início de junho.

²¹ Obra referenciada por Recuero (2009): COLEMAN, J. S. Social Capital and the Creation of Human Capital. *American Journal of Sociology*, n. 94, p.S95-S120, 1988.

²² Obra referenciada por Recuero (2009): PUTNAM, R. D. **Bowling Alone**: The collapse and Revival of american Community. New York: Simon e Schuster, 2000.

²³ Tradução nossa: “Em outras palavras, a rede de relações é um produto de investimento, estratégias, individuais ou coletivas, conscientemente ou inconscientemente, que visa estabelecer ou reproduzir relações sociais que são diretamente utilizáveis no curto ou longo prazo, isto é, a transformação das relações contingentes, tais como aquelas de bairro, local de trabalho, ou mesmo parentesco, em relacionamentos que estão em uma vez necessários e eletivas, o que implica obrigações duráveis subjetivamente sentidas (sentimentos de gratidão, respeito, amizade etc.) ou institucionalmente garantidas (direitos).”

seja reproduzido; caso não haja reciprocidade (investimento) e esforço (custo), o capital social fica enfraquecido, incapaz de manter as relações sociais de determinado grupo. No entanto, para Bourdieu (1986), o capital social funciona como uma nuvem, formada por uma grande quantidade de significações (desde o nome familiar; a profissão, dentre outros), em cima de um grupo e que só é atingida por meio da individualidade. Deste modo, o capital social só pode ser reproduzido por meio das relações sociais dos indivíduos.

Recuero (2009) enfatiza que a teoria de capital social é essencial para entender os mecanismos de interação dos sujeitos nas redes sociais. Para ela, a construção do capital social pode ser dividida entre os laços relacionais e laços associativos.

Essa representação dos sujeitos atuantes na vida real para a vida virtual, além de representarem as relações sociais (a interação e o laço social), também apresenta especificidades como a própria dinâmica da rede.

Para Recuero (2009, p. 79), a dinâmica da rede estaria representada por três elementos básicos: a) cooperação, competição e conflito; b) ruptura e agregação; c) adaptação e auto-organização. É importante frisar que, tratando-se de um objeto como a internet e, precisamente das redes sociais, estão em “constante mutação no tempo”, ou seja, são “redes vivas”.

O primeiro elemento dinâmico das redes sociais é constituído pela cooperação, competição e conflito. A cooperação, segundo Recuero (2009), é a força motora da criação das estruturas de convivência. São as formas “do agir organizado”. Sem a cooperação, não existe sociedade. Vivemos em cidades, vilarejos, vilas etc., devido a esse modo do agir colaborativo; o agir em sociedade, a partir de nossas tradições morais, cívicas e éticas; o Capital Social.

Por outro lado, temos também, na experiência cotidiana, traços de competitividade entre um e outro, gerando cooperação. São formas não hostis de alavancar questões divergentes entre atores na rede social da internet e, ao mesmo tempo, alcançar soluções para tais. Segundo Recuero (2009, p. 82), “a competição, pode, por exemplo, gerar cooperação entre os atores de uma determinada rede, no sentido de tentar suplantar os atores de outra”. A competição e a cooperação são formas híbridas das relações sociais.

O conflito, que entraremos com mais detalhes no próximo capítulo - quando analisaremos o discurso polêmico (KERBRAT-ORECCHIONI, 1990; DECLERCQ, 2003; ALBERT e NICOLAS, 2010) e a apologia da polêmica (AMOSSY, 2014) -, é o modo em que são geradas as hostilizações, humilhações, visando a desqualificação do (s) outro (s). “Para que exista competição, não é necessário um antagonismo concreto, enquanto no conflito, sim” (RECUERO, 2009, p. 82). Dessa forma, o discurso polêmico faz parte do conflito nas redes sociais.

O conflito na rede pode gerar pistas sobre a materialização de um discurso polêmico. Aqui, nós entendemos por discurso polêmico a caracterização de um questionamento a algo ou a alguém a partir de um processo de agressão verbal e de um dissenso, como Kerbrat-Orecchioni (1990, p. 3) lembra: “la polemique est donc une *guerre* verbale²⁴”. Esta questão é crucial nos estudos das redes sociais atualmente. O conflito está centralmente localizado na maioria das discussões entre os sujeitos na rede *Facebook* como formas erísticas (vencer o debate a qualquer custo) e como formas de desqualificar o outro.

Cada um desses processos tem, assim, impacto diferenciado na estrutura social. Enquanto a cooperação é essencial para a criação e manutenção da estrutura, o conflito contribui para o desequilíbrio. A competição, por outro lado, pode agir no sentido de fortalecer a estrutura social, gerando cooperação para atingir um fim comum, proporcionar bens coletivos de modo mais rápido, ou mesmo gerar conflito, desgaste e ruptura nas relações (RECUERO, 2009, p. 83).

Estes primeiros processos de dinamismo na rede contribuem inicialmente para uma possibilidade de análise das interações nas redes sociais, principalmente, no *Facebook*, na medida em que são formas regulares de manutenção/ruptura de interações entre os sujeitos. Deste modo, a colaboração é demonstrada, previamente, nas ferramentas de eventos proporcionadas pelo *Facebook*: um usuário da rede cria uma página que oferece a participação de outros usuários. Abaixo, temos um exemplo do conflito na rede:

²⁴ Tradução nossa: “A polêmica é, portanto, uma guerra verbal”.

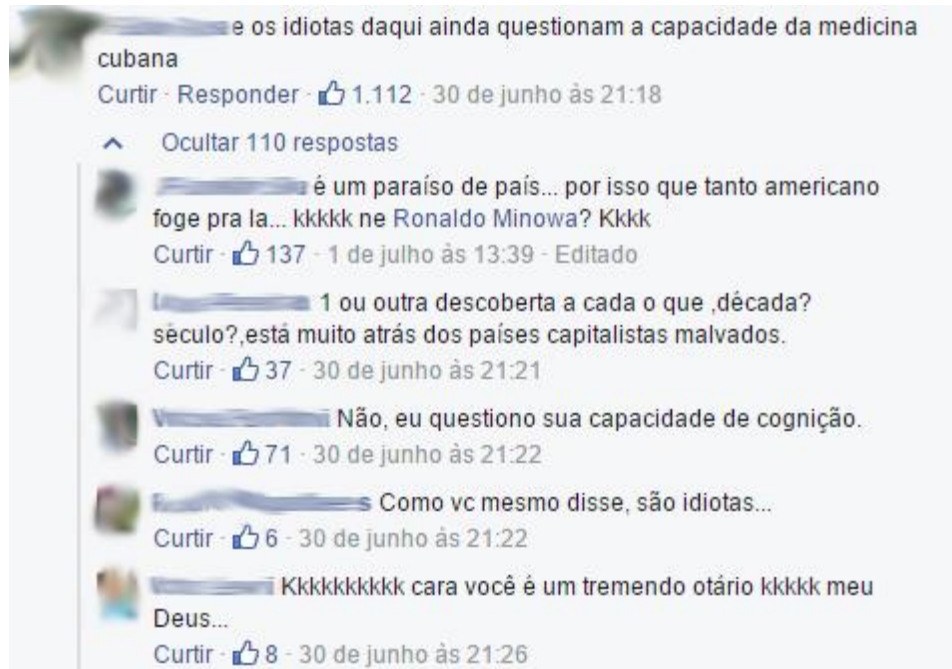


FIGURA 1 - Comentários sobre a notícia de que Cuba fora o primeiro país a eliminar a transmissão de Aids de mãe para Filho, publicada pela Estadão (Estado de São Paulo), em sua página no Facebook.

Os excertos acima mostram como o conflito, neste caso em tom político, permeia os comentários dos usuários no *Facebook*. Percebemos que os adjetivos “idiota” e “otário” refletem esse dinamismo que busca desqualificar o outro (pessoa, grupo etc.). Faz parte do discurso de combate, descrito por Albert e Nicolas (2010), em que prevalece a violência verbal e o discurso polêmico. Seria como um jogo de xadrez: o jogador tenta distrair seu oponente para que ele aja de forma diferente do que faria. O discurso polêmico age da mesma forma; o interlocutor faz com que seu adversário utilize discursos que ele não faria, provocando o ataque verbal.

Temos exemplos que mostram, à primeira vista, o dinamismo caracterizado por Recuero (2009) na rede social *Facebook*. De um lado, a busca pela colaboração e solidariedade dos usuários por interesses comuns e, de outro, o conflito gerado por uma notícia de caráter político que terminou com ofensas entre eles.

A ruptura e agregação também são propriedades da rede. Quando os atores rompem com o grupo ou página que seguem (curtir), ocorre o elemento de ruptura na rede. Ela é determinada pela limitação das trocas de mensagens entre os indivíduos; pode ser caracterizada como o tamanho limite para que haja troca de capital social entre os sujeitos. Segundo Recuero (2009), para que não ocorra a ruptura, é preciso constantemente uma relação ativa entre indivíduos de um grupo. Nas redes sociais, como o *Facebook* e o *Twitter*, não são necessárias

que as relações sejam ativas, o que nos leva ao outro elemento: agregação. Segundo Recuero (2009), a agregação é reconhecida como *Clusters* ou clusterização. Em suma, clusters são nós que alguns sujeitos dentro de determinado grupo têm mais em comum do que a média. Por exemplo, temos a página de uma celebridade no *Facebook* com 1 milhão de curtidas. Aqueles que a acessam assiduamente seriam considerados os clusters.

A funcionalidade destes clusters são mais fáceis de entender a partir do algoritmo *Edge Rank* do *Facebook*. O *Edge Rank* funciona como um filtro de publicações. É ele que calcula o conteúdo que os sujeitos da rede recebem em seu *feed* de notícias. O cálculo é dividido por três fatores: afinidade, relevância e tempo. A afinidade pode ser explicada pela atividade do sujeito junto aos seus amigos, e às páginas (*fanpages*). A relevância é determinada pelo grau de acesso (quanto mais curtidas entre seus amigos determinada postagem tiver, maior a chance de ela aparecer no seu *feed* de notícias). O algoritmo também prioriza postagem de fotos e vídeos ao invés de *links* e textos. Por fim, o tempo é o fator que determina que as postagens mais recentes são priorizadas sob as postagens mais antigas. Deste modo, os clusters no *Facebook* estão ligados à questão da afinidade do cálculo do *Edge Rank*.

Para finalizar, temos o terceiro elemento dinâmico formado pela adaptação e auto-organização. A adaptação, como o nome já diz, quer dizer adaptar-se a um novo ambiente. No caso das redes sociais, ao ciberespaço. As redes sociais sofrem mudanças constantes, o que gera a necessidade da adaptação dos usuários para a manutenção da estrutura social da rede. Por outro, também com a finalidade de manutenção (mais precisamente da ordem), temos a auto-organização. Recuero (2009, p. 89-90) utiliza o exemplo dos *trolls*:

A adaptação parece ser uma constante das redes sociais. Em grupos de *fotologs* atacados por *trolls*, por exemplo, já foi observada ação do grupo no sentido de construir comentários para impedir a continuidade da perseguição. Trata-se de um comportamento de adaptação e conseqüente auto-organização, seja através de ações do próprio sistema. Neste caso, o aparecimento do *troll* fez que os comentários fossem colocados como restritos apenas a outras pessoas que tivessem *fotologs*, pois, para tanto, é necessário realizar o *login* e, deste modo, não é possível fazer comentários anônimos. Embora esta atitude impeça que pessoas que não possuam *fotologs* possam comentar, o custo é aceito por muitos fotologueiros. Com isso, os *fotologs* tornam-se não-públicos para com seus comentários. Esse fato demonstra como o grupo procurou adaptar-se ao evento novo e externo à comunidade.

Estas foram algumas das principais características das redes sociais atualmente. Vimos como o dinamismo da rede influencia e transforma a relação entre os sujeitos: desde cooperação ao conflito, agregação a ruptura, e adaptação e auto-organização.

2.2 A Teoria Semi linguística

Para compreender a dimensão social da língua, suas representações e interações, percebemos diversas disciplinas que tratam sobre as representações sociais, tais como psicologia social, antropologia e sociologia. Entretanto, como nosso objetivo é trabalhar com objetos discursivos e, categoricamente emergentes, utilizaremos teorias que corroboraram com os estudos da linguagem, e precisamente, sobre o funcionamento linguageiro do mundo.

A Teoria Semi linguística de Patrick Charaudeau (2005; 2007; 2008; 2015) entende que a percepção do mundo ocorre por meio do processo de transformação (o tornar-se significado a partir de um sujeito falante) e do processo de transação (o meu mundo sendo significado à um sujeito destinatário). Portanto, baseia-se da relação língua e influência social do sujeito. Para Charaudeau (2005), o objetivo da semi linguística é perceber os modos de organização do discurso e como são realizadas suas regularidades num campo discursivo dado. O conceito de contrato proposto pelo autor infere-se a partir de um campo discursivo, portanto, a partir das relações sociais, situacionais e discursivas do ambiente linguageiro.

O contrato seria um jogo de expectativas que impõe condições para as relações de troca linguageira dos sujeitos em determinados espaços. O contrato de comunicação do Supremo Tribunal Federal (STF) é diferente do contrato do Jornal Nacional, da rede Globo. O contrato de comunicação de uma conversa cotidiana é diferente do contrato de um professor com seus alunos. O contrato seria a relação possível de troca argumentativa entre os sujeitos falantes.

O contrato pressupõe que os indivíduos pertencentes a um mesmo corpo de práticas sociais estejam suscetíveis de chegar a um acordo sobre as representações linguageiras dessas práticas sociais. Em decorrência disso, o sujeito comunicante sempre pode supor que o outro possui uma competência linguageira de *reconhecimento* análoga à sua. Nesta perspectiva, o ato de linguagem torna-se uma *proposição* que o EU faz ao TU e da qual ele espera uma contrapartida de convivência (CHARAUDEAU, 2008, p. 56).

Fazem parte do contrato, deste modo, a referência e a credibilidade. Uma revista semanal tem o contrato de levar aos seus leitores notícias verídicas, reportando de tal maneira que o leitor possa acreditar no conteúdo escrito. O mesmo caso ocorre em diversos meios, como a credibilidade do médico com seu paciente. São relações contratuais recíprocas e que demandam do sujeito interpretante partilha de determinado conhecimento e confiança na fala do sujeito comunicante.

Para analisar qual contrato de comunicação determinado *corpus* se encontra, é preciso inferir algumas questões sobre: a) os processos de significação em si, ou seja, na identificação e qualificação das coisas do mundo e das razões de determinadas significações; b) os processos de alteridade, ou seja, a relação com o Outro; como se dá esse relação e quais referências são utilizadas pelo sujeito enunciador para que o Outro o reconheça; c) e também os processos estratégicos de fala, ou seja, o modo de dizer e suas regulações. Os processos de alteridades se relacionam com a *legitimação* do enunciador; a pertinência com a *credibilidade*; e as estratégias e regulações do dizer com a *captação* (CHARAUDEAU, 2005).

Na situação da comunicação dos comentários analisados, temos um Eu-Comunicante como um usuário da rede social *Facebook*, podendo ser nomeado de *prosumer* (usuário-mídia) com acesso e capacidade de produzir informações a diversos Tu-Interpretantes sem estar em um meio de comunicação em larga escala. O Tu-Interpretante corresponde a outros usuários-mídia, também com acesso e capacidade de interpretação dos enunciados. Na esfera da enunciação, temos um Eu-Enunciador = provocador, que evoca um efeito de sentido sobre o fato, a conquistar um Tu-Destinatário capaz de compreender, reafirmar ou refutar sua argumentação. Do outro lado, temos os terceiros falantes, que o Eu-Enunciador também busca conquistar na arena discursiva dos comentários. Os terceiros são os usuários que visualizam os comentários e réplicas. Não têm relação direta com os interlocutores, mas são a principal “conquista” almejada. Enfim, os interlocutores debatem entre si buscando vencer o debate e influenciar os terceiros, que, muitas vezes, dialogam por meio de curtidas²⁵ ou réplicas.

2.3 - Os imaginários sociodiscursivos

Charaudeau (2006) propõe que, em uma troca comunicativa, os sujeitos assumem papéis discursivos para influenciar o outro, num espaço-temporal dado, arregimentando saberes parcialmente estáveis no âmbito do dizer. Estes saberes são problematizados e estudados pelo conceito de imaginários sociodiscursivos. O autor explica que “les représentations sociales sont par voie de conséquence un mode de connaissance du monde socialement partagé”²⁶ (CHARAUDEAU, 2007, p. 51). Para investigar como funcionam as representações sociais, ele propõe o conceito de imaginários sociodiscursivos divididos entre saberes de crença e de

²⁵ Opção oferecida pelo *Facebook* e outros sites de redes sociais digitais. O objetivo é demonstrar se o interlocutor gostou do conteúdo postado.

²⁶ “as representações sociais são consequência de um conhecimento socialmente compartilhado no mundo.” (Tradução nossa)

conhecimento, operacionalizando como uma base de sistemas, compostos por pensamentos coerentes, em que os saberes são revestidos através da Retórica.

O pensamento de Charaudeau (2007; 2015) sobre os imaginários sociodiscursivos, entende-se, foi influenciado, em parte, por Moscovici (1989) e Castoriadis (1982; 1999). O primeiro com a teoria das representações sociais e o segundo com a teoria dos imaginários sociais. A ideia dos imaginários sociodiscursivos é de um arcabouço teórico-metodológico capaz de identificar os modos de apreensão do mundo dos sujeitos através do discurso.

Moscovici (2007) procura compreender como as modificações dos saberes de crença e do conhecimento se consolidaram, a partir da modernidade, com o fim da centralidade entre o poder monárquico e do clero. A partir da divisão dos poderes, da criação da prensa, da alfabetização, Moscovici percebe que a divisão entre representações individuais e coletivas de Durkheim (1963) não poderiam funcionar de forma estável nas sociedades complexas. Para ele, seria preciso entender as representações a partir de um prisma social; as relações de crença e de conhecimento se dariam por meio da troca, da alteridade entre grupos e, principalmente, entre o elo familiar e não-familiar das representações sociais (2007, p. 53).

Para sintetizar: se, no sentido clássico, as representações coletivas se constituem em um instrumento explanatório e se referem a uma classe geral de ideias e crenças (ciência, mito, religião, etc.), para nós, são fenômenos que necessitam ser descritos e explicados. São fenômenos específicos que estão relacionados com um modo particular de compreender e de se comunicar - um modo que aia tanto a realidade como o senso comum. É para enfatizar essa distinção que eu uso o termo "social" em vez de "coletivo" (MOSCOVICI, p. 49).

Deste modo, para Moscovici (2007), nas sociedades mais complexas – diferente das analisadas por Durkheim²⁷ – é necessário compreender a representação como uma forma dinâmica, mutável e parcialmente estável, segundo regulações de instituições e de trocas de conhecimentos e de crença proporcionadas pela dispersão de centros de poder na modernidade. A teoria das representações sociais tem o objetivo de identificar porque as relações entre sujeitos de um grupo fabricam determinadas representações e como estas representações são alicerçadas imaginariamente nas mentes de cada sujeito.

Em seu estudo, Moscovici (2007, p.53) parte do princípio de que toda representação social de um grupo é determinada (ou classificada) como familiar ou não-familiar, isto é, a ação dos sujeitos imersos em uma comunidade é determinada a partir de um grau de familiaridade

²⁷ É preciso compreender que o raciocínio de Durkheim (1974) à época foi de uma divisão entre teoria sociológica e teoria psicológica. As representações individuais seriam focadas pelos psicólogos, e as representações coletivas pelos sociólogos. Obra referenciada por Moscovici (2007): DURKHEIM, E. Individual and collective representations. In: DURKHEIM, E. **Sociology and Philosophy**. Nova Iorque: Free Press, 1974.

com conceitos, mitos etc. A ideia de Moscovici (2007) é de que os sujeitos de um grupo reagem à representação de um objeto ou pessoa a partir da alteridade e da identidade. O que é estranho para um grupo (seja um objeto ou pessoa) só o é por meio deste grau de familiaridade. Quanto mais longe o objeto estiver da familiaridade, maior será sua rejeição. Este objeto só será aceito a partir de determinadas relações entre os sujeitos do grupo para que o paradigma familiar do objeto seja aceito, ou seja, o grupo irá transformar o objeto em uma coisa familiar.

Moscovici (2007) demonstra que as relações sociais entre grupos ou a representação social recebida por determinado grupo sempre estarão relacionadas com o grau de familiaridade criado, imaginariamente, pelo grupo. Com isso, o que não é comum passa a tornar-se comum a partir das representações sociais. As representações estão ligadas sob este elo familiar e não-familiar e sob o choque do que é "estranho" até se tornar comum.

Mostrando como os fatores familiar e não-familiar acentuam as conexões entre grupos e suas representações sociais, Moscovici (2007) define que as representações sociais são criadas a partir de dois sistemas: a ancoragem como o processo de nomear o que é estranho, desconhecido por determinado grupo a fim de tornar o desconhecido algo familiar; e de objetivação como um processo de tornar coisas abstratas em coisas concretas. “*Ancoragem* - Esse é um processo que transforma algo estranho e perturbador, que nos intriga, em nosso sistema particular de categorias e o compara com um paradigma de uma categoria que nós pensamos ser apropriada” (Idem, p. 61: grifos do autor). O que Moscovici (2007) explica são duas formas para entendermos a formação de saberes em uma comunidade.

De um lado, a possibilidade de transformar o novo (o desconhecido) em algo familiar a partir da linguagem, isto é, a partir de uma categorização particular; e de outro, transformar este novo (desconhecido) a partir de uma categoria real. “Temos apenas de comparar Deus com um pai e o que era invisível, instantaneamente se torna visível em nossas mentes, como uma pessoa a quem nós podemos responder como tal” (Idem, p. 72). São formas que criamos para entendermos as coisas do mundo à nossa maneira, utilizando a linguagem.

Assim sendo, Moscovici (2007) trabalha a questão das representações sociais sob um elo entre a classificação (nomeação para tornar algo familiar) e a concretização (objetivação para tornar algo abstrato em algo presente na realidade concreta). As representações sociais estariam constituídas de uma particularidade e de uma possível verdade. Quanto mais próxima a imagem representada for pelo grupo, mais aceita ela será. Entretanto, além desta relação entre objetivação e ancoragem, não podemos esquecer o caráter histórico que as representações sociais carregam. Isto quer dizer que além das representações sociais serem alicerçadas na

relação entre abstrato/real e familiar/não-familiar, elas também são alicerçadas pela história. Sem a história, as representações sociais não seriam mutáveis e dinâmicas, como explica:

As representações sociais são históricas na sua essência e influenciam o desenvolvimento do indivíduo desde a primeira infância, desde o dia em que a mãe, com todas as suas imagens e conceitos, começa a ficar preocupada com o seu bebê. Estas imagens e conceitos são derivadas dos seus próprios dias de escola, de programas de rádio, de conversas com outras mães e com o pai e de experiências pessoais e elas determinam seu relacionamento com a criança, o significado que ela dará para os seus choros, seu comportamento e como ela organizará a atmosfera na qual ela crescerá. (MOSCOVICI, 2007, p. 108)

As representações sociais estão ligadas também pela relação do sujeito desde sua infância até a vida adulta e, principalmente, em sua relação com outros sujeitos pertencentes a determinados grupos. Entretanto, a teoria das representações sociais de Moscovici (2007) ignora que o verdadeiro real não é possível de análise, não é palpável para uma observação. Não é possível alcançar determinada totalidade da realidade. Isto é o choque principal entre a teoria das representações sociais de Moscovici (2007) e os imaginários sociodiscursivos de Charaudeau (2007; 2015). Para Charaudeau (2015, p. 203), as representações sociais não podem ser atingidas diretamente, isto é, nós só podemos analisá-las no campo do verossímil, tendo em vista que são processos e não poderiam ser perceptíveis fora do plano da materialização linguageira. Nisso, Castoriadis (1982) admite tratar as representações apenas como formas de verdade.

Isso nos faz, portanto, acrescentar às proposições de Castoriadis que o imaginário não pode não pretender testemunhar uma verdade e que, conseqüentemente, todo imaginário é um *imaginário de verdade* que essencializa a percepção do mundo em um saber (provisoriamente) absoluto. (CHARAUDEAU, 2015, p. 204-205: grifos do autor)

Castoriadis (1982) entende o mundo a partir da significação dos imaginários sociais. Para o autor, existe um magma, constituído de um já dito e de um fazer social, capaz de criar determinados imaginários sociais. Estes imaginários são frutos deste magma (um universo de significações) instituídos por determinados grupos e pelas instituições da sociedade. O conceito de imaginário condiz à capacidade do ser humano de se auto-organizar no mundo a partir de um mundo de significações. Deste modo, a teoria dos imaginários sociais de Castoriadis (1982; 1999) é de extrema importância, pois, além de dar uma elucidação entorno da fabricação e do funcionamento das instituições, sua teoria também contribui para o entendimento da importância do discurso para criação destas instituições imaginárias.

O percurso que o autor adota para explicar os imaginários sociais é fundamentado a partir do *legein* e do *teukhein*. O *legein* é a dimensão identitária da representação e do dizer a partir da linguagem; e o *teukhein*, a dimensão identitária do fazer social. O que Castoriadis (1982) propõe são reflexões em volta da representação em si (o produto fabricado) e a forma como essa representação foi realizada (como o produto foi fabricado). Estas reflexões servem de base para que seja entendido o mundo significado e o mundo a ser significado.

O imaginário social existe como faz/representar social-histórico; como tal ele institui e deve instituir as “condições instrumentais” de sua existência social-histórica, que são o fazer/representar como identitários ou conjuntistas, a saber o *teukhein* e o *legein*; mas esta própria instituição, a instituição do das “condições instrumentais” do fazer e do representar – um fazer ser como apresentação, uma figuração-figura –; a instituição do *legein* e do *teukhein* como tal é ainda um *legein-teukhein*. (CASTORIADIS, 1982, p. 289: grifos do autor)

Os imaginários sociais são instituídos pelos sujeitos enquanto formadores de opinião e também enquanto trabalhadores. Para Castoriadis (1982), a sociedade é instituída por um conjunto de imaginários sociais. “A instituição da sociedade é que é e tal como é enquanto “materializa” um magma de significações imaginárias sociais [...]” (CASTORIADIS, 1982, p. 401). Conforme o autor, a sociedade é um imaginário. O autor de viés marxista deixa de lado outras relações (seja discursivas ou do campo das práticas sociais) para a criação e manutenção dos imaginários. Não são somente as instituições *criadoras* da sociedade, mas todo um jogo de relações entre as representações sociais de Moscovici (2007) e os imaginários de Castoriadis.

Por seu turno, Charaudeau (2007; 2015) entende que não são só os imaginários sociais capazes de determinar as representações que os sujeitos engendram em suas relações. É preciso ir além, isto é, pensar os imaginários também pelo viés do discurso: os imaginários como um modo de se relacionar com outro pelas práticas sociais e discursivas.

Os imaginários sociodiscursivos, esclarece Charaudeau (2007), são modos de apreensão do mundo, constituindo dimensões tangíveis e observáveis do mecanismo das representações sociais, construídos a partir de significações dos objetos e dos fenômenos que são produzidos pelos seres humanos e seus comportamentos, transformando a realidade em um real significante. São processos de simbolização do mundo feitos pela intersubjetividade, na ordem afetiva e racional, repousados em uma memória coletiva. Na ordem afetiva e racional, temos os tipos de saberes que os sujeitos falantes utilizam para arregimentar seus dizeres: o saber afetivo (*pathos*), o saber como imagem de si (*ethos*) e o saber como argumento racional (*logos*).

Ainsi, les imaginaires sont engendrés par les discours qui circulent dans les groupes sociaux, s'organisant en systèmes de pensée cohérents créateur de valeurs, jouant le rôle de justification de l'action sociale et se déposant dans la mémoire collective²⁸ (CHARAUDEAU, 2007, p. 54).

Os imaginários são sociais porque os processos de simbolização do mundo são construídos a partir das práticas sociais (política, econômica, jurídica, religiosa etc.), estas capazes de criar um consenso coerente entre a população e as instituições reguladoras (Idem, 2007). De outro lado, temos que estes imaginários são discursivos por partilharem a linguagem (discurso), com o uso de uma ordem semântica reagrupável que possibilita a troca de conhecimento e de crença. “Enfim, considerando que circulam no interior de um grupo social, instituindo-se em normas de referência por seus membros, falaremos de 'imaginários sociodiscursivos’” (CHARAUDEAU, 2015, p. 203).

Em nosso entendimento, a aproximação dos conceitos de representações sociais e dos imaginários sociais à Análise do Discurso permite uma estruturação capaz de analisar como são construídos os argumentos dos sujeitos. Essa estruturação, observa Charaudeau (2007, p. 55), se dá com base em uma Gênese dos Saberes (*Genese des savoirs*), como indicado na figura 2:

²⁸ Tradução nossa: “Assim, os imaginários são engendrados pelos discursos que circulam nos grupos sociais, organizados em sistemas de pensamentos coerentes criadores de valores, agindo como justificação da ação social e depositados na memória coletiva”.

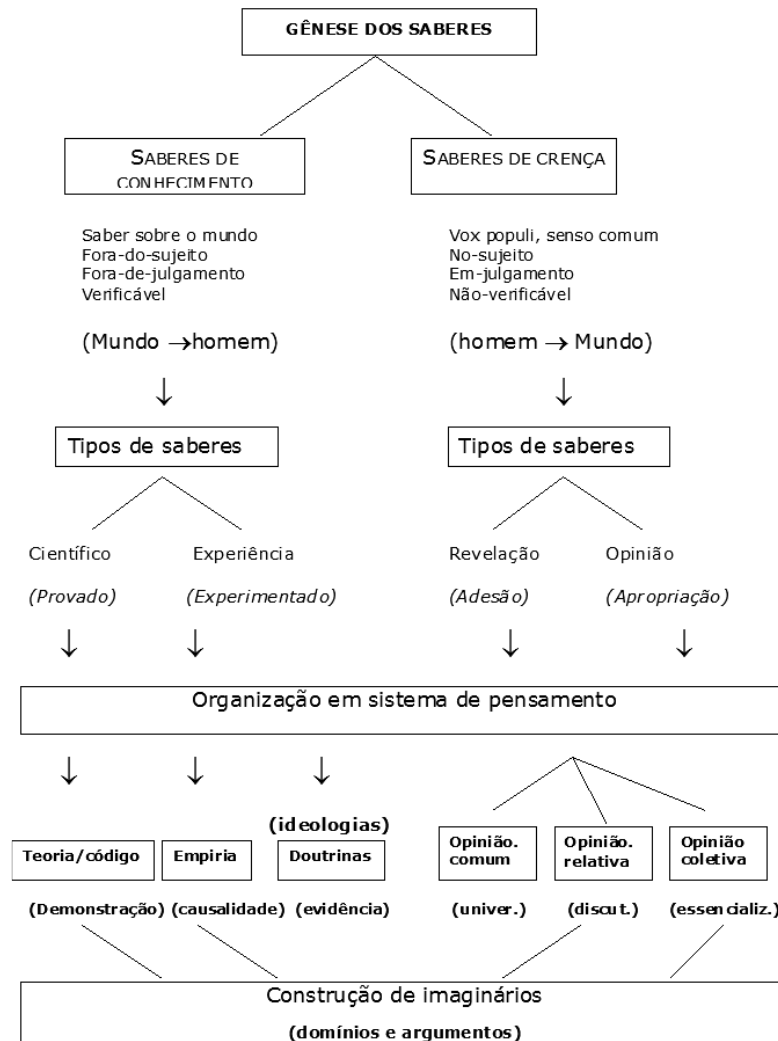


FIGURA 2 - Gênese dos saberes (tradução nossa)

FONTE – CHARAUDEAU, 2007 (tradução MENDES, 2010 *apud* FIGUEIREDO, 2013).

Segundo Charaudeau (2015, p. 199), os sistemas de pensamento são produto de uma explicação global do mundo, isto é, é o lugar onde estão as representações de saberes de conhecimento e de crença que visam estabelecer um conjunto de teorias, doutrinas e ideologias capazes de fornecer uma explicação do mundo. Ao pensar os sistemas de pensamento, o autor explica que eles estão representados tanto na relação do homem com o mundo e quanto na relação do mundo com o homem. Os saberes de conhecimento, segundo Charaudeau (2007, p. 55) são envolvidos pela verdade, ou seja, pela experiência ou pela ciência. Por sua vez, os saberes de crença são carregados de uma descrição voltada no mundo, não permitindo ser verificável, isto é, não sendo possível conferir um saber em sua totalidade.

As teorias são os saberes de conhecimento mais rígidos que não dependem de empiria. São formadas por postulados, princípios ou axiomas, que formulam seus conceitos, os modos de raciocínio e o instrumental metodológico. É o saber científico da figura 2.

Le *savoir savant* construit des explications sur le monde qui valent pour connaissance du monde tel qu'il est et fonctionne. On est dans l'ordre de la raison savante qui s'appuie sur des procédures d'observation, d'expérimentation et de calcul, lesquelles utilisent des instruments de visualisation du monde (microscope) ou d'opérations (informatique), et dont la garantie objectivante est que ces procédures et ces instruments peuvent être suivis et utilisés par toute autre personne ayant même compétence.²⁹ (CHARAUDEAU, 2007, p. 55)

O saber científico é determinado pela sua provação a partir de um aparelho metodológico. É o conjunto de todas as teorias (físicas, químicas, sociológicas, dentre outras) que permitem ao sujeito falante emitir uma verdade sobre o mundo. Estas teorias são formas de assimilar o mundo que podem ser refutadas por outra evidência. Por exemplo: ao questionar a teoria da gravidade de Newton, Einstein teve que refutá-la para provar sua teoria da relatividade. Charaudeau (2015, p. 199) explica que, “na medida em que é confrontado com proposições contrárias ou com resultados contraditórios, pode-se dizer que [o saber científico] é aberto, pois aceita o questionamento pela observação e pela crítica”. As teorias, deste modo, são modos de apreensão do mundo representados por saberes institucionalizados pela ciência (como a gravidade; o sol ser uma estrela etc.) que podem ser refutados por outras proposições que comprovem a falha de determinada observação ou método.

Conforme Charaudeau (2007, p. 56), ao contrário do saber científico está o saber da experiência. Este saber está direcionado à uma situação empírica, isto é, são de uma causalidade natural. São modos de experimentação socialmente partilhados e aprovados por um consenso, sem garantia de uma provação. O saber de experiência, assim sendo, é quando “tout individu peut se prévaloir d'un savoir d'expérience dès qu'il l'a éprouvé et qu'il peut supposer que toute autre individu dans la même situation éprouvera la même chose³⁰” (CHARAUDEAU, 2007, p. 56).

O saber da experiência é um saber universalmente partilhado. Quando estou em um restaurante e um copo de vidro cai de minha mesa, eu sei que provavelmente ele irá quebrar com o impacto no chão. Não é preciso nenhuma teoria para explicar que o copo, ao cair no chão, quebrará. Da mesma forma, as pessoas ao meu redor, ao verem o copo caindo, também saberão que ele irá quebrar. O saber da experiência é direcionado neste ponto de vista; um ponto

²⁹ Tradução nossa: “o saber científico é construído das explicações sobre o mundo que valem para conhecer o mundo como ele é e funciona. Estamos na ordem da razão científica que se baseia em procedimentos de observação, experimentação e cálculo, que usam ferramentas de visualização do mundo (microscópio) ou operações (informática), e cuja garantia objetiva é que estes procedimentos e instrumentos podem ser rastreados e usados por qualquer outra pessoa com a mesma habilidade. ”

³⁰ Tradução nossa: “qualquer indivíduo pode afirmar um saber de experiência que ele experimentou e pode-se supor que qualquer outro indivíduo na mesma situação vai experimentar a mesma coisa”.

de vista universal, em que por meio da empiria, outros indivíduos também podem partilhar do mesmo conhecimento.

Neste meio-termo entre o saber de conhecimento e o saber de crença estão as doutrinas. As doutrinas, explica Charaudeau (2015, p. 200), são constituídas em parte pelo saber de conhecimento e em parte pelo saber de crença e, ao contrário das teorias, elas não podem ser refutadas, pois se encontram exclusivamente fechadas. É o caso de doutrinas como a cristã e evangélica. Nós podemos criticar os fiéis ou evidenciar determinadas contradições, mas eles nunca as aceitarão como verdade. A verdade absoluta está dentro da própria doutrina por meio dos dogmas. “Elas são fechadas e não sofrem contestação porque no fundo repousam sobre um discurso moral que não afirma conhecimento do mundo, mas a dimensão transcendental do ser: a salvação no além ou a alegria absoluta aqui e agora (CHARAUDEAU, 2015, p. 200). Por isso, a doutrina não pode ser determinada apenas por um saber e sim dividida em partes (ver figura 2).

Entretanto, a consideração de Charaudeau (2015), de que as doutrinas são exclusivamente fechadas, coloca em cheque algumas questões. Embora as Igrejas Católica e Evangélicas ainda apresentem verdades absolutas por meio de dogmas, vimos diferentes modos destas igrejas se apresentarem ao mundo. Na Idade Média, a Igreja Católica assumiu um poder central (o alto clero) que possibilitou a Inquisição e as Cruzadas. Depois, com a modernidade, o poder da Igreja Católica não é mais central na sociedade, o que interferiu nos dias de hoje. Como, por exemplo, nossa Constituição Federal de 1988, que prevê que o Estado é laico. Assim, estas considerações de Charaudeau (2015) sobre as doutrinas não podem ser tratadas de formas globais. Por outro lado, no campo discursivo, as doutrinas realmente exercem esta verdade absoluta, pois seus seguidores refutam a maioria das críticas propostas pelos outros.

Seguindo a *Gênese dos Saberes*, Charaudeau (2007, p. 56) define que os saberes de crença “ne portent pas sur la connaissance du monde au sens que nous venons de lui donner mais sur des évaluations, des appréciations, des jugements à propôs des phénomènes, des événements et des êtres du monde, leur pensée et leur comportement³¹”. Sua estruturação se dá pela “revelação” – ambiente que circulam as ideologias e doutrinas – e pela “opinião”, em que o sujeito busca validação pelo julgamento que realiza.

É preciso compreender o saber de revelação como um saber completamente fechado sobre uma “evidência” de saber e que seus discursos são suportados pela modalidade de

³¹ Tradução nossa: “não se relacionam com o conhecimento do mundo no sentido de que temos dado a ele, mas sobre as avaliações, apreciações, julgamentos sobre fenômenos, eventos e seres do mundo, seu pensamento e comportamento”.

evidência. São categorizados pela adesão e muitos discursos são operacionalizados a mascarar o saber de crença de revelação pelo saber de conhecimento. “En tant qu’appartenant au savoir de croyance on est dans le domaine du ‘On-vrai’ puisqu’il exige adhésion de la part du sujet, mais un ‘On-vrai’ qui voudrait bien se substituer au ‘Il-vrai’ du savoir de connaissance³²” (CHARAUDEAU, 2007, p. 57). Esse mascaramento de uma doutrina ser transformada em teoria ou vice-versa (vemos a diferença entre o materialismo histórico e uma doutrina marxista³³), se dá por meio de um jogo de estratégias discursivas propostas pelos doutrinadores.

As ideologias representam, por outro lado, um conjunto de crenças e conhecimentos capaz de proporcionar aos sujeitos tomadas de posição. Por elas, são gerados os antagonismos, fundados “sobre *valores* irredutíveis e *esquemas de conhecimento* tidos por universais e evidentes” (CHARAUDEAU, 2015, p. 200 – grifos do autor).

As ideologias são modos de apreensão do mundo a partir da discriminação das atividades dos sujeitos; é ela que possibilita, por meio de uma teoria, a possibilidade de mudança na sociedade. No entanto, afirma Charaudeau (2015), a adesão às ideologias se assemelha à da doutrina. São adesões em bloco, ou seja, são geradas por meio de uma adesão ou rejeição conjunta de um grupo. Mas é preciso compreender que a doutrina é um sistema de pensamentos embasados em textos imutáveis, como os dogmas; enquanto a ideologia é um sistema de valores “afetivos e normativos” como princípios e modos de organização das aspirações humanas.

Embora seja possível elencar algumas características distintas entre elas, a ideologia pode se transformar em doutrina a partir do momento em que sua teoria endurece e seus seguidores a transferem para o campo do dogma. “Quando uma ideologia se endurece, ela tende a tornar-se uma doutrina (marxismo, capitalismo); quando é fluida, permanece um simples sistema de crenças (socialismo, liberalismo)” (Idem, p. 201). Entende-se, portanto, que a ideologia é um saber de valores revestido de crença e de conhecimento, que tem como base de sua edificação as aspirações humanas (fim da desigualdade social; contra a pobreza etc.).

O saber de crença também pode ser revestido através do julgamento de um fato do mundo. É o caso do saber de opinião:

³² Tradução nossa: “Como pertencente ao saber de crença ele está no campo da “nós-verdadeiro” porque exige adesão por parte do sujeito, mas um “nós-verdadeiro” que gostam bem de substituir por um “real-verdadeiro” do saber de conhecimento”.

³³ “Por exemplo, o marxismo pode ser considerado ora uma teoria, em função de sua tentativa de explicar sociopolítico-economicamente as sociedades ocidentais (o materialismo crítico), ora uma doutrina, na medida em que podia se referir a textos de um pai fundador (“uma religião da salvação”, afirma Morin, com seu profeta, Marx), ora uma ideologia, na medida em que respondia as aspirações humanas e afirmava princípios de vida (uma sociedade igualitária, sem classes)” (CHARAUDEAU, 2015, p. 202).

L'opinion resulte d'un mouvement d'appropriation de la part d'un sujet d'un savoir parmi les savoirs circulant dans les groupes sociaux. Ce savoir est donc a la fois personnel et partage, c'est pourquoi il peut etre discute. Et meme, lorsqu'il apparait sous une enonciation generalisante, comme dans le cas des proverbes, maximes et dictons, le sujet sait que ce savoir est discutabile, a preuve qu'a tout proverbe repond un contre- proverbe³⁴. (CHARAUDEAU, 2007, p. 58)

Esse movimento de apropriação do sujeito se dá por meio de um engajamento entre os grupos sociais, seja por rejeição ou adesão. A opinião é exercida através da avaliação do outro e de uma instituição; são capazes de manter determinados imaginários (como o imaginário do *ser* político; seus valores e compromissos) e refutar outros. Ela está no campo da doxa e é exercida por uma aceitação de grupos.

O saber de opinião, de modo geral, é o modo de apreensão do mundo por meio de avaliação de um fato do mundo. Essa avaliação se dá por meio de um conjunto de crenças de determinado grupo.

Il s'agit toujours d'un jugement de verite derriere lequel se trouve un avis general, une doxa anonyme, comme emanant d'une voix qui se trouve au-dessus des sujets (un metaenonciateur) ; non point une voix de la raison ou de la science, mais une voix collective par rapport a laquelle le sujet se positionne³⁵ (Idem, p. 58).

Essa voz coletiva como forma de engajamento dos sujeitos estaria representada por meio dos partidos políticos. Cada partido tem sua forma de entender a coisa pública, seja por meio de uma ideologia (PSOL; PT; PSDB) ou por meio de uma doutrina (PSC). A partir da instituição, seus correligionários se apropriam de um saber de opinião dos partidos para transmiti-las em diversos locais.

Entretanto, a opinião é estabelecida de diferentes formas; pode ser constituída de um saber universal, de um saber relativo, ou de um saber restrito, isto é, uma opinião comum, relativa e coletiva.

A opinião comum é constituída de uma crença universal. Ao contrário das doutrinas como saber de revelação, a opinião comum é fruto da doxa. O sujeito se apropria de ditados e

³⁴ Tradução nossa: A opinião resulta de um movimento de apropriação a partir de um objeto de conhecimento entre os saberes que circulam em grupos sociais. Este saber é, portanto, tanto pessoal e compartilhado, para que possa ser discutido. E mesmo quando aparece como uma enunciação generalizante, ou seja, como no caso dos provérbios, máximas e ditado, o sujeito sabe que esse conhecimento é questionável, a prova que todo provérbio responde a um contra-provérbio.

³⁵ Tradução nossa: É sempre um juízo de verdade por trás da qual há uma revisão geral, uma doxa anônima, como proveniente de uma voz que está acima dos sujeitos (Um metaenunciador); não é uma voz da razão ou da ciência, mas uma voz coletiva pela qual o sujeito se posiciona.

provérbios para manifestar sua visão de mundo. Pode ser representada por meio do “Todo mundo sabe que...”, não colocando a posição do sujeito como questionador do outro. “Avec l’opinion commune, le sujet parlant n’a pas à revendiquer une position particulière car il s’est approprié le jugement de la doxa”³⁶ (CHARAUDEAU, 2007, p. 58). A opinião relativa, por outro lado, ocorre a partir da emanção de um sujeito individual ou de um grupo restrito, contra outro grupo ou outra opinião. “L’opinion relative est celle qui s’exprime dans l’espace de discussion de la démocratie.”³⁷ (Idem, p. 59). Se assemelha ao conflito, por ser tomada sempre em favor ou contra determinado grupo. São variáveis e os sujeitos sabem que seu processo é circunstancial e crítico. Por fim, a opinião coletiva se manifesta a partir da referenciação de um grupo sobre outro. É o caso dos imaginários sobre o português representados em piadas, como se o português fosse o bobo e sempre o perdedor da piada. São saberes revestidos de avaliações sobre outros grupos. Charaudeau (2007) explica como o conjunto de crenças que os espanhóis têm dos franceses e vice-versa. De uma forma local, os brasileiros têm uma visão dos argentinos e vice-versa. Isto é muito manifestado em jogos em que os dois países se enfrentam no futebol. São opiniões *essencializadas*.

L’opinion collective est celle qu’exprime un groupe à propos d’un autre groupe. Elle consiste à enfermer l’autre groupe dans une catégorie définitive et l’essentialisant. (...) il s’agit d’une opinion à forte valeur identitaire et qui ne se discute pas et qui essentialise un groupe³⁸ (CHARAUDEAU, 2007, p. 59).

Estas três formas de opinião operacionalizam os imaginários ditos populares. São representações de um grupo em relação ao outro por meio de uma opinião totalizante (todo mundo sabe...), relativa (como o ditado: em trincheira não existe ateu, em crise econômica não existe liberalista); e coletiva (o italiano é ranzinza; o americano tem colesterol alto; o brasileiro é preguiçoso).

Esse conjunto de saberes que descrevemos constitui a Gênese de Saberes proposta por Charaudeau (2007; 2015). Apesar de não corresponder a uma análise globalizante ou verdadeira das supostas arregimentações dos sujeitos, compreendemos que cada sujeito ao tomar a palavra (como afirma Bakhtin, 1988) seu enunciado está carregado de ideologia e é perpassado pelo outro. Deste modo, enxergamos os imaginários sociodiscursivos como uma operacionalização

³⁶ Tradução nossa: Com a opinião comum, o sujeito falante não está a reivindicar uma posição particular pois ele apropria do julgamento da doxa.

³⁷ Tradução nossa: “A opinião relativa é aquela que se exprime no espaço de discussão da democracia”

³⁸ Tradução nossa: “A opinião coletiva é aquela que um grupo exprime a propósito de outro grupo. Ela consiste em colocar outro grupo em uma categoria definitiva e essencializante (...) trata-se de uma opinião com um forte valor identitário e que não se discute pois essencializa um grupo”.

capaz de mapear – por meio do discurso – não só os modos de apreensão de mundo dos sujeitos, mas as formas como os argumentos são formulados (*ethos; pathos; logos*) no fio do discurso.

2.4 - Combate verbal: apologia da polêmica e retórica do dissenso

As evidências traçadas a partir de um olhar sobre objeto dessa pesquisa indicam que as interações e os imaginários arregimentados pelos sujeitos nos comentários do *Facebook* estão calcados no discurso polêmico, mais especificamente, em estratégias de ataques verbais para desqualificar e deslegitimar o outro e seus argumentos.

Como vimos ao longo da apreciação sobre os sites de redes sociais (RECUERO, 2009), o conflito é um de seus principais elementos. Tomaremos neste momento, portanto, um estudo sobre o discurso polêmico, desenvolvido por Albert e Nicolas (2010), com contribuições de Kerbrat-Orecchioni (1990); Declercq (2003) e Amossy (2014). O objetivo é traçar um panorama dos sites de redes sociais para saber como o discurso polêmico apela para o dissenso e se é possível categorizá-lo como uma retórica do dissenso, modalidade importante nas democracias pluralistas.

De modo geral, entende-se por discurso polêmico uma situação de comunicação que propõe aos interlocutores possibilidades de interagirem por meio de agressões verbais. Kerbrat-Orecchioni (1980, p. 7 – grifos da autora) define o discurso polêmico como

un discours *disqualifiant*, c'est-à-dire qu'il attaque une *cible* (...) et qu'il met au service de cette visée pragmatique dominante – discréditer l'adversaire, et le discours qu'il censé tenir – tout l'arsenal de ses procédés rhétoriques et argumentatifs³⁹.

Dessa forma, podemos entender o discurso polêmico, à primeira vista, como uma guerra verbal, proporcionada por uma situação de comunicação, em que um interlocutor coloca o outro em cheque por meio da refutação. O discurso polêmico acontece por meio do discurso, da escolha de um alvo, e pela ocupação por parte do sujeito de um discurso de oposição (KERBRAT-ORECCHIONI, 1980, p. 15).

A partir da escolha de um alvo (pessoa, instituição), o discurso polêmico acentua as formas de refutação da palavra do outro por meio de uma pragmática dominante em três formas: erística, dialética e sofística. A erística ocorre por meio de uma refutação ao preço de vitória; a dialética como forma de debate progressivo a um consenso; e a sofística como uma mistificação

³⁹ Tradução nossa: “um discurso desqualificador, o que quer dizer que ele ataca um alvo (...) e põe a serviço desse objetivo pragmático dominante – desacreditar o oponente e o discurso que pretendia tomar – todo o arsenal de seus procedimentos retóricos e argumentativos”

do conteúdo discursivo. Segundo Declercq (2003, p. 329), a argumentação polêmica procede do princípio geral de “adaptar-se” a um auditório, com artifícios de um fingimento que se assemelha à uma “bajulação sofisticada”.

Em consequência destes processos, o discurso polêmico favorece o ataque à pessoa que toma a palavra por meio do *Ad personam* e do *Ad hominem*. Declercq (2003) oferece uma gama de estudos sobre o discurso polêmico. Em um momento inicial, o autor afirma que o *ad personam* é caracterizado como uma desqualificação do interlocutor, enquanto o *ad hominem* seria a desqualificação do interlocutor mais a refutação de seu argumento.

O *ad hominem* ocorre quando o locutor perde sua força de argumento válido e se torna incapaz de refutar ideias, sendo uma posição retórica, falsa (Idem, p. 333) e o *ad personam* seria mais benevolente (no sentido de amistoso). Declercq (2003) afirma, neste primeiro momento, que o *ad hominem* combate a individualidade ou a doutrina (crença) do adversário e é definido como uma argumentação idiossincrática que se aplica apenas ao inimigo com o qual lutamos (seja pessoa, instituição etc.); ele combina polemicamente o *ethos* ao *logos* (Idem, p. 331-332). O *ad hominem* é uma argumentação maldosa que substitui a troca de ideias para o ataque pessoal e está no campo da erística. Erística caracterizada como um processo retórico em que um dos interlocutores almeja vencer a discussão a qualquer custo.

Em um segundo momento, Declercq (2003) conceitua o *ad hominem* a partir da requalificação proposta por Plantin (1990). Segundo o autor, o *ad hominem* passa agora a ser uma refutação que nega o direito do interlocutor a argumentar. Seria de uma perspectiva refutativa em que a sofisticada é o modelo a ser assimilado pelo agressor. O objetivo é desacreditar o interlocutor em uma proibição ou interdição. Nesta segunda parte, a refutação *ad hominem* pode ocorrer de duas formas (DECLERCQ, 2003, p. 348): a) Pôr os atos e falas do interlocutor em contradição por meio de sua coerência intelectual e sinceridade. b) Fazer surgir uma contradição entre a asserção do interlocutor e uma conclusão decorrente desta asserção.

De modo geral, a diferença entre o *ad hominem* e *ad personam* estão no campo do insulto e da injúria. *Ad hominem* como um processo de contradizer o adversário e *ad personam* como um ataque pessoal ou insulto. O insulto *ad personam* se dá em duas formas: em uma pura manifestação de hostilidade; ou um ataque pessoal acompanhado de uma justificação. Entretanto, Declercq (2003, p. 368-369) afirma que o insulto está no horizonte e no limite possível de um argumento *ad hominem*, porque pode romper a interação entre os parceiros e motivar o fim da comunicação.

Em suma, a argumentação do discurso polêmico pode ser dividida em quatro partes:

- 1) Argumentos *ad rem*; *ad hominem*; e *ad personam*. O primeiro movido à um ataque a coisas e ao enunciado; o segundo pelo ataque à enunciação; e o terceiro pela refutação do enunciador e sua desqualificação.
- 2) Deste modo, o *ad hominem* estaria no campo da sofística (quando a argumentação é fundada sobre os princípios concedidos para o interlocutor), e no campo da erística através do processo refutativo (colocar o adversário em contradição).
- 3) A argumentação no discurso polêmico impõe relações de violência e insulto;
- 4) Essa violência se dá por meio da humilhação ou manipulação.

A argumentação no discurso polêmico é uma modalidade de retórica que permite aos interlocutores propriedades pragmáticas dependendo do grau de hostilidade proposto na situação de comunicação. A dialética não estaria representada neste campo, pois não permite aos interlocutores uma busca pelo consenso entre eles, mas sim o convencimento de uma terceira pessoa (o auditório) através do argumento *ad hominem*.

Esse convencimento de um terceiro interlocutor (auditório) pode ser explicado através dos estudos de Albert e Lucas (2010). Segundo eles, o “pacto polêmico” se dá por meio de uma encenação ritualística, em que o discurso polêmico é um discurso de combate.

Un pacte conflictuel, tacitement accepté, qui les lie tous à un système d’attentes réciproques, et qui encadre, em une *fiction* réglée – comme nous le verrons –, l’échange des coups autant que le degré de leus violence: la polémique est une *scène*, avec les masques et l’hypocrisie toute théâtrale que cela implique, une scène où s’affrontent, entre ouverture à l’autre et retour sur soi, des qualifications concurrentes d’un monde social partagé par les antagonistes, mais investi *comme si* ce monde n’appartenait fictivement qu’à l’un d’eux⁴⁰ (ALBERT; NICOLAS, 2010, p. 23 – grifos do autor).

O pacto conflitual é uma interlocução implícita, velada e escondida por meio da situação de comunicação proposta pelos protagonistas; é um ritual que regula seus comportamentos e o mecanismo de sua cena. É preciso um reconhecimento mútuo entre os protagonistas para que haja a troca verbal. Por meio desse ritual, os polemistas utilizam dos fatores tradicionais como religião, filosofia e política para legitimar seus dizeres, procurando se apropriar de uma autoridade e força persuasiva das vitórias de discursos anteriores (Idem, p. 27).

⁴⁰ Tradução nossa: “um pacto conflitual, de aceitação tácita, que une todas as expectativas em um sistema recíproco e de enquadramento, definido em uma ficção - como veremos - a troca de socos, tanto quanto o grau de sua violência: a polêmica é uma cena como as máscaras e hipocrisia teatrais que ela implica, uma cena em choque entre abertura aos outros e introspecção, as qualificações concorrentes de um mundo social dividido, mas investido como se este mundo pertencia fictivamente apenas a um deles”.

Neste pacto conflitual são definidos as formas e o conteúdo do discurso polêmico, das trocas antagonistas e da violência verbal. Dessa forma, temos um regime de ataques como troca do discurso polêmico. Na troca temos a injúria como aposta polêmica que busca provocar o outro a reagir contra a imagem negativa dada a ele. A injúria é “une dimension fortement dialogique dans la mesure où elle interpelle l’adversaire et le convie – le force plutôt – à la réponse⁴¹ (ALBERT; NICOLAS, 2010, p. 28). Os interlocutores têm a ambição de uma vitória pessoal apoiada sobre a troca de “socos” racionais (injúria, calúnia etc.) pelos quais cada um aplica e respeita, por meio de uma aceitabilidade discursiva. Essa aceitabilidade discursiva vai de encontro ao limite das trocas agressivas entre eles, portanto, existe uma limitação da violência verbal para que a comunicação ocorra.

De outro lado, temos o comportamento estratégico dos interlocutores durante as trocas, visando influenciar as escolhas do adversário. Nisso entra a figura de um terceiro, o auditório, quem os interlocutores procuram conquistar para “vencer” o debate. Portanto, o pacto requer uma consciência partilhada e o reconhecimento mútuo do outro como adversário. Ao contrário de ser uma interação face a face, no discurso polêmico temos um debate entre os interlocutores visando a desconstrução da ética do outro para a conquista do auditório.

Nesse regime de ataques, cria-se uma cena de incompreensão. Isto quer dizer que os interlocutores reagem não por meio do conteúdo discursivo, mas por meio de uma exacerbação discursiva que visa desqualificar o outro. “L’interaction polémique s’appuie très précisément, c’est du moin l’orientation qui est la nôtre, sur ce mécanisme du ‘comme-si’, c’est-à-dire sur la mise em scène de l’incompréhension par son exacerbation discursive”⁴² (Idem, p. 36). É uma encenação que não carrega o diálogo em si, mas uma ignorância reciprocamente engajada pelos polemistas a fim de alargar o regime de ataques. Em outras palavras, é ignorar o argumento para deslegitimar o adversário na violência verbal.

Os polemistas querem provar sua qualificação – o desacordo se funda no seio do espaço de combate – acentuando suas dissensões. A construção ficcional é criada mutuamente por meio dos interlocutores:

Dire que la polémique répond, dans ses principes de base, à une co-construction fictionnelle du rapport d’opposition, c’est postuler une entente tacite entre les participants à l’interaction discursive, c’est-à-dire un pacte, au nom duquel chacun

⁴¹ Tradução nossa: “uma dimensão fortemente dialógica na medida onde interpela o adversário e o convida – uma vez mais – a dar uma resposta”.

⁴² Tradução nossa: “A interação polêmica depende mais especificamente, é pelo menos a orientação nossa, sobre o mecanismo como-se, isto é, colocá-los na cena de mal-entendidos por sua exacerbação discursiva”.

accepte, jusqu'à um certain point, la surenchère verbale et le détournement de ses propôs comme de son vécu⁴³ (ALBERT; NICOLAS, 2010, p. 37).

A polêmica, portanto, é a encenação de uma luta verbal criada pelos polemistas seguindo regras próprias. Tal ritual representa o que Foucault (2012, p. 37) apreende como elemento da ordem do discurso.

(...) o ritual define a qualificação que devem possuir os indivíduos que falam (e que, no jogo de um diálogo, da interrogação, da recitação, devem ocupar determinada posição e formular determinado tipo de enunciados); define os gestos, os comportamentos, as circunstâncias, e todo o conjunto de signos que deve acompanhar o discurso.

Seguindo a explanação de Foucault (2012), temos a criação de um pacto polêmico, um ritual, por parte de seus protagonistas que elaboram as regras e os condicionamentos do dizer para que o debate não se feche. Para isso é criada uma ética entre eles, isto é, o polemista deve admitir a co-presença do erro e da verdade com objetivo de manter oposição e esclarecer as características de cada um, escolhendo seu adversário; é reconhecer no adversário as qualidades necessárias à partilha do espaço comum de fala (ALBERT; NICOLAS, 2010, p. 42). Nesse jogo de oposição, o *ethos* se apresenta como a mais importante prova retórica capaz de conquistar e gerar adesão do terceiro expectador (auditório). É a partir do *ethos* que os interlocutores reagem no espaço de fala, criando um *anti-ethos*, em que a persuasão se instala na negatividade do outro, tentando convencer o auditório a não aderir a figura ou o discurso do adversário. “(...) l’attaque et la réfutation soutiennent, en effet, la *construction éthique* de soi dans la *déconstruction éthique* de l’autre⁴⁴” (Idem, p. 42 – grifos do autor).

Assim sendo, a polêmica, segundo Albert e Nicolas (2010), é um ritual fictício movido por um pacto conflitual onde se encontram o regime de ataques – a encenação da surdez – por meio da violência verbal. É preciso compreender neste quadro que a polêmica se encontra sob um ritual criado pelos polemistas a fim de convencer um terceiro expectador, aderindo aos artifícios da injúria, da calúnia, entre outros (*ad hominem*) para se desqualificarem de modo estratégico na encenação discursiva.

⁴³ Tradução nossa: “Dizer que a polêmica responde, em seus princípios de base, a uma co-construção ficcional de relação de oposição, isto é postular um entendimento tácito entre os participantes da interação discursiva, isto quer dizer um pacto, ao nome do qual cada um aceita, em um certo ponto, a escalada verbal e o uso indevido de suas palavras como de sua experiência”.

⁴⁴ Tradução nossa: “O ataque e a refutação mantém, com efeito, a construção ética de si e a desconstrução ética do outro”.

Ao abordar o papel da polêmica nas democracias pluralistas, Amossy (2014) demonstra que a polêmica é aderente a uma gestão do dissenso importante para a nossa democracia. Segundo Amossy (2014, p. 17), a polêmica ocupa hoje um espaço que partilha o descrédito da sociedade sob múltiplas formas de dissenso. Isto se dá primeiro por uma multipolarização em torno da busca obsessiva do consenso e, segundo, pelo dissenso ocupar uma forma de socialização nas sociedades complexas. A autora pontua a necessidade de compreender que, nas sociedades complexas, o dissenso deve ser analisado de uma forma mais assídua, a ponto de compreender qual o seu papel para a solução de problemas na sociedade, uma vez que, segundo ela, é impossível acabar com os antagonismos.

A retórica entende o consenso como única forma de legitimar os discursos antagonistas e responder aos anseios públicos e o bem-estar da sociedade. Deste modo, a retórica clássica entende que o *logos* é o principal elemento capaz de gerar o consenso, por utilizar a razão nos debates políticos. O dissenso estaria voltado mais para um elemento erístico, isto é, sem compromisso com a verdade e com objetivo de vencê-lo a qualquer custo. Neste ponto, é preciso superar o dissenso; caso contrário, a comunidade se torna dividida, podendo condicionar até revoltas cívicas.

Já a nova retórica (“O tratado da argumentação”, de Perelman⁴⁵) trata o dissenso como um debate erístico com a utilização de argumentos *ad hominem* falaciosos, sem compromisso com a verdade; o objetivo principal seria derrotar o adversário. Neste meio termo, Amossy (2014) pondera sobre a revalorização do dissenso nas ciências sociais; o conflito é parte elementar da sociedade e se encontra no fio de uma contradição. Com isso, ela entende que o papel do dissenso não é mais como na antiga e nova retórica – sendo mais um elemento de conflito a ser superado – mas uma forma de socialização que permite o protagonismo de diversos setores da sociedade.

Si, en effet, le conflit est inévitable dans nos démocraties pluralistes, et si le nerf de la démocratie n'est pas le consensus, mais la gestion du *dissensus*, alors la polémique comme confrontation verbale d'opinions contradictoires qui ne mène pas à un accord utopique se doit d'être recondiérée en profondeur⁴⁶ (AMOSSY, 2014, p. 38-39 – grifos da autora).

⁴⁵ Obra referenciada por Amossy (2014): PERELMAN, Chaim. **Tratado da argumentação**. São Paulo: Martins fontes, 2002.

⁴⁶ Tradução nossa: “Se, de fato, o conflito é inevitável em nossas democracias pluralistas, e se o nervo da democracia não é o consenso, mas a gestão do dissenso, então a polêmica como o confronto verbal de opiniões conflitantes que não levam a um acordo utópico deve ser aprofundada”.

Daí nasce o pensamento central da autora: a polêmica como uma modalidade argumentativa em que se propõe o debate erístico e sofístico, apresentando opiniões contrárias. A polêmica se torna uma modalidade argumentativa através de uma crescente co-construção de respostas e réplicas ao embate das teses antagonistas (Idem, p. 54-55). A polêmica formaria, portanto, estruturas globais de troca verbal classificadas como modalidades. Entretanto, é necessário estabelecer características próprias da polêmica para ela se tornar (vir a ser) uma modalidade. Isto se dá por meio da dicotomização e da polarização, ocasionadas pela situação de comunicação (democracia pluralista).

A dicotomização, explica Amossy (2014, p. 56), ocorre quando duas opiniões se excluem uma a outra, ou seja, propõe estabelecer dicotomias como esquerda/direita. Um conceito A é dividido por conceito B e C. Como por exemplo: no quadro político (a), temos a esquerda (b) e a direita (c). O que importa na dicotomização é compreender como ela é formulada socio-historicamente (crenças, ideologias, circunstância histórica) em determinada sociedade.

Résumons-nous: la polémique, qui traite de questions d'intérêt public, est une gestion verbale du conflictuel caractérisée par une tendance à la dichotomisation qui rend problématique la quête d'un accord. À ce stade, c'est son rapport à l'autre qu'il convient d'examiner de plus près – et cela d'autant plus que la nature dite agressive de cette relation lui est souvent reprochée⁴⁷. (AMOSSY, 2014, p. 58 – grifos da autora)

A dicotomização é, por efeito, uma categorização da sociedade, representada por meio da estratificação social, enquanto a polarização se dá por meio da enunciação. Por exemplo, temos, no campo discursivo, possibilidades de fala em uma discussão sobre direita ou esquerda, mas é a tomada de palavra que torna a dicotomização uma polarização.

En bref, la rhétorique de polarisation consiste à établir des camps ennemis et est de ce fait un phénomène social plutôt qu'une division abstraite em thèses antagonistes et inconciliables. Il s'agit de se rallier à un groupe constitutif d'une identité, ou de présenter les choses de façon à ce que ceux qui se sentent au départ solidaires d'un groupe donné se mobilisent em faveur de la thèse qui le renforce.⁴⁸ (AMOSSY, 2014, p. 59).

⁴⁷ Tradução nossa: “Para resumir: a polêmica, que lida com as questões públicas, é uma gestão verbal de conflito caracterizada por uma tendência à dicotomização que torna problemática a busca por um acordo. Nesse estágio, é sua relação com o outro que convém examinar mais de perto – e isso tanto mais quanto a natureza dita agressiva dessa relação lhe é frequentemente censurada”.

⁴⁸ Tradução nossa: “Em resumo, a retórica da polarização consiste em estabelecer campos inimigos e é de fato mais um fenômeno social do que uma divisão abstrata em teses antagonistas e inconciliáveis. Trata-se de reunir a um grupo constitutivo de uma identidade, ou de apresentar as coisas de forma para que eles se sentem solidários de um grupo dado, se mobilizando em favor da tese que o reforça”.

Como a polarização se dá no campo da enunciação, é preciso que os interlocutores assumam papéis ligados a grupos (como no caso um grupo ligado à sua visada ideológica) para travarem na arena discursiva o discurso polêmico. Essa troca verbal torna-se uma polarização porque os interlocutores desqualificam seu adversário (ele – nós), desfigurando seu *ethos* discursivo. É à parte disso que o efeito do discurso polêmico se encontra.

Amossy (2014) explica que o efeito da polêmica é dividido em duas formas cruzadas: 1) a partir de uma violência que autoriza a polarização social e a confrontação de posições dicotômicas; 2) e por meio de uma regulação que é tributada dos quadros sociodiscursivos, institucionais e culturais, que autorizam o desenrolar da confrontação no espaço público. Portanto, a polêmica é definida tanto como conflito – polarização e dicotomização – quanto pela desqualificação do adversário (como descrevemos anteriormente).

O que Amossy (2014) elabora é um quadro possível de análise da polêmica como modalidade argumentativa. No nosso *corpus*, podemos perceber as configurações da polêmica supracitadas. É possível identificar o regime de ataques (*ad hominem*), a dicotomização e a polarização (esquerda e direita; PT e PSDB; petralha e coxinha). Desse modo, a polêmica deve ser tratada não apenas como um enaltecimento do dissenso das sociedades complexas, mas como um aperfeiçoamento retórico capaz de determinar as relações pluralistas na nossa democracia.

Considerações Finais

Neste capítulo nos debruçamos sobre o funcionamento das redes sociais. Vimos em Recuero (2009) os elementos dos sites de redes sociais, e como as nossas relações sociais influenciam nossas relações dentro da rede. Vimos também que cooperação, competição e conflito são elementos das redes sociais, o que nos indicou os estudos sobre o discurso polêmico. Entendemos o discurso polêmico como uma encenação discursiva que é regida por um regime de ataques sofisticados e erísticos. Deste modo, também vimos a Teoria Semiológica, de Patrick Charaudeau (2005; 2007; 2008; 2015), bem como o conceito de imaginários sociodiscursivos para entendermos as representações sociais dos interlocutores.

Mas precisamos pensar a relação desta quantidade de conceitos e se eles podem nos mostrar a interação dentro do *Facebook*. A ideia seria se os usuários ao tomarem posição dentro da rede arregimentariam imaginários sociodiscursivos parcialmente estáveis, capaz de demonstrar na análise quais posturas eles assumem: de um saber de crença ou de um saber de conhecimento. E se a relação de forças da rede se dá através do jogo de posições do discurso polêmico, onde se encaixaria a esfera pública habermasiana racional e consensual?

O que nos importa refletir é sobre a retórica do dissenso, como afirma Amossy (2014). Se temos um jogo de posições antagônicas que não se fecham, a esfera pública racional de Habermas (2008) estaria cada vez mais longe de ser realizada. O que nos cabe é pontuar, talvez, esse jogo de posições contrárias (que a Retórica não se preocupou de início) para revisar a noção de esfera pública à luz do *Facebook*. Com a polarização cada vez mais forte entre os usuários, talvez seja preciso pensar a esfera pública como uma gestão de dissenso, capaz de compreender melhor o que nós estudamos até aqui.

CAPÍTULO 3 – ANÁLISE

Considerações iniciais

Na última eleição presidencial, ocorrida em 2014, ficou notória a participação dos *sites* de redes sociais tanto para conexão entre candidatos e eleitores, como ainda para troca de interação entre os próprios candidatos. Deste modo, as redes sociais também permitiram que os cidadãos – que possuem acesso à internet – se posicionassem politicamente sobre as eleições. Com a vitória de Dilma Rousseff (PT), os eleitores que votaram contra a presidente, votando em Aécio Neves (PSDB), se interagiram em páginas (*fanpage* – no inglês) contra o governo.

Neste primeiro momento, analisaremos os comentários sobre as manifestações a favor do governo de Dilma Rousseff, eleita em 2014 pelo PT. A partir dos saberes de crença, movidos por opiniões coletivas e relativas, os enunciadores procuram – por meio da polêmica – desqualificar os argumentos do outro, deixando clara as características do gênero emergente das redes sociais: o conflito, acima de tudo, embasa todo o rol de debates propostos pelos enunciadores.

3.1. Análise dos imaginários sociodiscursivos dos comentários

3.1.1. Os comentários na *fanpage* da *Folha de São Paulo*

O primeiro comentário que analisaremos ocorreu após a divulgação, pela Folha de São Paulo, do resultado da manifestação de 13 de março de 2015, realizada por sindicatos e movimentos sociais, sobre temas de apoio ao governo do PT e contra a privatização da Petrobrás.



FIGURA 3 - Postagem do jornal Folha de São Paulo sobre as manifestações de 13 de março de 2015

O título da reportagem reafirma o caráter sindicalista da manifestação ao nomeá-la de “manifestação da CUT” e utiliza-se de um aparato de pesquisa (Datafolha) para legitimar o número de participantes, criando um efeito de credibilidade à matéria. A partir desta postagem, alguns usuários do *Facebook* se mostraram indignados e outros adeptos do fato. É importante frisar com o que estamos lidando quando analisamos os comentários: o *ethos prévio* não é identificado à primeira vista pelos interlocutores. O que há são *ethé* discursivos. “O *ethos* é uma noção *discursiva*, ele se constrói através do discurso, não é uma “imagem” do locutor exterior à sua fala” (MAINGUENEAU, 2015, p. 16). Deste modo, o que temos são representações discursivas criadas pelos interlocutores.

Como vemos no primeiro comentário:



FIGURA 4 - Primeiro comentário sobre a reportagem

Com relação à dimensão discursiva, temos o modo de organização do discurso descritivo, em uma encenação descritiva, que permite ao enunciador nomear, localizar e qualificar determinados assuntos a partir de sua instância de fala, ou seja, de produtor e consumidor de mídia.

A construção etórica desse sujeito falante propõe um enunciador fora da situação do fato (manifestação) que interroga (observador) e que reafirma seus saberes a partir de efeitos de ironia. Entendemos por ironia uma forma-enunciado em que o autor propõe desqualificar seu interlocutor por meio de contradição e discordância. Segundo Charaudeau e Maingueneau (2016, p. 291 – grifos dos autores), na ironia há um “efeito de *não assumir* a enunciação por parte do locutor e de *discordância* em relação à fala esperada para tal tipo de situação”. A ironia é uma estratégia discursiva que propõe uma encenação do outro para desqualificá-lo. É uma estratégia que compõe as propriedades do discurso polêmico, quando o sujeito enunciador “subverte *sua própria enunciação*” (MAINGUENEAU, 2013, p. 221 – destaque do autor).

Temos o saber de crença neste enunciado, mais especificamente, o saber de opinião coletiva, no qual o enunciador, a partir de memórias e julgamentos, reafirma através das aspas que os sindicatos, principalmente, aqueles ligados ao governo de Dilma Rousseff, servem como âncora de movimentos sociais de esquerda e com um propósito de lazer ao referir à data da manifestação ser em uma sexta-feira, no qual o horário (14h) seria de expediente trabalhista.

Charaudeau (2007) explica que a opinião coletiva ocorre quando determinado grupo toma determinadas posições fechadas (*essencializadas*) em relação a outro grupo. Podemos ver que o enunciador, ao tomar o ato da palavra por meio de interrogação, também se coloca como “vagabundo”; o que se nota, claramente, a naturalização da direita em relação ao PT. O enunciador utiliza da ironia para dar legitimidade ao seu dizer.

A partir da análise, podemos compreender que o efeito de sentido que o enunciado causou foi de uma afirmação inversa, ou seja, eles (manifestantes) são “vagabundos” por se manifestarem numa sexta-feira (dia em que a maioria da população está trabalhando) e eles (o enunciador e seu grupo) são os “verdadeiros” trabalhadores por marcarem suas manifestações em um domingo.

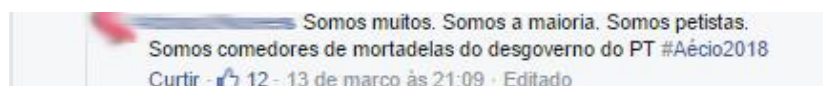


FIGURA 5 - Primeira réplica postada sobre a notícia e o comentário

Pode-se observar que, na primeira réplica, o enunciador toma a palavra num processo contínuo de figuras de linguagem, precisamente a ironia. Em relação aos imaginários sociodiscursivos, podemos perceber a utilização da razão (*logos*) para reafirmar um conteúdo antipetista correspondente ao primeiro enunciador (1º comentário). Na primeira réplica, o enunciador utiliza argumentos como “comedores de pão com mortadela” em alusão à possível distribuição de pães com mortadela (alimento associado às classes de baixo poder aquisitivo) durante o protesto em tese, que provoca aos seus interlocutores efeitos de sentido de chacota e de “compra” de ideologias, pois reafirma o caráter contrário à manifestação.

O tipo de saber utilizado por este enunciador refere-se aos saberes de crença de opinião coletiva, pois seu enunciado vai de encontro com o primeiro comentário. Sua construção retórica parte de um artifício linguístico que procura demonstrar, no ato da enunciação, categorias etóticas que correspondem a uma ambiguidade: ao afirmar “somos a maioria” e “somos petistas”, em sua situação comunicativa, os enunciados permitem evocar em seus interlocutores efeitos de empatia aos manifestantes do protesto em tese; e, por outro lado, demonstra uma imagem de si criada a partir da ironia, que legitima o “desgoverno do PT”.

Do ponto de vista afetivo, temos uma propriedade desta nova arena discursiva que são as *hashtags*, que é a utilização da cerquilha (#) mais a palavra-chave de um conteúdo. A *hashtag* acima “#aécio2018” é uma categoria patêmica, pois retoma uma memória discursiva de derrota nas Eleições Presidenciais de 2014 e evoca uma vontade (desejo) de ter o Aécio Neves (PSDB) como Presidente do Brasil em 2019, vencendo as Eleições de 2018.

Portanto, a primeira réplica é constituída de saberes de crença de opinião coletiva, e é construída por meio de uma apropriação do sujeito falante de uma evidência (“desgoverno”) correspondente ao imaginário de que Bolsa Família é um artifício ideológico e de compra de votos (“comedores de mortadelas”); e ao imaginário correspondente à junção de corrupção com PT (PT = corrupção).

As propriedades do discurso polêmico podem ser identificadas. O ataque *ad hominem*, no caso, a instituição PT e seus seguidores, ocorre de forma irônica acentuando ainda mais o debate. Trata-se de um argumento sofisticado que tende a falsear e ironizar a manifestação a favor do governo petista.



FIGURA 6 - Segunda réplica recebida pela notícia e pelo comentário

A segunda réplica é antagônica, ou seja, contrapõe o que foi dito antes. Na dimensão situacional, temos um Eu-Comunicante correspondendo a mais um usuário-mídia, portanto, com acesso ao consumo e à produção de conteúdo na rede. Na esfera da enunciação, temos um Eu-Enunciador que provoca efeito de sentido contrário, buscando adesão e conflito aos seus interlocutores. Na dimensão discursiva, temos os modos de organização de discurso enunciativo e descritivo, pois o sujeito falante descreve, a partir de sua instância de fala, o que poderia ocorrer após a manifestação temática.

Sobre os imaginários sociodiscursivos, temos uma construção que busca conflito e deslegitimação aos enunciados anteriores (1º comentário e 1ª réplica) e um caráter de verdade sobre a posição, ou seja, o estatuto de fala do enunciador do primeiro comentário (“posando de bom moço”).

A construção de saberes é feita pelos saberes de crença de opinião coletiva, por meio de um caráter ideológico que permeia grupos sociais ligados à teoria e à uma doutrina marxista. Na visão de Charaudeau (2015, p. 201), a ideologia opera não só por meio de mascarar o real, mas de um “processo de ideologização” que constrói um conjunto de crenças teorizadas sobre a atividade social. O enunciado retoma uma memória discursiva teórica entre elite e proletariado. Na concepção de Marx existe uma classe dominante (elite) que tem em suas mãos os meios de produção e, de outro lado, os trabalhadores (proletariado) que vendem sua mão de obra. Dessa forma, para Marx, a luta de classes é essa relação assimétrica entre a elite e o proletariado. No enunciado acima, temos uma posição que reflete essa luta de classes. Portanto, ocorre a materialização de um sistema de pensamento organizado por meio de uma ideologia (marxismo), que se endurece em relação a outras ideologias na forma de uma doutrina (evidência).



FIGURA 7 - Réplicas da notícia e do comentário

A terceira réplica corresponde ao que Charaudeau (2015) chama de Imaginário da Soberania Popular. Na dimensão comunicativa, há um Eu-Comunicante caracterizado como usuário-mídia que constrói um Tu-Destinatário a aceitar ou refutar o enunciado. No ato da linguagem, o Eu-Enunciador provoca um Tu-Interpretante capaz de subverter ou não sua intencionalidade. Na dimensão discursiva, há o modo de organização do discurso enunciativo, em que o sujeito linguageiro expressa seu ponto de vista em relação aos seus interlocutores. Seu enunciado contém categorias patêmicas, por expressar de modo assíduo sua opinião (em caixa-alta). Trata-se de saberes de crença de opinião relativa, pois o enunciador se expressa contra o grupo que pede o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff.

Segundo Charaudeau (2007), os saberes de crença de opinião relativa ocorrem a partir da emanção de um sujeito individual ou de um grupo restrito, contra outro grupo ou outra opinião. “A opinião relativa é aquela que se exprime no espaço de discussão da democracia” (CHARAUDEAU, 2007, p. 59). Porém, por tratar de um enunciado patêmico, também podemos considerar os saberes de crença coletivos, por também terem um valor identitário intrínseco.

Charaudeau (2015) conceitua o mito da democracia como o Imaginário da Soberania Popular. Segundo ele, este imaginário pode ser representado por três discursos correlatos: o discurso do direito à identidade; o do igualitarismo; e o da solidariedade. Charaudeau (2015) propôs este imaginário a partir do Discurso Político, ou seja, nas conjunções destes discursos para a construção de um *ethos* político. Podemos identificar na situação de comunicação do enunciado analisado uma reafirmação à democracia (à vitória de Dilma Rousseff em 2014), que, embora tratando-se de uma argumentação irracional, ou seja, patêmica, existe o pressuposto de que uma eleição presidencial representa o julgamento social de uma nação.

A quarta réplica “Todo mundo trabalha...” representa em sua dimensão comunicativa um Eu-Comunicante caracterizado como usuário-mídia que elabora o projeto de fala a contrariar seus interlocutores anteriores, ou seja, o seu Tu-Destinatário. Na dimensão discursiva, temos os modos de organização do discurso enunciativo e argumentativo, ou seja, o sujeito falante expõe seu ponto de vista a partir de um quadro de questionamento dialogal.

Os saberes representados neste enunciado correspondem aos saberes de conhecimento de empiria, pois afirmam intrinsecamente que há diferentes tipos de trabalho (por exemplo, um segurança de uma boate trabalha durante os finais de semana), logo diferentes tipos de horários. Também temos os saberes de crença de opinião relativa, pois seu conteúdo emana de um sujeito individual contra outra opinião.

A quinta réplica “Vcs vão sair porra nenhuma...” parte de Eu-Comunicante usuário de mídia, que projeta sua fala para um Tu-Destinatário obediente. No ato da linguagem, o Eu-Enunciador provoca um efeito de ordem a partir de sua construção patêmica e por seu conteúdo ser preenchido por saberes de crença de opinião coletiva.

Esse jogo de enunciados representa muito bem o discurso polêmico nas redes sociais. Vemos a criação de uma dicotomização (eu e eles) e a polarização (manifestantes em prol de Dilma versus manifestantes contra Dilma). A refutação é clara entre as réplicas, tornando um debate erístico.

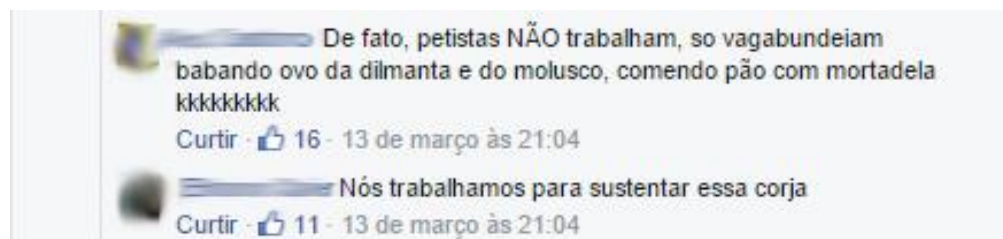


FIGURA 8 - Réplicas do primeiro comentário

O excerto “De fato, petistas NÃO trabalham...” faz parte do modo de organização do discurso enunciativo, pois o usuário demonstra seu ponto de vista sobre os petistas: “so vagabundeiam babando ovo da dilmanta e do molusco...”. Ocorre aqui uma construção etótica de sujeito irônico, pois analisa as manifestações como algo comprado (“comendo pão com mortadela kkkk..”) e de seus participantes não serem seres pensantes, pois bajulam o governo de Dilma e Lula.

A constituição do imaginário sociodiscursivo é de saber de crença, principalmente de opinião relativa, ou seja, a partir de um enunciado irônico o sujeito demonstra sua incapacidade de reconhecer o outro grupo e as implicações da manifestação. O enunciado “Nós trabalhamos para sustentar essa corja” já demonstra um imaginário de opinião coletiva. A situação insuficiente da tributação de impostos, principalmente, de sua não aplicação em serviços de bem-estar da sociedade (como saúde, educação e segurança) implica um saber de crença de opinião coletiva de que o “meu” imposto está servindo para “sustentar” um “desgoverno”.

O argumento racional opera dentro discurso polêmico. Os interlocutores se afrontam para se desqualificarem. A primeira réplica é sofisticada, o que apela para uma enganação e uma ironia; enquanto o segundo é um argumento *Ad Hominem*, no caso a “corja” que está no governo.

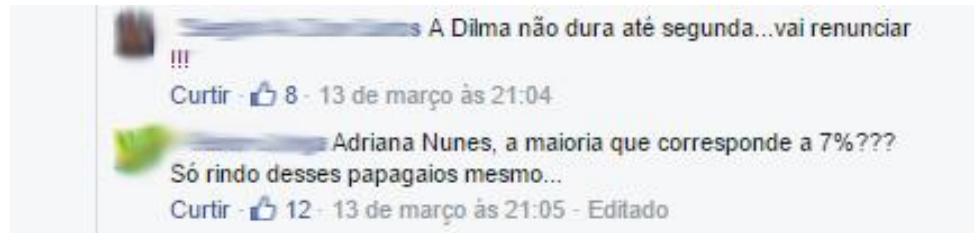


FIGURA 9 - Réplicas do primeiro comentário

Já o enunciado “A Dilma não dura até segunda...” corresponde ao saber de crença de opinião relativa, pois não reconhece a manifestação pró-governo e deslegitima a Eleição Presidencial de 2014. A construção etórica se estabelece a partir de um desejo, ou seja, o enunciador demonstrou sua insatisfação com o governo atual e busca um efeito de sentido nos seus interlocutores de que a presidenta *deve* renunciar.

A próxima réplica é uma resposta à primeira réplica, isto é, resposta ao enunciado “somos petistas, somos maioria...”. Como vimos, o enunciador da primeira réplica utiliza da ironia para argumentar contra a manifestação citada pela postagem. Entretanto, o sujeito-interpretante, não compreendendo a ironia, julgou o “somos maioria” como 7% da população. É um imaginário sociodiscursivo de opinião relativa, constituído de um saber de crença que permite o julgamento “só rindo desses papagaios mesmo...”.

O segundo comentário publicado na página da Folha de São Paulo representa uma projeção de efeitos de sentido de um discurso verdadeiro, ou seja, o enunciador acusa o jornal de mentiroso e afirma que apenas 12 mil pessoas compareceram à manifestação. É um modo de organização do discurso enunciativo que permite ao enunciador expor seu ponto de vista. A construção dos saberes é representada pelos saberes de opinião coletiva, pois demonstra o engajamento do usuário e não reconhece a manifestação do outro.



FIGURA 10 - Segundo comentário.

A partir do segundo comentário, vemos uma construção etórica a ser representada ao longo de todas as réplicas. A primeira, por entender os meios de comunicação do Brasil como conservadores, questiona o comentário: “Folha [...] a favor do PT?” Os risos escritos no início demonstram o caráter irônico e a presença de uma opinião coletiva referente aos meios de comunicação do Brasil serem representados por um grupo de famílias tradicionais brasileiras.

A tabela 2 (página 71) resume os imaginários arregimentados pelos usuários-mídia na *fanpage* da Folha de S. Paulo no recorte proposto nesta pesquisa. Foram identificados onze saberes, sendo quatro de opinião coletiva, seis de opinião relativa e um de empiria. Isto demonstra que o efeito de sentido produzido pelos interlocutores foi de polarizar a discussão em torno da corrupção e de manifestantes como massa de manobra.

Veículo	Imaginários Sociodiscursivos dos comentários e réplicas
Folha de São Paulo	<p>Quatro saberes de opinião coletiva; seis de opinião relativa; e um do saber de experiência (empiria).</p> <p>Imaginários: corrupção e má administração pública por parte do Partido dos Trabalhadores; manifestantes como massa de manobra; marxismo como doutrina em relação à divergência ao governo; soberania popular, a democracia; conservadorismo.</p>

TABELA 2 - Os imaginários sociodiscursivos encontrados nos comentários e réplicas do jornal Folha de São Paulo sobre as manifestações contra o governo Dilma Rousseff (PT).

FONTE: Dados do estudo.

3.1.2. Os comentários publicados a favor do impeachment na fanpage da Folha de São Paulo

A manifestação ocorrida no dia 15 de março de 2015, segundo a Folha de São Paulo, reuniu quase um milhão de pessoas em todo o país. Na avenida Paulista, mais de 200 mil pessoas pediram o impeachment de Dilma Rousseff (PT) e acusaram seu partido de ser o responsável pelo escândalo da Petrobrás, o Petrolão.

A postagem do jornal Folha de São Paulo prestigiou as opiniões das pessoas que estavam se manifestando, mostrando vídeos dos protestos em todo o país, como vemos abaixo:



FIGURA 14 - Postagem da Folha de São Paulo sobre as manifestações do dia 15 de março de 2015

O primeiro comentário a ser analisado em conjunto com suas réplicas é constituído de um saber de conhecimento empírico do usuário, isto é, quando ironiza “Folha sendo folha...”, ele remete a um saber empírico já conhecido entre a esquerda brasileira: de que a Folha de São Paulo apoiou o golpe militar de 1964.



FIGURA 15 - Primeiro comentário publicado na página do jornal Folha de São Paulo

Assim sendo, temos um enunciado de categoria patêmica que refuta o posicionamento editorial do veículo. A primeira réplica é complementar ao comentário. Insere-se no universo polarizador petralha e coxinha, o que fica evidenciado na terceira com “Petistas sendo Petistas”. São réplicas carregadas de *pathos*, isto é, de efeitos de emoção, e se chocam em universos diferentes. Portanto, são preenchidas por saberes de crença de opinião relativa, aqueles adquiridos em democracias pluralistas. De outro lado, temos a sexta réplica carregada do saber de crença de opinião coletiva, que perpassa os saberes de conhecimento de experiência – como

as Diretas Já. No conjunto, a maioria das réplicas representa o saber de crença de opinião relativa, por polarizar as relações de poder.



FIGURA 16 – Réplicas na página do jornal Folha de São Paulo

O jogo de adjetivos demonstra que o discurso polêmico é privilegiado em relação à uma arena discursiva racional. Talvez, a última réplica (“Não, Adriano, não tem essa de ‘coxinha’”) seja o único argumento racional. O interlocutor propõe um debate acerca do papel do cidadão nas mudanças tanto reivindicadas.

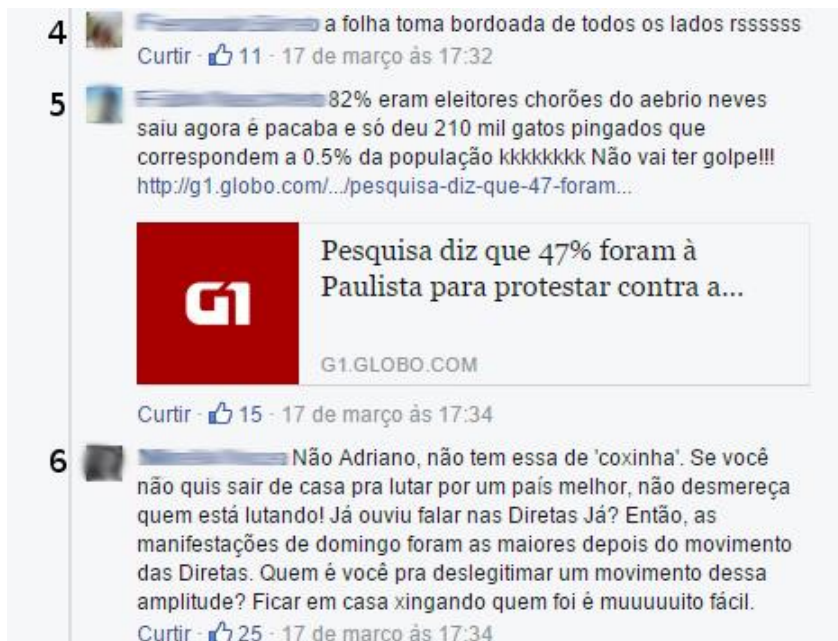


FIGURA 17 - Réplicas publicadas na página da Folha de São Paulo

O segundo comentário tende ao mesmo sentido: um imaginário de opinião coletiva embasado por uma categoria patêmica por meio de uma posição pessoal e de um imaginário de opinião coletiva, embasando-se nos saberes de crença sobre a imparcialidade da mídia brasileira partilhados na sociedade.



FIGURA 18 - Segundo comentário postado na página da Folha de São Paulo

As réplicas são constituídas de uma dicotomia entre a imparcialidade ou não do jornal Folha de São Paulo. Entre elas temos representações dos saberes de crença de opinião coletiva – como a questão da imparcialidade posta em cheque – e de saberes de conhecimento científico, como a democratização da mídia, muito discutida academicamente no país (ver figura 19).

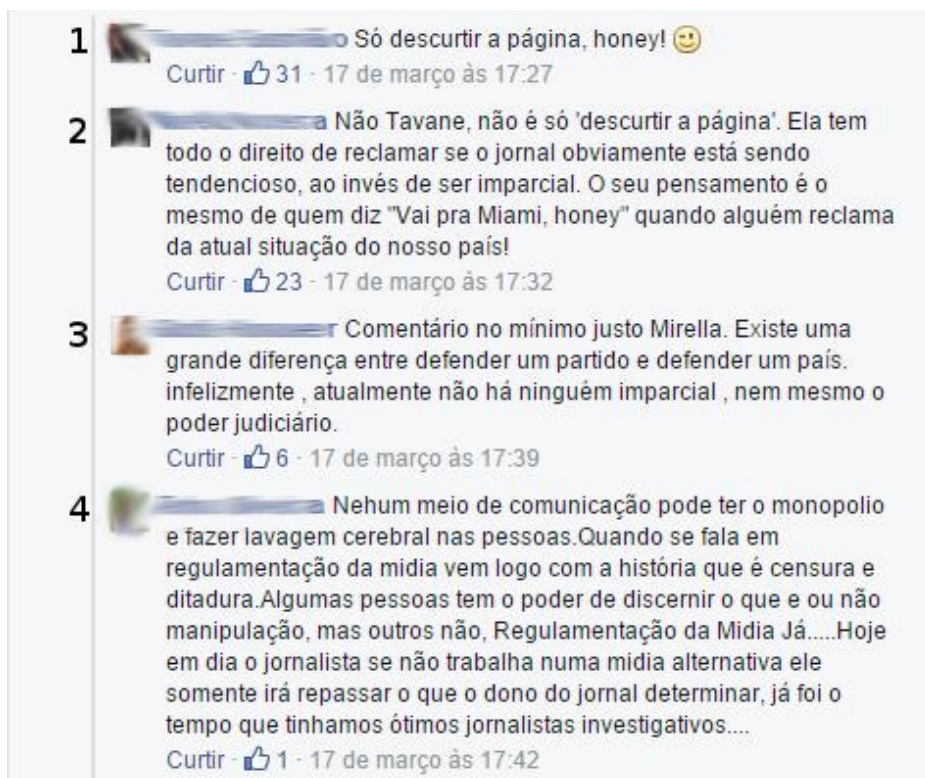


FIGURA 19 - Réplicas postadas na página da Folha de São Paulo

A partir da tabela 3 podemos compreender o processo discursivo dos interlocutores. A maioria utilizou o saber de crença de opinião, prevalecendo o conhecimento da doxa sobre a imparcialidade da mídia brasileira.

Veículo	Imaginários Sociodiscursivos dos comentários e réplicas
Folha de São Paulo	Constituição dos saberes: um saber de experiência; quatro saberes de opinião relativa; e dez de opinião coletiva. Imaginários: parcialidade da mídia brasileira.

TABELA 3 - Os imaginários sociodiscursivos encontrados nos comentários e réplicas do jornal Folha de São Paulo sobre as manifestações a favor do impedimento de Dilma Rousseff (PT).

Fonte: Dados do estudo.

3.1.3. Os comentários na fanpage do Estado de São Paulo

O Estado de São Paulo publicou em sua página uma reportagem sobre o “Ato de sindicatos e movimentos sociais” em São Paulo. Segundo o jornal, os manifestantes não conjugam com o processo de impedimento da presidente Dilma Rousseff. O primeiro comentário refuta a ideia proposta pelos movimentos sociais de que os “ricos que devem pagar pela crise”, como vemos abaixo:

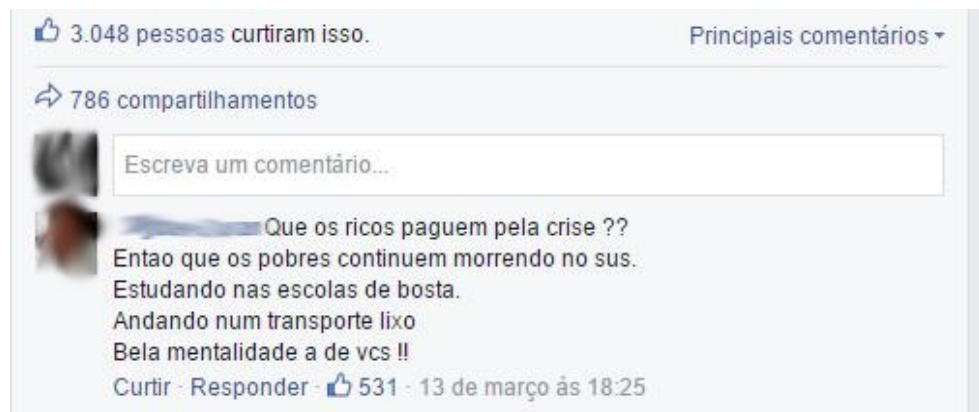


FIGURA 20 – Primeiro comentário do jornal Estado de São Paulo

A construção etórica do enunciador tem a intenção de influenciar seus interlocutores sobre as posturas dos movimentos sociais de esquerda entre elite e proletariado. Os saberes de crença identificados são de opinião relativa, pois questiona a opinião dos movimentos sociais de esquerda, construídos a partir do modo de organização do discurso enunciativo, onde oferece seu ponto de vista. Essa refutação à posição dos movimentos sociais de esquerda influencia a primeira réplica em que o sujeito-interpretante questiona sua postura, como vemos na figura 21:



FIGURA 21 - Réplicas do Estado de São Paulo

Quando o usuário questiona “e a tua elitista?”, ele propõe um debate em torno de uma polarização entre direita e esquerda, elite e proletariado; é o caso do discurso polêmico citado por Amossy (2014). Desse modo, é caracterizado como um saber de crença, quando ocorre um processo de julgamento, e de uma opinião relativa, pois não admite a opinião do comentarista. A partir dessa construção, vemos a posição da terceira réplica como uma construção etótica de estudioso, pois convida o comentarista a “estudar um pouquinho moço”. O efeito de sentido elencado é de desqualificar seu interlocutor (ele deve estudar mais porque não compreende a verdade). A partir de um modo de construção enunciativo, que demonstra seu ponto de vista em relação à cobrança de impostos, o replicante utiliza o saber de conhecimento científico, ou seja, aquele que é provado a partir de uma teoria, no caso, a teoria econômica de taxaço de impostos entre os ricos e pobres.

Essa constatação de que o comentarista deveria estudar mais é refutada, o que gera uma inversão de valores entre o que o ele afirmou no primeiro comentário e sua réplica. Isso quer dizer que o enunciador não fora compreendido ou mudara de opinião? Não há como identificar a partir do seu discurso, mas percebe-se, a partir das marcas subjetivas, que ele pode ter sido incompreendido, na medida em que afirma que os ricos não estão pagando pela crise e sim os pobres: “se vc acha que são os ricos que tão pagando pela crise vc ta “serta”...”. O modo de organização do discurso é enunciativo e sua composição é patêmica, referindo-se ao seu ponto de vista. Sobre os saberes arregimentados, temos o saber de crença de opinião comum e coletiva, tendo em vista que se vincula a uma constatação doxa da sociedade de que os ricos pagam menos impostos do que deveriam. O que é complementado na próxima réplica, também de autoria do comentarista.

Na próxima réplica, o usuário afirma que além de cobrar impostos sobre grandes riquezas, o Brasil também estaria melhor sem a corrupção e, precisamente, sem o “cartão corporativo” dos ministérios do governo federal. Este enunciado é construído a partir de uma opinião coletiva de que o Brasil está “em crise” devido aos grandes escândalos de corrupção e ao inchaço da máquina pública.

A sexta réplica já representa uma construção patêmica, em que o usuário admite sentir nojo de quem defende as opiniões dos movimentos sociais de esquerda. É uma desqualificação do adversário, isto é, uma argumentação polêmica. Portanto, além de representar um argumento passional, a réplica reverbera ao saber de conhecimento de opinião relativa, já que não reconhece (se reconhece sente nojo) a opinião do outro grupo, no caso, a esquerda. O que, mais uma vez, será representado na próxima réplica, em que o usuário refere-se a todos os seus interlocutores como “petistas”. O saber de crença alinha-se também à opinião relativa, pois não aceita a opinião do outro e ainda refuta todos seus argumentos, construindo uma posição patêmica que ofende os “petistas”. O efeito de sentido destes comentários é convencer o espectador de que os petistas dominam a discussão política da sociedade taxando quem é contra de “branco, rico”; o efeito tende a refutar a partir, mais uma vez, da desqualificação do adversário (no caso, os petistas).

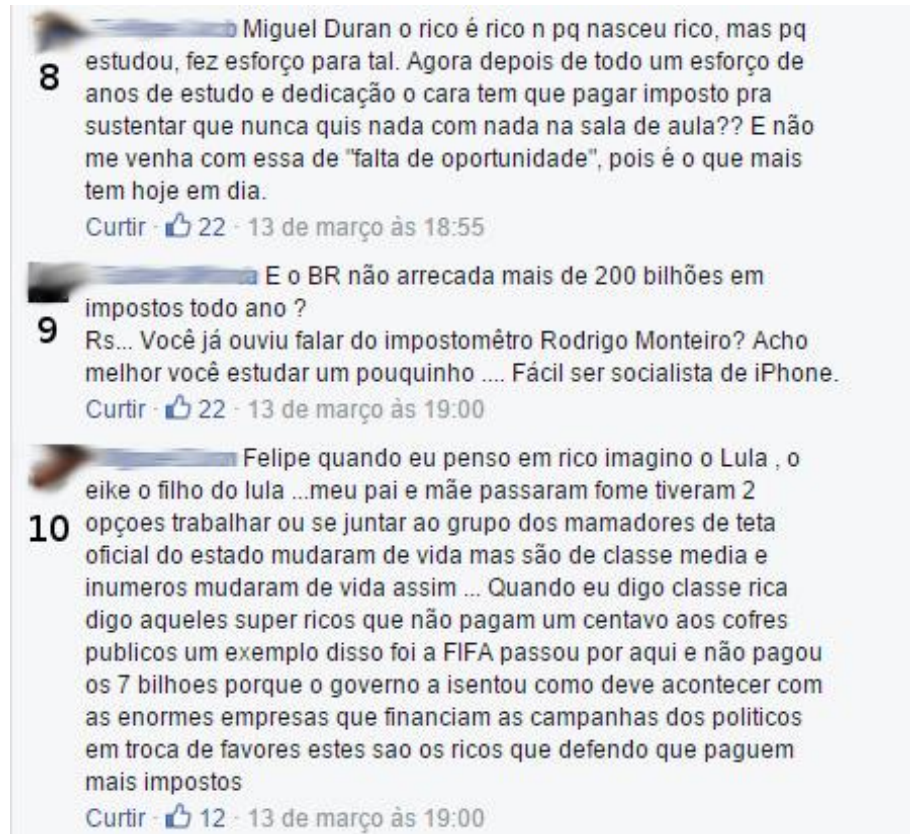


FIGURA 22 - Continuação das réplicas

Em seguida, a constituição do próximo enunciado é composta pelo saber de crença, em que há uma construção de valores partilhados sobre a meritocracia, isto é, no ganho pelo esforço. O usuário constrói um enunciado patêmico, do um modo de organização do discurso descritivo, em que refuta a taxaçaõ sobre grandes riquezas. Assim, representa o saber de opinião relativa, pois não compartilha do dizer do outro.

A criação de mais impostos para os ricos compõe a nona réplica em que o Brasil arrecada R\$ 200 milhões todo ano. O modo de organização do discurso é descritivo, em que o usuário utiliza recursos como o *impostômetro* (site que contabiliza a quantidade de impostos pagos pelos brasileiros) e ainda questiona o usuário da segunda réplica: “acho melhor você estudar um pouquinho...fácil ser socialista de iPhone”. A construção dos saberes é constituída pelo saber de crença de opinião relativa, pois questiona a posição “socialista” do interlocutor.

Por fim, a última réplica a ser analisada é a resposta do autor do comentário. É composta pelos modos de organização do discurso narrativo e descritivo, onde descreve a vida de seus pais. É constituída por um saber de opinião coletiva ao referir-se à isenção de impostos à FIFA (Federação Internacional de Futebol) aos grandes “ricos” como Lula, seu filho e Eike Batista.

O segundo comentário publicado na página Estado de São Paulo é constituído de uma argumentação patêmica, ou seja, o usuário utiliza adjetivos ofensivos contra quem estava se manifestando a favor do governo petista. O efeito patêmico evidencia-se pela argumentação polêmica: o interlocutor desqualifica a manifestação. O modo de organização do discurso é enunciativo, onde o usuário transmite seu ponto de vista sobre o assunto. A constituição dos saberes é permeada pelo saber de opinião relativa, porque não reconhece a manifestação como legítima.

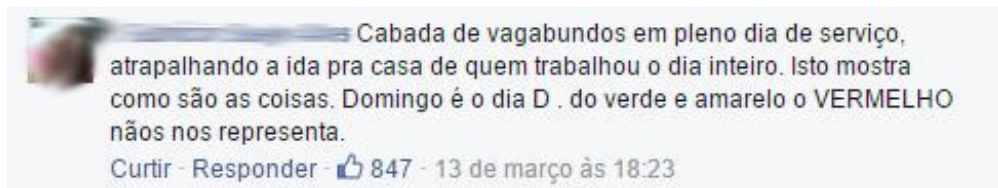


FIGURA 23 - Segundo comentário publicado na página do jornal Estado de São Paulo

O comentário também representa uma opinião coletiva de que o governo petista se enquadraria em um regime comunista (“o vermelho não nos representa”) e incita o ódio aos apoiadores do governo. É possível localizar mais uma vez o discurso *Ad Hominem*. A proposta do interlocutor é desqualificar os manifestantes e impulsionar o impedimento de Dilma Rousseff (PT) de uma forma erística. A atitude do comentarista em chamar de “vagabundos” os manifestantes culmina em réplicas debatedoras do discurso polêmico. Como Amossy (2014) indica a polarização como forma de discurso polêmica, a encenação de um regime de ataques sem proposição racional mais uma vez corresponde aos argumentos analisados.

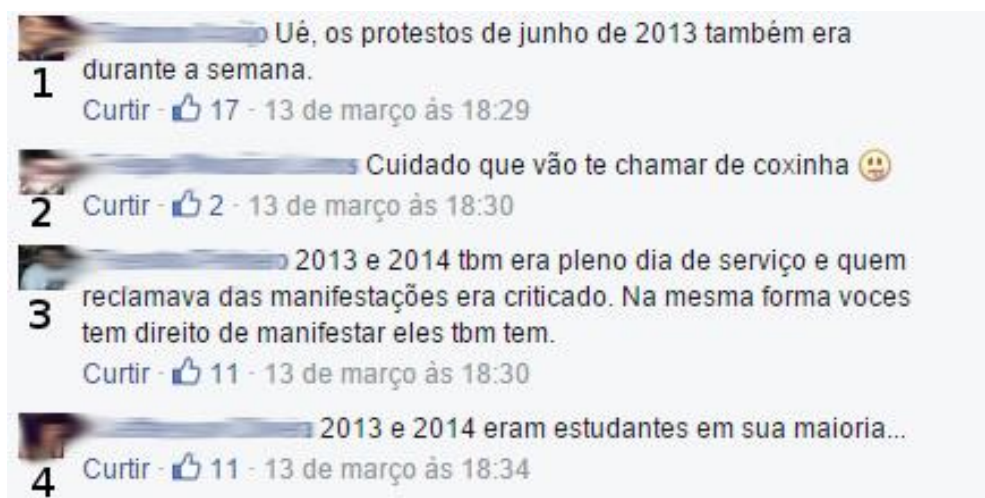


FIGURA 24 - Réplicas publicadas na página do Estado de São Paulo

A primeira réplica indaga o comentarista sobre as manifestações de junho de 2013, que tiveram alta adesão e ocorreram durante a semana. Por meio de um modo de organização do discurso enunciativo alocutivo – em que promove a indagação ao seu interlocutor, o imaginário sociodiscursivo presente não é identificado por meio das marcas textuais. Portanto, o que temos seria o saber de conhecimento de experiência, ou seja, aquele que é reconhecido e compartilhado por um grupo, no caso as jornadas de junho.

Em seguida, o enunciado “Cuidado que vão te chamar de coxinha” representa o imaginário de opinião coletiva, referenciando-se ao apelido convencionalizado a quem for contra o governo petista ou a esquerda. O mesmo caso ocorre no termo “petralhas”.

O usuário da terceira réplica já assume uma posição etótica de apaziguador, pois admite o direito a todos de se manifestarem. Portanto, é construída a partir de um modo de organização do discurso narrativo e possui o saber de conhecimento de experiência, pois afirma que as manifestações de 2013 e 2014 também foram em “pleno dia de serviço”, o que refuta o argumento do comentarista.

Da mesma forma a próxima réplica afirma, a partir do saber de experiência, de que a maioria dos manifestantes de junho era estudantes. O que acaba sendo refutado com um imaginário de opinião relativa sobre o Movimento Passe Livre (MPL).

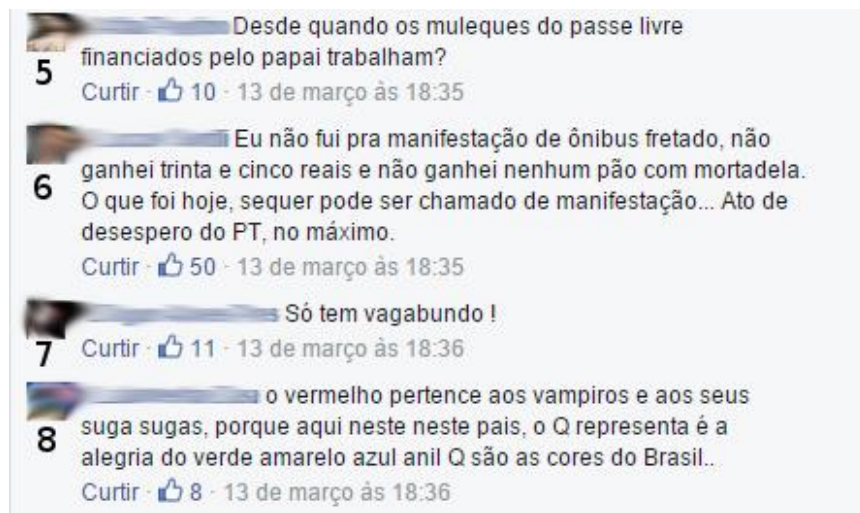


FIGURA 25 - Réplicas postadas na página do Estadão

Ademais, na réplica “eu não fui pra manifestação de ônibus fretado”, o usuário nomeia a manifestação de um “ato de desespero” do PT, utilizando o imaginário de opinião relativa sobre a distribuição de pães com mortadela aos manifestantes. As próximas réplicas representam um imaginário de saber de opinião coletiva, pois demonstram a indignação com o governo petista e com o “vermelho” do socialismo. Portanto, são comentários carregados de atitudes patêmicas.

Por fim, a réplica que inicia-se sob “você consegue distinguir” é a primeira que posiciona contrária ao comentarista de forma ríspida, fornecendo uma opinião a partir do modo de organização do discurso enunciativo, arregimentada no saber de conhecimento de experiência.

O que chama atenção é que o conteúdo da maioria das réplicas analisadas faz parte do discurso polêmico, mais precisamente de uma encenação em que os debatedores não se escutam e preferem desqualificar seu adversário. Eles não refutam a ideia proposta nos enunciados, mas sim acrescentam ataques *ad hominem* para dominar o debate. É uma propriedade erística: vencer o debate é o primeiro objetivo.

A tabela 4 demonstra a constituição de saberes. No total, foram 14 de crença e três de empiria. Foram representados os imaginários de corrupção no governo petista, e também a carga tributária alta e exacerbada.

Veículo	Imaginários Sociodiscursivos dos comentários e réplicas
Estado de São Paulo	Constituição dos saberes: dez saberes de opinião relativa; quatro de opinião coletiva; e três de empiria. Os imaginários são representados pela: Corrupção e má administração pública por parte do Partido dos Trabalhadores; manifestantes como massa de manobra; aparelhamento do Estado; criminalização dos movimentos sociais de esquerda; impostos exacerbados e altos.

TABELA 4 - Os imaginários sociodiscursivos encontrados nos comentários e réplicas do jornal Estado de São Paulo sobre as manifestações contra o governo Dilma Rousseff (PT).
Fonte: dados do grupo.

3.1.4. Os comentários e réplicas na fanpage do jornal Estado de São Paulo

Ao invés de entrevistar as pessoas durante as manifestações, como o jornal Folha de São Paulo fizera, o Estado de São Paulo optou por publicar os vídeos que diversas pessoas enviaram à redação. A partir da mixagem destes vídeos, nós fizemos o recorte dos dois primeiros comentários e de suas respectivas réplicas.



FIGURA 26 - Postagem do jornal Estado de São Paulo sobre as manifestações do dia 15 de março de 2015

O primeiro comentário, localizado na figura 27, é preenchido pelo modo de organização do discurso enunciativo, isto é, o enunciador transmite sua opinião (“tá ótimo”). O usuário utiliza um efeito irônico sobre o conteúdo da postagem confundir Dilma com governo, portanto, é representado pelo imaginário de opinião coletiva em relação ao jornal e aos manifestantes; e de um imaginário de experiência, isto é, o usuário argumenta por meio de um conhecimento de que a representação da coisa pública se dá sob três poderes. Como podemos ver vide-página, o comentário na figura abaixo:



FIGURA 27 - Primeiro comentário publicado na página do Estadão

O conjunto das réplicas representa mais uma vez a dicotomia entre o governo e o desgoverno de Dilma Rousseff. Deste modo, são carregados de imaginários de opiniões coletivas de cada lado, seja por apoiar o impeachment ou pró-governo. Outras características destas réplicas foram, mais uma vez, o conteúdo patêmico dos usuários.



FIGURA 28 - Réplicas ao primeiro comentário publicado na página do Estadão

O segundo comentário do jornal Estado de São Paulo parece mais uma corrente de oração. O conteúdo é preenchido pelo modo de organização do discurso descritivo em que pontua o escândalo da Petrobrás como o maior do mundo, ultrapassando até os “PIB” (Produto Interno Bruto) de todos os países. É respaldado em uma estrutura patêmica por tentar persuadir os interlocutores a partir do patriotismo e da luta contra a corrupção. Os efeitos projetados pelo enunciador procuram gerar comoção e mobilização contra o governo petista. Os imaginários sociodiscursivos são muitos: a opinião coletiva do patriotismo, da corrupção estar a cargo de um só partido; de um conteúdo científico (ao citar fontes do jornal americano New York Times); e de um saber de conhecimento de experiência, como vemos na figura 29:

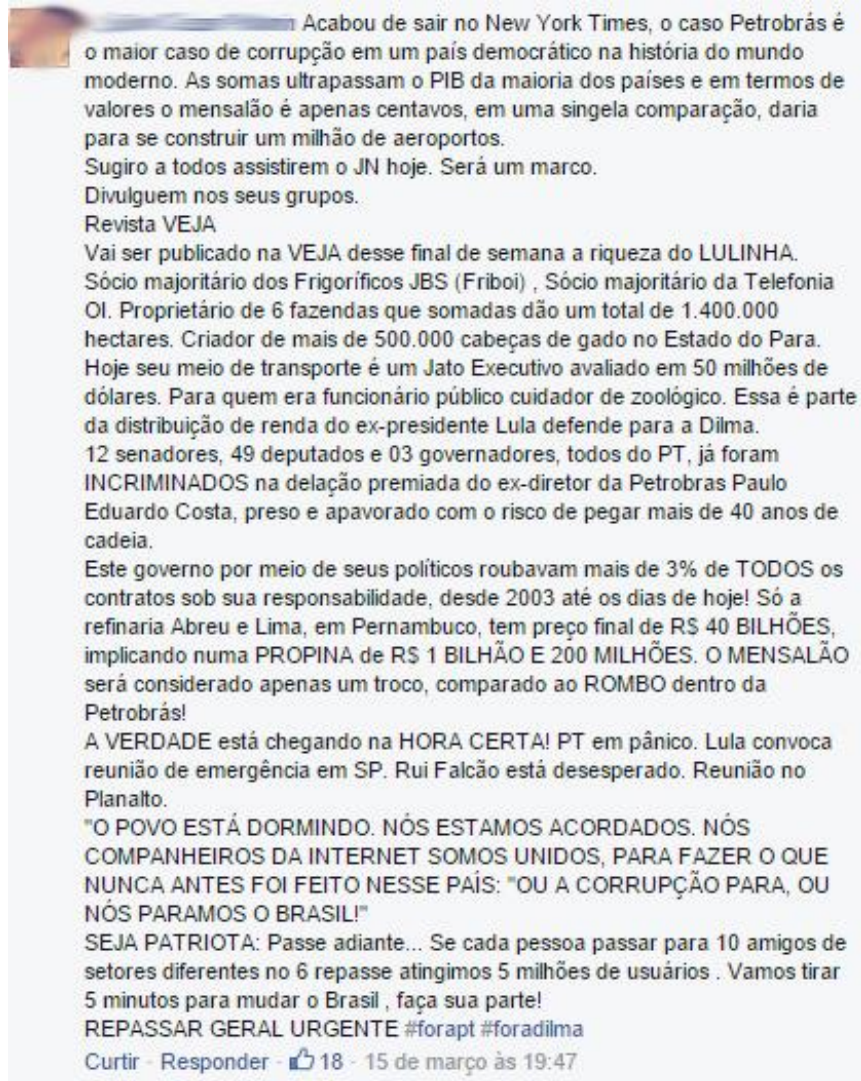


FIGURA 29 - Comentário publicado na página do jornal Estado de São Paulo

As réplicas (figura 30) estão orientadas pelo modo de organização argumentativo, em que refuta e indica a causa da corrupção do país. São utilizadas diversas figuras de linguagem, entre elas a ironia. Os interlocutores desqualificam o comentarista seja pelo uso de fontes jornalísticas ou por meio de risos:

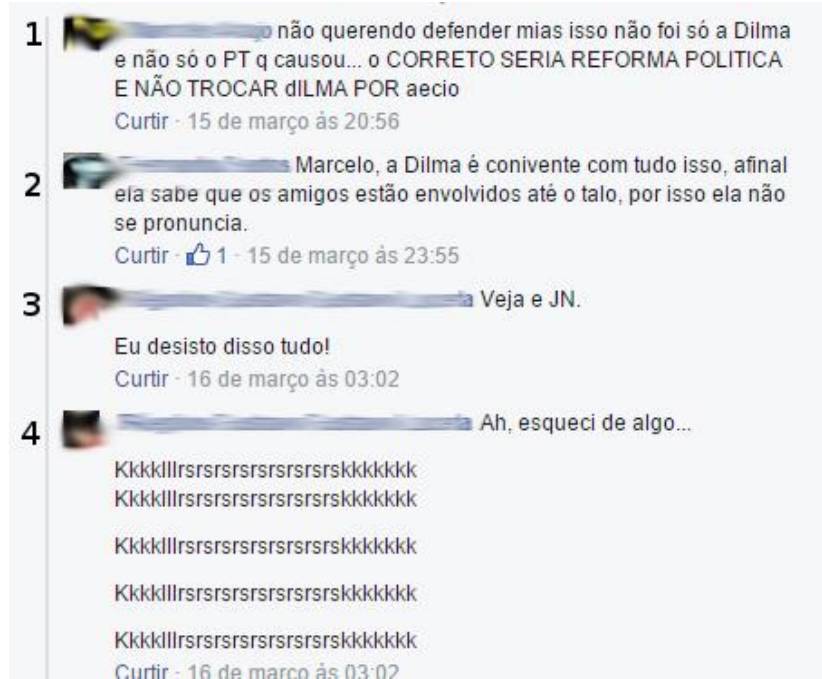


FIGURA 30 - Réplicas publicadas na página do jornal Estado de São Paulo

A partir deste conjunto de ironias dos replicantes, vemos mais uma vez o discurso polêmico tomando o espaço de um possível debate racional. Deste modo, estão representados os imaginários sociodiscursivos de crença de opinião coletiva, como a esperada reforma política e a reputação dos meios de comunicação citados pelo comentarista.

A tabela 5 ilustra como a argumentação dos interlocutores se deu a partir de conhecimento partilhados e ideológicos:

Veículo	Imaginários Sociodiscursivos dos comentários e réplicas
Estado de São Paulo	Catorze saberes de opinião coletiva; dois de empiria; e um saber científico. Os imaginários: corrupção; patriotismo; PT corrupto.

Tabela 5 - Os imaginários sociodiscursivos encontrados nos comentários e réplicas do jornal Estado de São Paulo sobre as manifestações a favor do impedimento de Dilma Rousseff (PT).
Fonte: Dados do estudo.

3.1.5. Os comentários na fanpage do jornal O Globo

A publicação do jornal o Globo no *Facebook* se diferenciou das demais por apresentar um panorama nacional das manifestações “pró-Petrobrás”. O jornal disponibilizou em seu site um conjunto de fotos sobre o evento, como podemos ver abaixo:



FIGURA 31 - Postagem do jornal O Globo sobre as manifestações pró-governo

O primeiro comentário, na figura 32, já é preenchido de um saber de conhecimento de experiência, ou seja, a partir de um fato bastante repercutido pela imprensa: o caso Suzane von Richthofen, que foi condenada por assassinato dos pais:



FIGURA 32 - Comentário publicado na página de O Globo

O “choro” de Suzane no velório é comparado às manifestações pró-Petrobrás. Em seguida, no conjunto de réplicas, todos seguiram o que Recuero (2009) chama de colaboração na internet: um conjunto de usuários compartilha da mesma opinião e as retransmite para outros lugares na cibercultura. Deste modo, temos um usuário que utilizou de um imaginário sociodiscursivo de experiência – o caso Suzane Richthofen – para alimentar a dicotomização e polarização entre os manifestantes pró-governo e aqueles a favor do impeachment. Outro imaginário sociodiscursivo é o da família. Embora não seja nítido, o caso do assassinato de pais causa comoção nos interlocutores. O comentarista gerou um efeito cômico e de comoção. Além

de uma comparação pífia com o “choro”, o comentário está carregado de um sagrado que é a família.



FIGURA 33 - Réplicas publicadas na página de O Globo

Como podemos ver na figura acima, as réplicas colaboram com o pensamento do comentário (figura 32) e abre uma sequência de humor. A réplica número 2 relata essa colaboração citada por Recuero (2009) e também o teor ofensivo dos interlocutores.



FIGURA 34 - Segundo comentário publicado na página de O Globo

O segundo comentário, localizado na figura 34, é composto por uma categoria patêmica, em que o usuário se expressa indignamente contra “a falta” da bandeira do Brasil nas fotos das manifestações pró-Petrobrás. É preciso salientar que a memória da bandeira é representada pelo saber de crença de opinião coletiva que expressa as categorias de democracia e um país unido. A partir da indagação do comentarista, as réplicas são permeadas com esse imaginário, como podemos ver vide-página:



FIGURA 35 - Réplicas do segundo comentário publicado no jornal O Globo

São réplicas constituídas de um saber de crença de opinião relativa que não reconhecem os participantes das manifestações como cidadãos legítimos, e sim como defensores de “partidozinho de ladrões”. Evidentemente, algumas réplicas representam uma opinião contrária, como o caso da réplica sete, em que o usuário afirma que os que fazem manifestações com a bandeira do Brasil são “nacionalistas bobos [que] não sabem defender nem uma democracia”. Entretanto, as réplicas estão carregadas de categorias patêmicas contrárias ao governo petista, sendo resguardadas nos imaginários sociodiscursivos de opinião relativa.

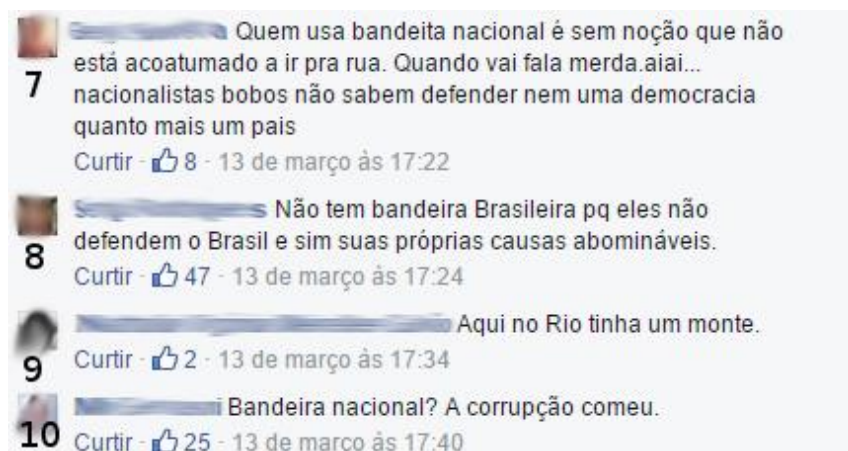


FIGURA 36 - Réplicas do segundo comentário publicado no jornal O Globo

O que identificamos nos comentários e réplicas do jornal O Globo foi, mais uma vez, que o discurso polêmico tomou o lugar de uma argumentação saudável, segundo Habermas (2014). Os interlocutores preferiram um regime de ataques à uma racionalidade em prol de um bem comum. São enunciados pífios que conjugaram para uma encenação da ignorância e de um conjunto de saberes de crença. Mais uma vez os saberes científicos e de experiência não foram utilizados, o que demonstra a falta de vontade em aprofundar questões sérias como uma reforma política, e principalmente, o combate à corrupção.

A tabela abaixo demonstra isso. Como podemos ver, foram arregimentados onze saberes de opinião coletiva e dez de opinião relativa. Embora identificamos polarizações que poderiam criar um consenso, o discurso dos interlocutores é modelado pelo discurso polêmico.

Veículo	Imaginários Sociodiscursivos dos comentários e réplicas
O Globo	Constituição dos saberes: onze de opinião coletiva; 10 de opinião relativa. Imaginários: Corrupção e má administração pública por parte do Partido dos Trabalhadores; manifestantes como massa de manobra; ufanismo; comunismo.

TABELA 6 - Os imaginários sociodiscursivos encontrados nos comentários e réplicas do jornal O Globo sobre as manifestações contra o governo Dilma Rousseff (PT).

Fonte: Dados do estudo.

3.1.6. Os comentários e réplicas publicados na fanpage do jornal O Globo a favor do impedimento de Dilma Rousseff

A postagem do jornal O Globo em sua página no *Facebook* foi a capa do jornal diário do dia 16 de março. Na manchete, “democracia tem novo 15 de março”. Carregado de um imaginário de soberania popular e de “novas diretas já”, o jornal demonstra sua opinião sobre as manifestações e sobre pedido de impedimento da presidenta Dilma Rousseff.



FIGURA 37 - Postagem do jornal O Globo sobre as manifestações do dia 15 de março de 2015

O primeiro comentário é preenchido pelo modo de organização do discurso descritivo ao qual o usuário faz uma alusão ao imaginário de opinião coletiva da “Marcha de Deus”, que aconteceu dias antes do golpe militar de 1964, contra um governo *comunista* de João Goulart.

As réplicas são estruturadas a partir do mesmo pensamento do comentarista. Portanto, está representado o saber de crença de opinião coletiva de que a democracia estaria em risco – referindo-se mais uma vez à “Marcha da Família com Deus” que foi realizada dias antes da instauração do golpe civil-militar de 1964.

Somente as duas últimas representaram imaginários divergentes, como podemos ver abaixo:



FIGURA 38 - Réplicas publicadas na página do jornal O Globo

As duas réplicas carregam imaginários sociodiscursivos sobre a existência de uma ditadura cubana. A marcha da maconha e a constituinte bolivariana seriam as responsáveis por um golpe comunista, capitaneado pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) e Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) por meio do pagamento de R\$ 35,00 aos manifestantes. Portanto, são constituídos dos saberes de crença de opinião coletiva, oferecendo mais uma vez a polarização entre esquerda e direita.



FIGURA 39 - Segundo comentário publicado na página de O Globo

O segundo comentário (figura 39) é construído a partir do modo de organização do discurso enunciativo, em que provoca um efeito de moralidade sobre os que se manifestaram a favor do governo de Dilma Rousseff. Deste modo, os saberes de crença de opinião coletiva de

que os manifestantes seriam pagos e receberiam pães com mortadela voltam à tona. O mesmo ocorre com a questão do patriotismo:



FIGURA 40 - Comentário e réplicas publicados na página do jornal O Globo

O conteúdo das réplicas é feito através de um jogo entre a possível volta da ditadura militar. Os usuários se debatem a partir dos saberes de crença de opinião coletiva de democracia e de soberania popular. Como disse Bobbio (1995), embora não possamos traduzir a dríade direita e esquerda de maneira conclusa, os discursos de seus ideólogos demonstram essa separação. Além disso, temos também, na figura 40, o pacto ficcional (ALBERT e NICOLAS, 2010). Os sujeitos buscam o ataque *Ad hominem* para legitimar seus dizeres e criar um anti-*ethos* de seus adversários, como nas réplicas 4 e 5.

A tabela 7 nos ajuda a compreender o processo discursivo envolvido nos comentários e réplicas publicadas na página do jornal O Globo no *Facebook*. A constituição dos saberes foi

esmagadoramente de opinião coletiva, o que demonstra que o importante na argumentação não é um consenso, mas o dissenso, isto é, o debate racional que poderia gerar um consenso é deixado de lado para que o regime de ataques seja privilegiado. Todos estes imaginários são fruto de saberes partilhados e conflitantes.

Veículo	Imaginários Sociodiscursivos dos comentários e réplicas
O Globo	Constituição dos saberes: vinte saberes de opinião coletiva. Imaginários: Corrupção e má administração pública por parte do Partido dos Trabalhadores; manifestantes como massa de manobra; soberania popular, a democracia; e patriotismo.

TABELA 7 - Os imaginários sociodiscursivos encontrados nos comentários e réplicas do jornal O Globo sobre as manifestações a favor do impedimento de Dilma Rousseff (PT).

Fonte: Dados do estudo.

Considerações finais

Em suma, observamos uma retórica erística e sofisticada nos comportamentos dos usuários, como o argumento *ad hominem* (desqualificação do adversário) e a polarização. No jogo dos imaginários, verificamos a presença esmagadora dos saberes de opinião coletiva para arregimentarem seus saberes, o que tende a favorecer, até certo ponto, o convencimento do terceiro espectador.

Identificamos que os principais saberes arregimentados pelos sujeitos nos comentários e réplicas foram do campo da crença, isto é, aqueles representados pelas doutrinas e ideologias. A maioria é de opinião coletiva, o que demonstra uma essencialização dos sujeitos em torno da corrupção do Brasil ser direcionada apenas ao Partido dos Trabalhadores. De outro lado, tivemos 30 arregimentações dos saberes de crença de opinião relativa – aquela que expressa uma crítica a outro grupo –, isso é demonstrado, além das pessoas contra o governo de Dilma Rousseff, a opinião da “esquerda”, ao rotularem essas pessoas de “ricas, elite, coxinha”. Os saberes de conhecimento foram os menos representados: apenas um de saber científico e sete de empiria. Isto demonstra que os argumentos são fundamentados pela doxa e pelo discurso de combate. Os interlocutores não se preocuparam em mostrar argumentos racionais sobre a conjuntura política, mas sim em julgarem determinadas posições ideológicas. Ao julgarem, eles praticam discursivamente a polêmica.

Nesse contexto, a maioria dos comentários e réplicas são direcionados a uma polarização, dividida entre os defensores de Dilma Rousseff e aqueles que defendem o impeachment. Essa polarização, como explica Amossy (2014), faz parte do discurso polêmico. Além do mais, os enunciados também são preenchidos pelos argumentos *ad hominem* e pela desconstrução dos *ethé*. A dicotomização também é identificada quanto ao capitalismo/socialismo; conservadorismo/progressismo.

O jogo dos imaginários sociodiscursivos representa diversos modos de apreensão do mundo; são eles: PT corrupto; parcialidade da mídia; criminalização dos movimentos sociais de esquerda; alta carga tributária; soberania popular; conservadorismo; e manifestantes como massa de manobra.

Desse modo, as arregimentações dos dizeres dos sujeitos foram pautadas, principalmente, por opiniões coletivas e relativas, produto de uma dicotomia e da polarização (PT contra Direita), onde encontramos o discurso polêmico. As representações sociais nos argumentos demonstraram, além da insatisfação com o governo de Dilma Rousseff, a

essencialização de a corrupção ser direcionada apenas aos governos petistas, o que reforça a utilização das opiniões coletivas para os sujeitos darem créditos aos seus dizeres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa conclusão está dividida em duas partes. A primeira parte traz nossas considerações sobre o mapeamento e descrição dos imaginários sociodiscursivos identificados nos comentários e réplicas dos sujeitos. A partir desta descrição também compreendemos a importância de uma gestão do dissenso, como afirma Amossy (2014).

A segunda traz a relação entre esfera pública e o nosso objeto. Partimos da hipótese de que existe uma relação entre Esfera Pública e os sites de redes sociais (SRS), representados aqui como uma mídia, e que ela favorece ações legítimas de uma democracia deliberativa a partir das trocas comunicacionais entre os atores. Em linhas gerais, o funcionamento da arena pública virtual não se faz pelo debate racional e a busca pelo consenso. Pelo contrário, permeada pelo discurso polêmico, os embates tornam-se conflituosos e patêmicos, determinando uma lógica predominante do dissenso.

A ideia inicial deste trabalho seria uma análise comparativa entre duas páginas inseridas no *Facebook*: o Che Brazuca e a OCC (Organização de Combate à Corrupção). Entretanto, a partir de diversos apontamentos e reflexões, pensamos em analisar os discursos entre usuários da rede social por meio de páginas de jornais tradicionais, por abarcar uma quantidade maior tanto de usuários quanto de comentários e réplicas. Percebemos ao longo deste caminho – entre uma análise de páginas opostas para comentários de notícias em páginas de jornais tradicionais – que a escolha foi a melhor possível. Possibilitou-nos uma coleta do *corpus* possível de estudo e análise.

Saindo deste ponto inicial, percebemos como diversas manifestações tomaram o país no final de 2014 e início de 2015. Com bastante interesse pelo discurso político, optamos por analisar como as manifestações de março de 2015 reverberaram nas redes sociais, em especial o *Facebook*. Para analisarmos inicialmente o *corpus*, utilizamos o conceito de esfera pública de Habermas (2008; 2014), bem como as releituras de Maia (2011) e Marques (2008). O objetivo foi identificar algum resquício de esfera pública à la *Àgora Grega*. Em um segundo momento, utilizamos a Teoria Semiolinguística de Patrick Charaudeau (2007; 2015), por meio dos imaginários sociodiscursivos. Procuramos descrever como os sujeitos arregimentaram seus dizeres e os alicerçaram através destes imaginários.

Entretanto, durante este percurso, percebemos a caracterização do discurso polêmico como parte fundamental das tomadas de posições dos sujeitos. Para analisar este processo, contrastamos os estudos recentes de discurso polêmico (DECLERCQ, 2003; ALBERT &

NICOLLAS, 2010; AMOSSY, 2014) com os imaginários sociodiscursivos propostos por Charaudeau (2007; 2015).

Os imaginários sociodiscursivos e o discurso polêmico

O nosso objetivo foi mapear e descrever os imaginários sociodiscursivos emergidos nos comentários e réplicas, em postagens de jornais tradicionais no *Facebook*. Por meio da Teoria Semiolinguística (CHARAUDEAU, 2007, 2008, 2015), concluímos que a maioria dos saberes arregimentados pelos sujeitos foram aqueles de opinião coletiva e relativa. Isto demonstra a regência dos comentários por meio da doxa (opinião comum). Em suma, o principal imaginário emergido foi de que o Partido dos Trabalhadores (PT) é o mais corrupto do Brasil.

No total, foram identificadas 89 emergências de imaginários. Cinquenta e nove sujeitos arregimentaram os saberes de crença de opinião coletiva; vinte e quatro arregimentaram os saberes de crença de opinião relativa; seis arregimentaram os saberes de conhecimento de experiência; e apenas um o saber de conhecimento científico. Isto demonstra o jogo de posições ideológicas. Os sujeitos não estavam interessados em propor um debate, mas em expor seus julgamentos de mundo. Esse padrão de ação ocorreu na maioria dos comentários e réplicas. Assim, esse jogo corresponde ao que nós propomos contrastar: o discurso polêmico.

Ao efetuarem julgamentos de mundo, isto é, de crença, os sujeitos alicerçaram seus dizeres por meio de argumentos *Ad Hominem* (desqualificação do outro), caracterizando debates erísticos e sofísticos. Amossy (2014) nos demonstrou que o discurso polêmico é uma encenação em que a polarização e dicotomização são elementos essenciais para que ele ocorra. Vimos a polarização (pró-governo X impeachment) e a dicotomização (eu X eles) serem palco da maioria dos comentários e réplicas.

Albert e Nicolas (2010) nos ensinaram sobre o pacto polêmico e suas características. Vimos, na maioria dos comentários, um regime de ataques em que o propósito não fora de encontrar soluções, mas sim em refutar os argumentos por meio de agressões verbais. Talvez, isto seja demonstrado de uma forma clara quando vemos os imaginários identificados. Na análise dos imaginários, identificamos: parcialidade da mídia; corrupção do PT; criminalização dos movimentos sociais de esquerda; impostos altos e exacerbados; família, patriotismo; comunismo; e soberania popular.

Se os sujeitos arregimentaram, em sua maioria, os saberes de crença, isto demonstra que o objetivo dos debates sempre foi o de deslegitimar o adversário. A dicotomização Coxinha

X Petralha contribuiu para que a consolidação dessa perspectiva. A discussão entre os usuários se assemelhava à um jogo de xadrez. O jogador tenta ludibriar seu adversário a fazer o que ele não faria. Os argumentos *Ad hominem* se consolidaram neste ponto: não importa o que o outro disse, mas o que eu gostaria de dizer sobre o outro e não o conteúdo de sua postagem.

Nas disputas de posições e argumentos entre usuários das redes sociais, impera uma forma de gestão do dissenso, como explicou Amossy (2014), e uma incapacidade em lidar com a alteridade. Temos então um direcionamento dos discursos que não é mais a busca pelo consenso, mas uma gestão do dissenso para nos debruçarmos no futuro em Análise do Discurso e em redes sociais.

A esfera pública e o *Facebook*

A questão da esfera pública ainda é um dos conceitos mais refletidos e debatidos nos dias atuais. Embora seu estudo tenha sido publicado na década de 1960, o conceito habermasiano é bastante procurado a fim de compreender e buscar soluções para os problemas da atualidade. Pensando desta maneira, o *Facebook* permitiu diversas possibilidades de interação entre agentes políticos, seja para a divulgação de manifestações, seja para a divulgação de campanhas políticas e partidárias. O nosso objetivo foi analisar esta relação entre a esfera pública de Habermas (2008; 2014) e o *Facebook*.

Para refletirmos acerca do papel do *Facebook*, pretendemos demonstrar neste espaço alguns exemplos para ilustrar essa relação com a esfera pública.

A primeira análise se baseou na postagem do jornal Folha de São Paulo. O que vimos nas respostas foi mais um jogo emocional e de posição partidária do que argumentos racionais em busca de solução de problemas. Nos dois comentários e nas 20 respostas colhidas, o que sobressaiu foi o caráter conflituoso e posições assertivas sobre o governo atual; com toques irônicos, muito longe de uma possível reflexão e mediação entre o poder comunicativo e poder administrativo.

Para que os argumentos ali publicados se enquadrassem na esfera pública, teríamos que observar sob um primeiro plano um conjunto de debate racionais buscando um consenso, e, por fim, uma solução aos problemas atuais como corrupção, crise política, descrédito político, entre outros. Na postagem do jornal Estado de São Paulo, seguindo a mesma lógica, os enunciados produzidos situam-se na instância de julgamento, ou seja, num quadro de discussão fechado e assertivo.

Pode-se dizer que a resposta 2 “se fossem cobrados...” da figura 21 busca uma nova racionalidade e um interesse comum – que é sair de um processo corrupto. O argumento utilizado por este sujeito, buscando um consenso entre os interlocutores, interveio com a possibilidade de uma maior cobrança de impostos sobre riqueza, como imposto sobre ganho de capital, herança etc. O primeiro comentário possibilitou uma troca de argumentos positiva, mas que está longe de ter uma ligação estreita com a instância decisória. É nítida uma manifestação, mas o que mais é traçado nas respostas são questões de cunho partidário, como frases ante e pró-petistas, pois ficam no entorno desse embate, não oferecendo possibilidades para solução dos problemas.

A interação dos atores na página do jornal O Globo vai para o mesmo caminho, da explanação com teor irônico e humorístico, fortemente ligada aos resultados das eleições de 2014, esquecendo o interesse comum, e enaltecendo partidos e ideologias.

Nos comentários e respostas referentes ao dia 15 de março de 2015, podemos classificá-los como resultados de conflitos entre posições ideológicas, sobressaindo mais julgamentos que argumentos.

Sobre a postagem publicada na página do jornal Folha de São Paulo, vimos a retomada, mais uma vez, do discurso da não credibilidade do jornal. Os atores utilizam mais julgamentos que argumentos. Portanto, não é possível pensar que o resultado disso seria a solução de problemas, mas o conflito em si. Apenas um ator, refletindo acerca dos meios de comunicação, propõe o debate sobre a regulamentação da mídia. No entanto, seu argumento é deixado de lado por outros enunciados patêmicos. Mais uma vez, o uso da racionalidade para solução de problemas fica omitido. O mesmo ocorre na análise das outras postagens. Não há um caráter argumentativo – no sentido racional proposto por Habermas (2014; 2008) –, pois os atores da rede se confrontam entre si e sobre o governo, quase sempre com tema brando da corrupção, ou ainda, “fora corrupção, fora PT”. Dificilmente vimos, no *corpus*, algum processo de mediação e reivindicação que pudesse ser endereçado ao poder administrativo.

Cabe ressaltar o conteúdo polêmico dos comentários. Quase nenhum deles parte de um interesse a ser consentido para o bem comum, mas a prejudicar a opinião do outro e também o conteúdo racional. O resultado aponta que seria necessária uma possibilidade de educação democrática representativa no âmbito social em geral antes de entender o *Facebook* como um potencial meio da esfera pública.

Por mais que o *Facebook* possibilite que o usuário tenha acesso, de forma democrática⁴⁹, ao conteúdo e à participação, uma esfera pública, mesmo que informal, ou seja, sem uma organização em si, não pode se enquadrar nos comentários e respostas analisados. Obviamente, tivemos um problema claro de abordagens: os comentários e respostas coletadas não representam a atividade da rede em sua totalidade; são apenas recortes e ancoragens para propor a reflexão em torno destas novas tecnologias.

Temos a possibilidade, em um trabalho posterior, de reunir um *corpus* constituído de debates dos atores dentro de determinados grupos dentro do site de rede social *Facebook*. Estes grupos, na maioria das vezes, fechados e abertos sob aceitação dos mediadores do mesmo, podem possibilitar novos confrontos e consensos. Ademais, estes grupos frequentemente são constituídos por temas de interesse comum, o que favoreceria a abordagem da esfera pública.

Todavia, o resultado de nossa análise demonstra uma característica das sociedades complexas. A aceitação do outro, e, principalmente, do pensamento e reflexão do outro, sempre tende a ser direcionada por um cunho partidário e de oposição. Sendo assim, dificilmente teríamos uma esfera pública racional. Isto talvez se quebra neste próprio conceito de democracia deliberativa de Habermas (2008). Pensar debatedores apenas sob o prisma da racionalidade é, pelo menos, contraditório nos estudos filosóficos e sociológicos. Talvez aí esteja uma característica a ser refletida e colocada em cheque, tal qual frisamos apontando as atitudes patêmicas dos atores da rede social.

Nossa análise ainda demonstrou que o *Facebook* não deve ser encarado apenas como uma forma de entretenimento. Longe de qualquer tipo de argumentação racional, os sujeitos demonstraram nos comentários e réplicas julgamentos com base em uma doxa ou em uma opinião restritiva, mas que ainda é possível que o *site* de rede social proporcione engajamento e discussões em prol do bem-estar público. Embora nossa análise não tenha identificado um debate racional em busca de um consenso, como seria de fato uma esfera pública, ela contribui para entendermos que o conceito de esfera pública deve mais aprofundado.

Uma reflexão sobre esfera pública e racionalidade poderia contribuir para novos estudos sobre a internet e suas ramificações. Se tivermos o *Facebook* como uma forma de entretenimento, que funciona, às vezes, como forma de deliberação (seja como divulgação de manifestações, seja por debates entre posições conservadoras e progressistas), poderíamos contrastar de uma forma mais profunda a busca de consensos. O próprio ato de compartilhar determinado conteúdo (como uma manifestação contra o governo de Dilma Rousseff) é uma

⁴⁹ Pensamos o acesso dentro do *Facebook* democrático. A questão fora dele, em relação ao processo democrático de acesso à internet, não é do escopo deste trabalho.

deliberação e isso possibilita que outros sujeitos ajam da mesma forma. Neste ponto, este estudo colabora para que o conceito de esfera pública não seja relegado, mas aprofundado, de modo a investigar como o discurso polêmico atravessa e interfere na dinâmica desta esfera. Entender as formas como os sujeitos criam suas relações sociais na rede social, como eles assumem suas posições, pode contribuir para compreender ou encontrar o que falta para que a esfera pública funcione.

A mídia tradicional, que para Habermas (2008) só ajudaria na formação de uma esfera pública consistente se fosse democrática e se autorregulasse, talvez possa perder este lugar de mediação ao longo dos anos para o *Facebook*. A mídia pode continuar agenciando determinadas pautas, mas as redes sociais podem pulverizar isto a partir de outros pontos de vistas.

Concluindo, embora a nossa análise não tenha encontrado comentários e réplicas de argumentos racionais, vimos que o *Facebook* ainda pode possibilitar avanços no futuro. O nosso *corpus* foi um recorte dos comentários, mas poderíamos em um futuro estudo pesquisar as relações entre esfera pública e os grupos do *Facebook*. Eles geralmente são feitos a partir de um tema em comum e permitem discussões acerca da cidade, como buracos em ruas, lixos, administração pública, entre outros.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T; HORKHEIMER, M. *A indústria cultural – o iluminismo como mistificação das massas*. In: Indústria cultural e sociedade. São Paulo: Paz e Terra, 2002;
- ALBERT, Luce; NICOLAS, Loïc. *Le pacte polémique: enjeux rhétoriques du discours de combat*. 2010.
- AMOSSY, Ruth. *Apologie de la polémique*. Paris: PUF, 2014.
- AMOSSY, Ruth (org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. Trad. D.F. da Cruz; F.Komesu; S. Possenti. São Paulo: Contexto, 2005.
- AMOSSY, Ruth. O lugar da argumentação na análise do discurso: abordagens e desafios contemporâneos. In: *Revista Filologia e linguística portuguesa*. Universidade de São Paulo (USP), SP, n.9, p. 127-146, 2007.
- AMOSSY, Ruth. Repenser la construction discursive de l'espace public. Bush à Massada, ou comment on discute de l'évènement dans le cyberspace. *Bulletin suisse de linguistique appliquée*. Centre de linguistique appliquée. n. 98, 2013, p. 19-37.
- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da Criação Verbal*. Tradução de Maria Galvão Pereira e Marina Appenzellerl. 2ª edição – São Paulo, Martins Fontes, 1997.
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. 12ª ed. São Paulo: Hucitec, 2006.
- BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. Tradução: Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.
- BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- BOURDIEU, Pierre The forms of capital. In: RICHARDSON, J. (Ed.) *Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education*. New York: Greenwood, 1986, p. 241-258.
- CASTELLS, M. *Sociedade em rede*. Portugal: imprensa nacional, 2005.
- CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Tradução de Guy Reynand. 6ª. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1982.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso Político*. São Paulo: Contexto, 2015.
- CHARAUDEAU, Patrick. Les stéréotypes, c'est bien, les imaginaires, c'est mieux. In: BOYER, Henri. *Stéréotypage, stéréotypes: fonctionnements ordinaires et mises en scène*. Langue(s), discourse. v. 4. Paris: Harmattan, 2007. p. 49-63.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Linguagem e discurso*. São Paulo: Contexto, 2008.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Uma análise semiolinguística do texto e do discurso*. In: PAULIUKONIS, M. A. L. e GAVAZZI, S. (Orgs.) *Da língua ao discurso: reflexões para o ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005, p. 1127.
- CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de Análise do Discurso*. Coordenação da tradução Fabiana Komesu. 3.ed, 2ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2016.

CORREIA, João Carlos. *Jornalismo e espaço público*. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 1998.

DAHLET, Patrick. Apagar as divisões, celebrar os consensos. *Todas as Letras W*, São Paulo, v. 16, n. 1, maio 2014, p. 125-138.

DECLERCQ, Gilles. "Avatars de l'argument ad hominem : éristique, sophistique, dialectique", DECLERCQ, Gilles ; MURAT, Michel; DANGEL, Jacqueline (éds). *La parole polémique*. Paris: Champion, 2003, 327-376.

FIGUEIREDO, Ivan. *Imaginários sociodiscursivos sobre a surdez: análise contrastiva de discursos do jornal visual a partir da produção e recepção*. Tese (Doutorado). UFMG, Faculdade de Letras, 2013.

FOLHA DE SÃO PAULO. *Protesto contra aumento de ônibus tem confronto e vandalismo em SP*. 2013. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/112751-protesto-contr-aumento-de-onibus-tem-confronto-e-vandalismo-em-sp.shtml> Acesso em 24 de agosto de 2015.

FOLHA DE SÃO PAULO. *Manifestações levam 1 milhão de pessoas às ruas em todo o país*. 2013. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1298755-manifestacoes-levam-1-milhao-de-pessoas-as-ruas-em-todo-pais.shtml> Acesso em 25 de junho de 2016.

FOLHA DE SÃO PAULO. *Paulista reúne maior ato político desde as diretas-já, diz DataFolha*. 2015. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1603271-paulista-reune-maior-ato-politico-desde-as-diretas-ja-diz-datafolha.shtml> Acesso em 25 de junho de 2015.

FOLHA DE SÃO PAULO. *Ato da CUT teve 41 mil participantes, diz Datafolha*. 2015a. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1602671-ato-da-cut-em-sao-paulo-teve-41-mil-participantes-mostra-datafolha.shtml> Acesso em 25 de junho de 2015.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. 22 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

G1. *Resultado oficial da eleição para Presidente do Brasil, em 2014*. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/index.html>>. Acesso: 10 fev. 2016.

G1. *Após ato pacífico de professores no rio, grupo tenta incendiar Câmara*. 2013. Reportagem. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/10/apos-ato-pacifico-de-professores-no-rio-grupo-tenta-incendiar-camara.html> Acesso em 23 de agosto de 2015.

GOFFMAN, Erwin. *A Representação do Eu na Vida Cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 1975.

GOFFMAN, Erving. *Framing analysis: an essay on the Organization Experience*. Cambridge: Harvard Press University, 1974. Disponível em: <<http://is.muni.cz/el/1423/podzim2013/SOC571E/um/E.Goffman-FrameAnalysis.pdf>>. Acesso em: 5 dez. 2014.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa*. Trad. Denilson Luís Werle – 1ª edição – São Paulo: Unesp, 2014.

- HABERMAS, Jürgen. *Comunicação política na sociedade mediática: o impacto da teoria normativa na pesquisa empírica*. *Líbero*, ano XI, n. 21, 2008.
- HARDT, Michael ; NEGRI, Antonio. *Commonwealth*. Cambridge: Belknap Press, 2009.
- KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. *Le Discours Polemique*. Presses Universitaires de Lyon, 1980.
- LEVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.
- LIMA, Venício. *Revisitando as sete teses sobre mídia e política no Brasil*. *Comunicação & Sociedade*, Ano 30, n. 51, p. 13-37, jan./jun. 2009
- MAIA, Rousiley. Expanding the mass media role for the functioning of the political public sphere. CORREIA, João Carlos; MAIA, Rousiley (org.). *Public sphere reconsidered: theories and practices*. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2011. Disponível em: <http://www.livroslabcom.ubi.pt/pdfs/20120305-public_sphere_reconsidered_ebook.pdf>. Acesso em: 8 dez. 2014. p. 143-153.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. Tradução de Maria Cecília P. de Souza-e-Silva, Décio Rocha. – 6 ed. ampl. – São Paulo: Cortez, 2013.
- MAINGUENEAU, Dominique. *A propósito do ethos*. In: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana (org.). – 2. ed., 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2015.
- MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro. *Os meios de comunicação na esfera pública: novas perspectivas para as articulações entre diferentes arenas e atores*. *Líbero*, ano XI, n. 21, 2008.
- MARICATO, E. (org.). *Cidades Rebeldes*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MBL. *Movimento Brasil Livre*. 2015. Disponível em: <http://mbl.org.br/> Acesso em 25 de julho de 2015.
- MIDÕES, Miguel. *Caso esmeralda e a Espiral do Silêncio de Elisabeth Noelle-Neumann*. Bocc, 2008. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/midoes-miguel-caso-esmeralda-espiral-do-silencio.pdf>
- MIOTELLO, Valdemir. *A construção turbulenta das hegemonias discursivas*. (Tese de Doutorado) Campinas, SP: Unicamp, 2001.
- MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Editado em inglês por Gerard Duveen: traduzido do inglês por Pedrinho A. Guareschi. 5ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- NEGRI, Antonio. *Antônio Negri: “É a multidão que comanda a história”*. Entrevista ao jornal Zero Hora, 2014. Disponível em: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/proa/noticia/2014/06/antonio-negri-e-a-multidao-que-comanda-a-historia-4520222.html> Acesso em 25 de março de 2016.
- NEUMAN, Elisabeth. *La Espiral del Silencio*. Opinión Publica: nuestra peil social, Paidós, Barcelona, 1995. Disponível em: http://www.infoamerica.org/documentos_pdf/noelle_neumann.pdf
- RECUERO, Raquel. *As redes sociais*. Porto Alegre: Sulina, 2009.

ROLNIK, Raquel. *As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações*. In: MARICATO, E. (org.). *Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013.

REVOLTADOS ON LINE. 2015. Disponível em : <https://www.facebook.com/revoltadosonline/> Acesso em julho de 2015.

SECCO, Lincoln. *As Jornadas de Junho*. In: MARICATO, E. *Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013.

SINGER, André. *Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas*. Novos Estudos, CEBRAP. Edição 97, novembro 2013.

SINGER, André. *A ascensão convervadora em São Paulo*. 2012. Debate disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TRIXKEtcG_g> Acesso: 10 fev. 2016.

THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Vozes, 1998.

VAINER, C. *Quando a cidade vai às ruas*. In: MARICATO, E. *Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013.

WOLF, Mauro. *Teorias das comunicações*. São Paulo: Martins Fontes, 2008